



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E
TERRITÓRIO**

MANOEL FILHO BORGES

**OS QUILOMBOS DA ROMARIA: LINHA DO TEMPO, PROTAGONISTAS E
INSTITUIÇÕES**

**Muricilândia-TO
2022**

MANOEL FILHO BORGES

**OS QUILOMBOS DA ROMARIA: LINHA DO TEMPO, PROTAGONISTAS E
INSTITUIÇÕES**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território.

Orientador: Professor Doutor Dornival Venâncio Ramos Júnior

Muricilândia-TO
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT
Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B732o Borges, Manoel Filho.
OS QUILOMBOS DA ROMARIA: LINHA DO TEMPO,
PROTAGONISTAS E INSTITUIÇÕES / Manoel Filho Borges. -
Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2022.
141 f.
Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de
Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território - PPGCult) --
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2022.
Orientador: Dernival Venâncio Ramos Júnior.
1. Sertão. 2. Romaria. 3. Roça Comunitária.

CDD 301.09

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

MANOEL FILHO BORGES

OS QUILOMBOS DA ROMARIA: LINHA DO TEMPO, PROTAGONISTAS E INSTITUIÇÕES

Dissertação defendida e aprovada no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Estudos de Cultura e Território, em **29 de novembro de 2022**, pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:



Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior
Orientador e Presidente da banca - UFNT



Prof. Dr. Vinícius Gomes de Aguiar (Banca Interna)



Prof. Dr. Gerson Alves Oliveira (Banca Externa)

Dedico este trabalho a dona Lucelina Gomes dos Santos (in memoriam).

A ela que nos deixou no dia 03 de julho do ano de 2021, às 11 h e 45 min., e foi para outro plano, tomar acento no lugar preparado, junto aos nossos ancestrais. Dedico esse trabalho a essa mulher guerreira e corajosa, matriarca do Quilombo Dona Juscelina, que não teve medo de enfrentar o desconhecido, quando em 1956 deixou sua terra natal para desbravar terras nunca antes visitadas, onde muito rezou, cantou, dançou. Dela, muito aprendi. Sei que de lá de onde ela está continua a olhar e cuidar de seu povo romeiro e quilombola.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida e por permitir-me alcançar esse tão sonhado objetivo, pelo qual tanto lutei, sem nunca desistir de concluir essa pesquisa.

Aos meus pais Manoel Pereira Borges e Luiza Oliveira Borges, que nos momentos de muita aflição e cansaço sempre estiveram ao meu lado incentivando-me a seguir confiante no caminho que escolhi e não desistir.

A minha família, minha esposa Maria da Guia Chaves Borges e meus filhos Arystóteles Franklyn Chaves Borges, Mayra Chaves Borges e Sallomão Israel Chaves Borges que sempre me apoiaram no meu estudo e na minha pesquisa. Por vezes na esperança de ver o pai galgar um degrau a mais no aprendizado, os filhos me perguntavam ansiosos: pai, quando o senhor vai defender sua pesquisa? Eu respondia: não vai mais demorar. Mesmo sabendo que já estava demorando.

Ao meu orientador, Professor Doutor Dornival Venâncio Ramos Júnior, que sempre me deu apoio durante o mestrado, seja como orientador, seja como amigo, sempre me incentivou e me direcionou em cada etapa dessa pesquisa. A ele sou muito grato por tudo, destaco sobretudo a paciência, a compreensão e a disponibilidade em aceitar essa orientação. O que aprendi com ele durante os diversos encontros de instrução não se esgotará nessa pesquisa, pois levarei esse aprendizado comigo para as minhas práticas como romeiro e quilombola em minha comunidade.

Aos(às) professores do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), que muito contribuíram para que eu pudesse chegar a esse momento mágnico em minha carreira acadêmica.

À jovem Ludimila Carvalho dos Santos, Griô Aprendiz da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, que voluntariamente colaborou com minha pesquisa auxiliando-me na edição das fotos, cuidadosamente da melhoria da qualidade das imagens e fotos que estão nessa dissertação.

Aos romeiros e quilombolas das Comunidades Quilombola Dona Juscelina, a quem agradeço os quilombolas Conceição Viana da Silva (Griô Dadá), Manoel Pereira Borges (Griô Dos Santos), Rosa Mirtes Pereira de Sousa (Griô Rosa Mirtes), Jeraldo Delmondes Ferreira (Griô Geraldo) e Paulo Pereira de Sousa que me acolheram gentilmente em suas residências e contribuíram com importantes informações para minha pesquisa.

Aos romeiros e quilombolas da Comunidade Quilombola Pé do Morro. Especialmente agradeço ao quilombola Raimundo Benício da Silva, que por algumas vezes, em anos diferentes, interrompeu seus afazeres para contribuir com essa pesquisa, compartilhando com ela seus valiosos conhecimentos e vivências da beata Antonia Barros de Sousa e das romarias de Padre Cícero.

Aos quilombolas da Comunidades Quilombola Dona Domicília, que ao longo dessa pesquisa, por diversas vezes, possibilitaram contribuições da maior relevância para esse trabalho acadêmico. Aqui alegremente apresento e agradeço aos meus colaboradores: Zaldivar Martins dos Santos (Pueira), Francisco Natalício da Silva (Chico Bolim), Natal Lopes da Silva (Natal Bigode) e Francisca Natalícia da Silva.

À quilombola e Coordenadora da Biblioteca Municipal de Muricilândia, a minha comadre Cleonete Pereira dos Santos, que sempre me acolheu muito bem naquele espaço de estudo e pesquisa, quando para lá muitas vezes me dirigi, tive sua companhia e orientação para encontrar a fonte certa para a pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar as comunidades quilombolas formadas através de romarias em Muricilândia, retratando a linha do tempo, apresentando os protagonistas das formações, bem como descrevendo as instituições criadas por elas. Essas comunidades são a Comunidade Quilombola Dona Juscelina e a Comunidade Quilombola Dona Domicília, inseridas na sede de Muricilândia (TO) e no Povoado de Cocalândia, distrito daquele município. A metodologia utilizada compõe-se de pesquisas documental, bibliográfica e de entrevista etnográfica. A partir das fontes construímos a linha do tempo das comunidades e narramos a trajetória das lideranças iniciais e atuais das duas comunidades, com o foco no Conselho Griô da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Palavras chave: Sertão; Romaria; Roça Comunitária; Comunidade; Reciprocidade; Recursos Comuns.

ABSTRACT

This research aims to present the quilombola communities formed through pilgrimages in Muricilândia, portraying the timeline, presenting the protagonists of the formations of these communities, as well as describing the institutions created by them. These communities are the Dona Juscelina Quilombola Community and the Dona Domicília Quilombola Community, located in the headquarters of Muricilândia (TO) and in the Povoado Cocalândia, district of that municipality. The methodology used consists of documentary and bibliographic research and ethnographic interviews. From the sources, we built the timeline of the communities and narrated the trajectory of the initial and current leaders of the two communities, with a focus on the Griô Council of the Dona Juscelina Quilombola Community.

Keywords: Sertão; pilgrimage; Community Garden; Community; Reciprocity; Common Resources.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Introdução | 09 |
| 1. Capítulo 01 - Tempos e protagonistas das romarias: <i>Marcos para uma linha do tempo quilombola em Muricilândia (TO)</i> | 13 |
| 2. Capítulo 02 – A disputa pela História: <i>A fundação da Comunidade Dona Juscelina, do Povoado Cocalândia e da Comunidade Dona Domicília</i> | 56 |
| 3. Capítulo 03 – Instituições e comunidades: <i>Festejo, o Conselho Griô e a Roça Comunitária</i> | 87 |
| 4. Considerações Finais..... | 126 |
| 5. - Referências | 127 |
| 6. Lista de abreviaturas e siglas | 130 |
| 7. Anexos..... | 133 |

Introdução

Às 23 horas e 20 minutos, do dia 02 de setembro de 1972, no povoado de Muricilândia, minha mãe Luiza Oliveira Borges, 22 anos, após longas horas sentindo dores, concedeu-me a dádiva de vir a este mundo. Tendo-me em seus braços, após acalantar meu choro, chamou-me pelo nome de Manoel, Manoel Filho Borges. Filho de pai preto e mãe branca, eu era o segundo mais velho dos sete irmãos. No interior é comum a criança ter mais de uma mãe, a mãe biológica e a Mãe de Pegação, Mãe Preta, a parteira. A minha mãe de pegação foi a senhora Maria Perpétua, por quem sempre tive grande afeição e que me presenteou com uma leitoa quando eu fiz quatro anos.

Morávamos bem próximos ao Rio Muricizal, no setor chamado “Beira Rio”, a três quarteirões da única escola do povoado naquela época, a Escola Estadual Marechal Costa e Silva. Em meu primeiro dia de aula tive a companhia de minha mãe, naquele dia ela permaneceu na escola até o horário do recreio, depois ela retornou para casa para cuidar dos demais filhos.

Filho de pai maranhense e de mãe piauiense, nasci, cresci e vivi até os meus quinze anos em Muricilândia, no meu pequeno lugarejo. No ano de 1952, oito homens oriundos do Estado do Maranhão e do Estado do Piauí iniciaram o povoamento do lugar, na região norte de Goiás. As terras até então desocupadas, à margem do Rio Muricizal, estavam localizadas a oeste desse último estado, a 73 quilômetros do então povoado de Araguaína.

Nascido no interior de uma família católica, o segundo de sete irmãos, recebi desde cedo uma educação baseada nos pilares da religião católica. Provavelmente por influência dessa base religiosa, aos nove anos de idade tornei-me coroinha, pessoa que auxilia o padre na celebração da missa. Aos 12 anos recebi de meu pai a missão de ser sineiro da capela Nossa Senhora das Graças, função que exerci com dedicação até os 14 anos de idade.

Em 1987 aos 15 anos, fui residir na cidade de Tocantinópolis, na região do Bico do Papagaio, onde passei a morar no Seminário Menor Leão XIII pertencente à Diocese de Tocantinópolis, onde permaneci como seminarista menor até o ano de 1989. Como estudante, seguia com afinco as normas do seminário nas atividades internas e a noite estudava o 2º Grau Magistério, no Colégio Dom Orione, que na época era referência em educação na região norte do então estado de Goiás.

Os anos em que estive no Seminário Diocesano como seminarista definiram a causa na qual atuaria. A vida em comunidade, o cuidar do outro, o silêncio, a contemplação e os trabalhos pastorais permitiram conhecer muitas realidades até então desconhecidas para mim. Aproximei-me das pessoas pobres e dos grupos excluídos nas comunidades onde exerci atividade pastoral.

Contudo, não dei continuidade a carreira eclesiástica. Deixei o Seminário Menor Leão XIII e retornei para Muricilândia, onde logo ao retornar assumi um cargo por dois anos, como professor no Curso de Datilografia, pelo Instituto Rita de Cássia, sediado no município de Araguaína. Com a criação do 2º Grau de Magistério no Colégio Estadual de Muricilândia passei a lecionar as disciplinas de Didática Geral, Estágio Supervisionado e Educação Física na primeira turma de alunos do curso de Magistério. Nessa época eu já estava com 18 anos. Hoje convivo e compartilho salas de aulas com um contingente considerável de professoras e professores que foram meus alunos no curso de magistério.

Uma vez que a docência passou a ser minha profissão, conseqüentemente ingressei na universidade no ano 2000 após ser aprovado no vestibular para estudar no curso de Licenciatura em História, na Universidade do Tocantins - UNITINS. Fiz opção pelo curso de História por entender que o mesmo dialogava com Filosofia, disciplina que havia estudado no seminário menor em Tocantinópolis e, ao mesmo tempo, havia despertado em mim uma nova compreensão de mundo. Porém, as aulas de Pré-história e História Antiga, em especial as ministradas pela professora Fátima Lima, fizeram-me tomar gosto pelo curso de História, cuja graduação concluí no ano de 2003.

Desde então atuei como professor da rede estadual de ensino em Muricilândia, na disciplina de História. Ademais, o curso contribuiu para o despertar de minha atuação na comunidade que, naquela época, ela já buscava fortalecer sua identidade étnica e política, como uma população que na sua grande maioria se apresentava como remanescente dos quilombos oriundos do estado do Maranhão e do estado do Piauí, vindo a ser reconhecida pela Fundação Cultura Palmares, em 14 de outubro do ano de 2009.

Desde as minhas primeiras imersões nos estudos realizados na comunidade quilombola por pesquisadores vinculados ao PPGCULT - Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território (UFT) - fui instigado a ingressar no Programa, por meio de processo seletivo. Em 2018, entrei como Aluno Especial no Mestrado em Estudos de Cultura, Território e Interdisciplinaridade para cursar a disciplina de

Hermenêutica da Memória. No mesmo ano cursei também a disciplina de Metodologia de Pesquisa em Estudo e Território.

No segundo semestre do ano de 2019, através do Processo de Seleção para Aluno Regular – Ações Afirmativas, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT).

Toda minha convivência com meus familiares, as vivências do Seminário, os conhecimentos adquiridos no curso de História, a atuação e responsabilidade na comunidade como professor da Educação Básica e o processo de construção da minha função de liderança na Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, tiveram um enraizamento na minha história e minha vida. No seio da instituição família sempre presenciei meus pais sempre envolvidos nas causas sociais e políticas na comunidade. Minha mãe, Luiza Oliveira Borges, é costureira ainda hoje, foi comerciante e professora, e meu pai, Manoel Pereira Borges, também conhecido por “Dos Santos” foi carpinteiro, pedreiro, comerciante, lavrador e chegou a assumir cargo público com mandato de verador numa legislatura, na primeira legislatura do recém-emancipado município de Muricilândia.

Meu pai era também mascate, aos sábados viajava pelos povoados de Cocalinho, Cocalândia e Santa Fé para vender confecções. Como eu o acompanhava, então foi durante essas viagens que conheci esses povoados, foi também quando conheci o Povoado Cocalândia, distante oito quilômetros do povoado de Muricilândia. Houve um tempo em que o povoado Cocalândia foi quase que totalmente desterritorializado até o início da década de 1980, permanecendo no local apenas umas poucas moradias, não superior a dez moradias. Todavia, o povoado passa a viver um processo de reterritorialização e volta a receber famílias que haviam se retirado a contra gosto do povoado. Antes daquele processo forçado de perda de território o Povoado Cocalândia passou por um período de aumento de sua população e de prosperidade, chegando a ter mais de 100 famílias residindo nesse núcleo populacional.

Ainda criança ouvia as histórias contadas por meu pai e minha mãe sobre suas experiências de vida e as trajetórias da romaria do Padre Cícero aqui nessa região. Essa romaria foi iniciada nessa região pela beata Antonia Barros de Sousa. A beata veio e trouxe com ela mais de duas dezenas de famílias para habitar e trabalhar no local que passou a chamado por “Pé do Morro” (Aragominas). O movimento que a beata Antonia Barros realizava incluía também o povoado de Muricilândia, povoado de Santa Fé até a Ilha dos Romeiros (Ilha do Pedro Mearim). Essas histórias se confundem com o curso

da comunidade, que, por vezes, eram dominadas pela matriz do pensamento colonial, impondo àquelas pessoas os sistemas político, social e econômico que oprimem e excluem o sujeito dos direitos de habitar, transformar e produzir as relações necessárias para sua própria dignidade, fazendo deste um indivíduo sub-humano, impedindo-o de “representar o mundo como seu e nos seus próprios termos [...]” (SANTOS, 2020, p.17).

Entretanto, nesse trabalho, interessa descrever o conhecimento construído por esses sujeitos epistêmicos e como esse discernimento pode influir nas ações de determinadas pessoas ou grupos receptores, sendo assim, começo a questionar: Que conhecimento produzimos? A quem é direcionado o conhecimento que produzimos? Qual a validade que ele possui dentro de uma sociedade organizada pela matriz colonial do poder, do ser e do saber?

É preciso afirmar: sendo um sujeito quilombola que vive em uma comunidade quilombola, produzindo conhecimento a partir das práticas e convivência na comunidade, a resposta que resulta é que somos sujeitos do Sul, não apenas o Sul global geográfico, mas do Sul epistêmico (RAMOS, 2020). É aqui que o véu é descortinado. O sujeito epistêmico que somos precisa lutar, precisa falar, precisa se instituir, precisa mostrar que os conhecimentos que traz são os melhores, legítimos; tanto como um sujeito individual como um sujeito coletivo (SANTOS, 2020). Essa pessoa quilombola tem, contudo, um lugar: o de falar com base em sua comunidade formada por romeiros e romeiras, negros que trouxeram experiências para esse lugar e aqui as ressignificaram e se ressignificaram individual e coletivamente, reclamando o direito à identidade como quilombolas, confirmando sua ancestralidade.

Nesse sentido, enquanto indivíduo, reivindico esse lugar de produtor de conhecimento acadêmico, socialmente referendado nas experiências historicamente construídas pelas comunidades, com as quais tenho compromisso e com as quais vivo, luto e produzo saber. Nesse momento de fortes ataques às comunidades quilombolas é fundamental retomar o diálogo entre saberes tradicionais e científicos. Este texto, portanto, é o resultado desse diálogo coletivo, mas ele existe enquanto uma sistematização individual, que procura atender o rigor acadêmico e os interesses epistêmicos das Comunidades Quilombolas Dona Juscelina e Dona Domicília, ambas estão às margens do Rio Murici, no município de Muricilândia (TO). O objetivo geral da pesquisa é, assim, construir a linha do tempo e apresentar os protagonistas da formação das comunidades quilombolas, formadas através de romarias em busca das

Bandeiras Verdes, que serão mais detalhadas nos próximos capítulos. Chamamos, de “quilombos da romaria”, os grupos étnicos afro-descendentes, agricultores que vieram para cá, para essa região por influência da romaria, enraizamento aqui suas experiências comunitárias e institucionais que remetiam aos quilombos maranhense e piauiense que ao chegarem reinventaram e resignificaram as práticas herdadas dos seus antepassados nordestinos.

No primeiro capítulo, **Tempos e protagonistas das romarias:** *Marcos para uma linha do tempo quilombola em Muricilândia (TO)*, descrevemos a linha do tempo e os principais protagonistas da formação das comunidades Dona Juscelina e Dona Domicília.

No segundo capítulo, **A disputa pela História:** *A fundação da Comunidade Dona Juscelina, do Povoado Cocalândia e da Comunidade Dona Domicília*, selecionamos um dos marcos da linha do tempo do primeiro capítulo e narraremos a fundação das comunidades.

No terceiro capítulo, **Instituições e comunidades:** *Festejo, Conselho Griô e a Roça Comunitária*, retrataremos duas instituições fundadas que, atualmente, organizam política e produtivamente as duas comunidades.

Capítulo 01 – Tempos e protagonistas das romarias: marcos para uma linha do tempo quilombola em Muricilândia (TO)

Ao pesquisar as comunidades quilombolas do município de Muricilândia houve a necessidade de estabelecermos as conexões da trajetória percorrida pelos homens e mulheres que, num movimento de deslocamento, migraram para a região do Antigo Norte de Goiás com o tempo da *longa duração*, (BRAUDEL, 1992, p. 44) do projeto colonial e anti-colonial.

Falar, então, desse processo implica falar de um sistema longo de interiorização das populações não indígenas naquilo que conhecemos hoje como Brasil. No que diz respeito ao Antigo Norte de Goiás, essa compreensão fica evidenciada em Neto (2021) ao afirmar que:

A primeira bandeira que partiu de São Paulo rumo aos sertões de Goiás-Tocantins foi a de Antonio Domingos Grau (1590-1593), que chegou à região leste do rio Tocantins. Depois, para citar apenas algumas, vieram as de Domingos Rodrigues (1596-1600), que chegou à região do Bico do Papagaio pelo rio Araguaia.[...] Belchior Carneiro (1607-1615), indo mais para o norte. Martins Rodrigues (1608-1613), que arranchou por vários anos no sertão do

Araguaia. André Fernandes(1613-1615), que após entrar no Tocantins, subiu o Araguaia até as suas nascentes.(NETO, 2001, p. 52)

Portanto, Neto (2021, p. 53), observa Palacin (1972) que “a bandeira de Francisco Lopes Buenavides marcaria, no período de 1665-1666, marca a abertura de um caminho por terra em direção a Goiás[...]”. Em seguida, as bandeiras diversificaram seus objetivos e entre o aprisionamento de indígenas e a procura de minérios, acontecia que:

As vicissitudes e dificuldades da empreitada ficava por conta das formas quase idênticas das imensas chapadas e vales a perder de vista, que só um mapa preciso seria capaz de diferenciar e registrar com exatidão. Mas esse mapa não existia senão na memória do sertanista mais experimentado. Esses instintos – o de farejar a riqueza, o ouro, em locais impossíveis de se achar, e de se orientar no vazio da paisagem –, somente o bandeirante tinha. (NETO, 2001, p. 53)

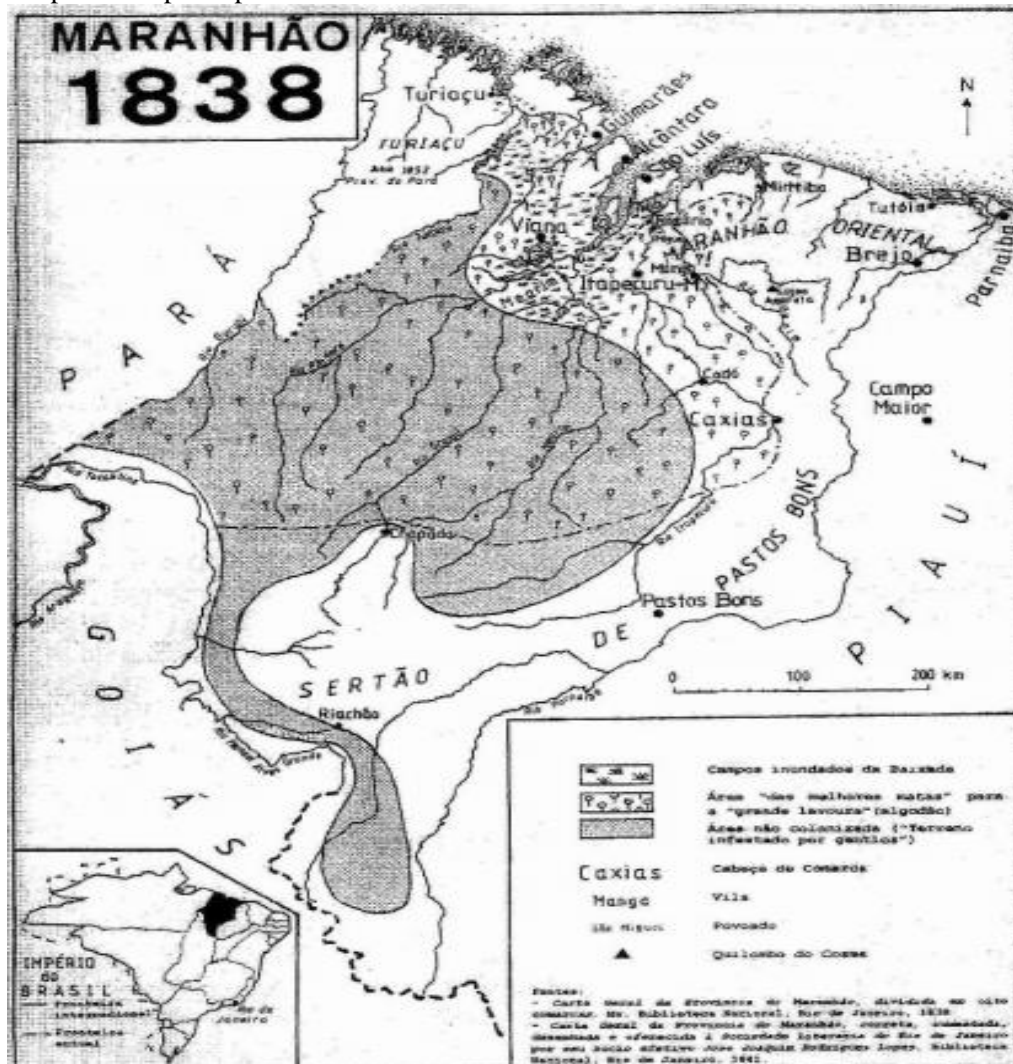
Contudo, essas entradas começaram por articular esse espaço a uma série de objetivos políticos que era a construção, inicialmente, do estado colonial (1549-1822). Mas os bandeirantes não foram os únicos, os Jesuítas também entraram no território, porém os últimos estavam mais interessados nos indígenas que em riquezas minerais; logo, também ajudaram no processo. Assim, para Neto (2001),

Naquele momento, o caminho natural era o Rio Tocantins, que de 1644 a 1674 foi percorrido por Bandeirantes e Jesuítas[...]. Já no século XVIII estavam montados os caminhos e saberes para o que foi a ocupação, exploração e povoamento dos sertões de Goiás (NETO, 2001, p. 54).

A esse marco de longa duração, articulado ao estado colonial, poderíamos acrescentar outros no tempo do Império (1822-1889). O que nos interessa é a articulação do espaço do Antigo Norte de Goiás à sociedade nacional, não obstante houve um momento importante que foi a Revolta da Balaiada. Esse movimento desencadeado no Maranhão abarcou as regiões oriental e ocidental da província, no final da primeira metade do século XIX. Foi uma revolta liderada por homens simples e pobres, e teve sua origem em um “quilombo” (NASCIMENTO, 2020, p. 236), pois contou em sua formação com índios, escravos, vaqueiros, quilombolas e negros não cativos.

A Balaiada se estendeu para partes das províncias do Piauí e do Ceará, como evidenciado no mapa que segue.

Mapa 1 - Mapa da província do Maranhão em 1838.



Fonte: (FIGUEREDO, 2021, p. 02).

Para Assunção (2015), no livro *De Caboclos a Bem-te-vi: a formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão 1800-1850*, em uma análise da Balaiada, chega a conclusão de que: “A denominação reflete a mistura de medo e desprezo com a qual as elites brasileiras encaravam, na época, um movimento composto sobretudo de caboclos e escravos reivindicando seus direitos à cidadania” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 13). Era uma guerra de resistência do campesinato, “onde os camponeses atuavam como produtores de uma economia de excedente, regidos por uma lógica não capitalista. A terra, para eles, não seria uma mercadoria, mas uma terra de trabalho em oposição ao capitalismo que a tem como terra de negócio” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 20).

Assim, Elione Guimarães considerando a Revolta dos balaios, destaca que:

A Revolta dos Balaios (1838-1841) representou a maior ruptura entre a elite e os subalternos na província do Maranhão. A área central da insurreição, que se estendeu a partes do Piauí (onde contou com o apoio de famílias de grandes fazendeiros) e do Ceará, foi o Maranhão Oriental, que concentrava a maior população livre “de cor” (GUIMARÃES, 2017, p. 05).

Sem especificar quem era essa “população de cor”, a autora destaca a ruptura com a ordem escravocrata. E, por isso a repressão violenta. Era um mundo “de cor” que passara a ordenar os rumos da província.

A busca por outra ordem social que Assunção (2015) afirma ser regulada pela cidadania para todos, levou os balaios a pegarem em armas. Os objetivos jamais foram alcançados, muito embora ela permaneça a ocupar páginas nas diversas constituições adotadas ao longo da história do Brasil. Esse é um motivo pelo qual a Revolta da Balaiada não pode ser compreendida como um “Banditismo infrene”, como sugeriu Viriato Corrêa (CORRÊA, 1996, p. 35). Para em tender a Balaiada é necessário explicar a gênese do campesinato em uma sociedade voltada para a grande lavoura de exportação e olhar mais de perto as relações entre camponeses e autoridades (ASSUNÇÃO, 2015). O contingente arregimentado para a Revolta da Balaiada, entre 6 e 12 mil revoltosos da província do Maranhão, conforme assegura Assunção (2015), envolvia vaqueiros, quilombolas, escravos, ex-escravos. Afora aqueles que tinham uma segunda profissão, os demais exerciam atividade em pequenas lavouras, o que lhes faziam ser perfeitamente reconhecidos como camponeses negros: sujeitos pretos e pardos.

Consoante Marcelo Galves (2017), Assunção destacou aspectos próprios da sociedade do Maranhão Oriental, como sendo fortemente marcada pela presença de migrantes provenientes do Piauí e do Ceará; além disso:

Havia um número elevado de propriedades em que o dono não residia na freguesia; era forte a presença de proprietários médios e de uma “classe média rural”; era o mercado de terras ainda incipiente com predominância de formas não privadas de uso da terra (GALVES, 2017, p. 04).

O termo “caboclo”, usado por Assunção (2015), refere-se ao sujeito pardo ou indígena, sujeito que vivia no interior das matas: “poder ser de ascendência indígena, mas também de origem negra, branca ou mestiça: se vive de roça é caboclo” (ASSUNÇÃO, 2015, p. 172) no que denominou-se chamar “aspectos próprios da

sociedade do Maranhão Oriental” em que também estava inserido. Portanto, com a compreensão étnico-racial encontramos claramente uma identidade de classe: camponês e uma tradição comunitária de matriz afro-indígena. O caboclo que vivia nos “centros” (da mata), que não produzia um excedente porque não precisava ou porque não podia comercializá-lo.[...], não necessitava vender sua força de trabalho, muito embora resistissem ao recrutamento forçado no conhecido “tempo do Pega” (Idem, 2015, p. 182). O arcabouço cultural presente nas práticas de produção e de vida comunitária surge a partir das três matrizes apontadas por Assunção (2015), das matrizes indígenas e negras.

Dessa base social e do modo como manejam a terra e as técnicas que empregam para fomentar a produção nas brechas camponesas¹, Assunção (1995, p.09) percebe um modo de produção não direcionado para o mercado, porém voltada para atender as necessidades das famílias, aproximando-as da reciprocidade que Eric Sabourin descreve, em artigo, sobre práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro:

Na zona rural do Sertão [que inclui a área da Balaiada], as comunidades, as redes de proximidade, as relações familiares e interfamiliares, as prestações de ajuda mútua constituem formas de relacionamento e de organização ainda reguladas pela reciprocidade camponesa (SABOURIN, 1999, P. 42)

Com isso, emerge outra formação do campesinato maranhense já naquele momento, que tinha também como sujeitos os migrantes de outros estados nordestinos, a maioria era de cearenses fugindo das secas e que procurava se estabelecer nas terras livres, as que não fossem sujeitas ao domínio de um proprietário. Isso implicou também no aumento da chance de sucesso dos quilombos se estabelecerem enquanto camponeses, com uma base de produção voltada para a subsistência (ASSUNÇÃO, 1995, p.09) e, ao adentrarem o território maranhense buscando outra rota, contribuíram à formação de várias povoações com elevada predominância de pessoas oriundas de outras províncias e que, por não produzirem um importante excedente comercializável, eram um incômodo para a elite, visto que não estavam sujeitos à emergente ética própria das economias de mercado.

Portanto, derrotar a Revolta dos Balaios era questão de honra para a elite imperial, que contou nesse intento, com a Constituição Política do Império do Brasil,

¹ A "brecha camponesa", constituía a concessão de pequenos lotes de terra aos escravos para que plantassem suas próprias culturas de subsistência aos domingos e feriados, livrando os senhores do problema de providenciar a alimentação de seus escravos, Esta prática ajudou a manter as tradições camponesas da África entre os escravos (ASSUNÇÃO, 1995).

outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. O artigo 148 da Constituição do Império dizia: “Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente à segurança, e defesa do Império” (CONSTITUIÇÃO, 1824, p. 11). Sob o auspício da Constituição do Império do Brasil, coube a Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, ‘pacificar’ o Maranhão quando da Balaiada (NOGUEIRA, 2012, p. 16) e reinstaurar a “ordem” social.

Há que se pensar sobre a ótica empregada por Octaciano Nogueira (2012), em sua obra *Constituição do Império Brasileiro – 1824*, para o termo “pacificar”. Quando ele o assume esse termo, é possível reconhecer que ele está se posicionando “do lado” do Império, e não dos milhares de caboclos, quilombolas, cativos e libertos que perderam suas vidas lutando pela garantia de uma cidadania e seus direitos pretendidos, mas não alcançados, o direito de viver sossegado em seus mocambos, povoados e aldeias. Posição essa frontalmente diversa da que estrutura a escrita desta dissertação.

Importa agora dizer que a repressão contra os balaios levou muitos sujeitos a entrarem ainda mais no território, através do Rio Grajaú e outros caminhos, e a formarem novos ‘centros’ no atual Sul do Maranhão e, com a migração intergeracional, o Antigo Norte de Goiás. A Balaiada fez a fronteira interna do Estado imperial se movimentar. Consoante Marcos Saquet (2019), a fronteira tem o significado de movimento, de avanço e de expansão territoriais, com implicações sistemáticas nos limites implementados, se por um lado ela se expande pelo domínio, por outro ela se retrai pela derrota ou pela sujeição. É na fronteira onde os conflitos acontecem, ora os balaios empunham as armas contra as oligarquias rurais, ora o homem nordestino, vendo-se derrotado pela seca em sua terra, sai em retirada a procura de terra e clima favoráveis, onde possa fixar-se, contudo é alcançado pelo embate. Os conflitos promovem o êxodo de famílias, comunidades e imigrantes para lugares desconhecidos, movidos pela fé de que lá chegando reconstruirão um ambiente social para viverem em paz, sem serem compelidos a um novo confronto.

Se Bandeirantes e Jesuítas marcaram os primeiros registros da presença do colonizador no Antigo Norte de Goiás, movimentos como a Balaiada vão trazer para a região grupos de camponeses negros, não poucas vezes afroindígenas, e com eles as experiências sociais que foram construídas em oposição ao Estado Colonial e Imperial.

Contudo, de um ponto de vista de longa duração, a experiência social de camponeses negros teve continuidade no século XX. Só neste século o Estado Nacional, através de uma série ações, procurará “colocar” o Antigo Norte de Goiás e a vizinha Amazônia Sul Oriental sob seu controle, orientando as políticas de migração e de ordenação territorial.

Se os primeiros colonizadores – Bandeirantes e jesuítas – chegaram pelo rio, os do século XX, a partir de 1960, constroem a sua estrada, a BR-153, mais conhecida como a rodovia Belém/Brasília.

O projeto de integração nacional, de interesse interno e externo, foi política do governo Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek e herdada pelos governos militares. A construção teve início no ano de 1960 e foi concluída em 1974. A ligação entre as distantes regiões geográficas e a ocupação desses espaços figuravam como principal interesse do projeto de intervenção estatal na região amazônica.

A foto 2 ilustra o avanço das fronteiras do projeto de colonização da região norte do país, com a abertura de estradas na região amazônica, alterando a paisagem no cerrado e na floresta em toda sua extensão, a partir da década de 1950. Transferindo a importância das cidades localizadas às margens do Rio Tocantins para as cidades que cresciam agora às margens da rodovia Belém/Brasília, aumentando a circulação e influência econômica dessas cidades. Já que, até então, os rios constituíam-se como as principais vias de circulação, e a população não-indígena concentrava-se em sua grande maioria às margens dos rios.

Foto 2 - Abertura da Rodovia Belém-Brasília na década de 1950



Fonte: (FURTADO, 2015, p. 04).

Na seguinte citação, extraída do RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, que apresentava os impactos ambientais provenientes da construção da rodovia Belém/Brasília (BRASIL, 2009), fica evidente que:

A estrada permitiu a abertura de várias frentes de colonização no cerrado e na floresta, em regiões até então habitadas apenas por nações indígenas e povos tradicionais, num processo de integração do cerrado como centro produtor agropecuário importante para a economia do país. Além disso permitiu a abertura de campos de produção em plena floresta amazônica. (BRASIL, 2009, s/p)

A rodovia cumpriu o seu objetivo e assegurou a incorporação econômica e o desenvolvimento urbano de muitas povoações que já existiam e permitiu o surgimento de muitas outras, inclusive algumas delas alcançaram expressivo crescimento populacional nas décadas de 1970 e 1980, como Araguaína, no Antigo Norte de Goiás. Em conformidade com Francisco Sousa (2001), a rodovia Belém-Brasília deslocou o eixo econômico dos Rios Tocantins e Araguaia, trouxe o esvaziamento e o isolamento de algumas cidades às margens desses rios, chamadas por alguns como “cidades tradicionais”. Em contrapartida, Paraíso e Araguaína (TO) e Imperatriz (MA) e tantas outras cidades tornaram-se centros populacionais e econômicos.

É importante dizer, como mostra Negreiros (2018), que a BR 153 é responsável pela incorporação econômica da região do Antigo Norte de Goiás em moldes capitalistas, pois com a abertura de projetos econômicos ligados à pecuária, à mineração e a outros projetos de integração da região, além dos recursos e demandas dos mercados internacionais, atraiu centenas de fazendeiros e empresários do sudeste e sul do Brasil.

Essa incorporação, na verdade, conectava-se aos interesses daqueles descendentes históricos dos colonizadores – Bandeirantes e Jesuítas – que primeiro passaram pela região. Todavia, subvertendo esse projeto de incorporar a região aos interesses do mercado internacional, milhares de camponeses negros nordestinos migraram para a região seguindo seus próprios desígnios. Eles vinham do Maranhão, Piauí, Ceará etc., intensificando o processo que estava em curso durante a Balaiada e que foi fortalecido por esse movimento.

Se os colonizadores e os representantes do projeto colonial, atualizado pelo Estado Nacional, vieram para a região também vieram aqueles que construíram mundos em oposição a esse projeto ou distanciando-se de suas consequências – como a fuga das secas associada à degradação ambiental da mata atlântica – e que haviam entrado em choque durante a Balaiada, tais como: grupos de camponeses negros e descendentes de indígenas. E, com o passar do tempo, esses dois grupos estabeleceram conexões e conflitos: os projetos colonial e comunitário que surgiram em oposição ao colonial, de novo, se encontraram e, mais uma vez, entram em conflito porque significavam formas profundamente diferentes de existir e de se conectar no/com o território e entre/com as pessoas.

Desses deslocamentos, os movimentos em busca das Bandeiras Verdes são aqueles que interessam. Houve a incorporação econômica do Antigo Norte Goiano ao mercado mundial, mas também houve inicialmente a incorporação da região ao território da religiosidade popular nordestina, surgida em torno da figura de Padre Cícero e do território quilombola. O Antigo Norte de Goiás virou espaço de disputa de projetos coloniais e anti-coloniais como as Bandeiras Verdes, além dos quilombos surgidos a partir delas. Consoante Vieira (2001), ela confirma que as Bandeiras Verdes foram “formas de ocupação do espaço e símbolo móvel do sagrado”.

Ao longo de séculos, o projeto colonial (herdado pelo Estado Nacional) foi construindo as possibilidades de anexar esses espaços, tornando-os territórios das colonizações econômica e espiritual. As oposições a esse projeto e a suas consequências, como o desastre humano e ambiental manifestado nas secas no interior do Nordeste e na escravidão, também construíram territórios anti-coloniais por camponeses negros, ou de descendência indígena, quilombos, comunidades religiosas etc. Se o projeto colonial insiste em durar, em tornar-se presente, as oposições a ele também persistem.

1.2 As romarias de Padre Cícero

Anteriormente falamos do longo processo de articulação do Antigo Norte de Goiás ao projeto colonial e anti-colonial. A seguir, falaremos dos tempos médio e conjuntural (BRAUDEL, 1992, p.47) e das romarias de Padim Ciço, ou Padre Cícero, a partir 1872. Nesse ano Pe. Cícero chega a Juazeiro como capelão e passa a exercer o ministério sacerdotal; no ano de 1975, a senhora Domicília Pereira da Silva, mulher negra, romeira, remanescente de quilombo, chega ao povoado Cocalândia passando a contribuir na consolidação de um projeto de organização e resistência anti-colonial sobre o qual a comunidade fincaria suas bases.

Em conformidade com Azarias Lôbo (2011), Cícero Romão Batista nasceu na cidade do Crato, no Ceará, no dia 24 de março de 1844. O autor acrescenta que o referido padre era:

Filho de Joaquim Romão Batista, um comerciante, e Joaquina Vicência Romana. Foram padrinhos de batismo de Cícero o seu avô paterno Romão José Batista e Dona Antonia, sua tia pelo lado materno. De crisma era seu padrinho o chefe político Antonio Luis Alves pequeno, o velho, que depois que Cícero perdeu o pai, lhe ficou custado grande parte dos estudos[...]. Duas foram suas irmãs: Maria Angélica Romana, vulgo Mariquinha, nascida a 25 de outubro de 1842[...]; e Angélica Vicência Romana que, tendo vindo ao mundo a primeiro de outubro de 1949, faleceu em juazeiro no dia 6 de outubro de 1923 (...) Tendo perdido o pai, foi para cajazeiras, Estado da Paraíba, onde estudou com o benemérito educador Padre Inácio de Sousa Rolin, e foi discípulo do Cardeal Dom Joaquim Arcoverde. Em 1865 já estava cursando o Seminário de Fortaleza, onde se ordenou em novembro de 1870. Em 11 de abril de 1872 chegou a Juazeiro como capelão (LÔBO, 2011, pp. 33 e 90)

Lôbo (2011) acrescenta que quando Cícero era criança já demonstrava atração pela religião. Um fato interessante do seu comportamento é que era comum nas horas das refeições não ser encontrado em casa, porém era certo achá-lo na igreja mergulhado em oração, ou, se já era começo da noite, na farmácia vizinha, escutando a elite local que ali se reunia. Acabou por ser ordenado padre no ano de 1870, em Fortaleza, no Ceará.

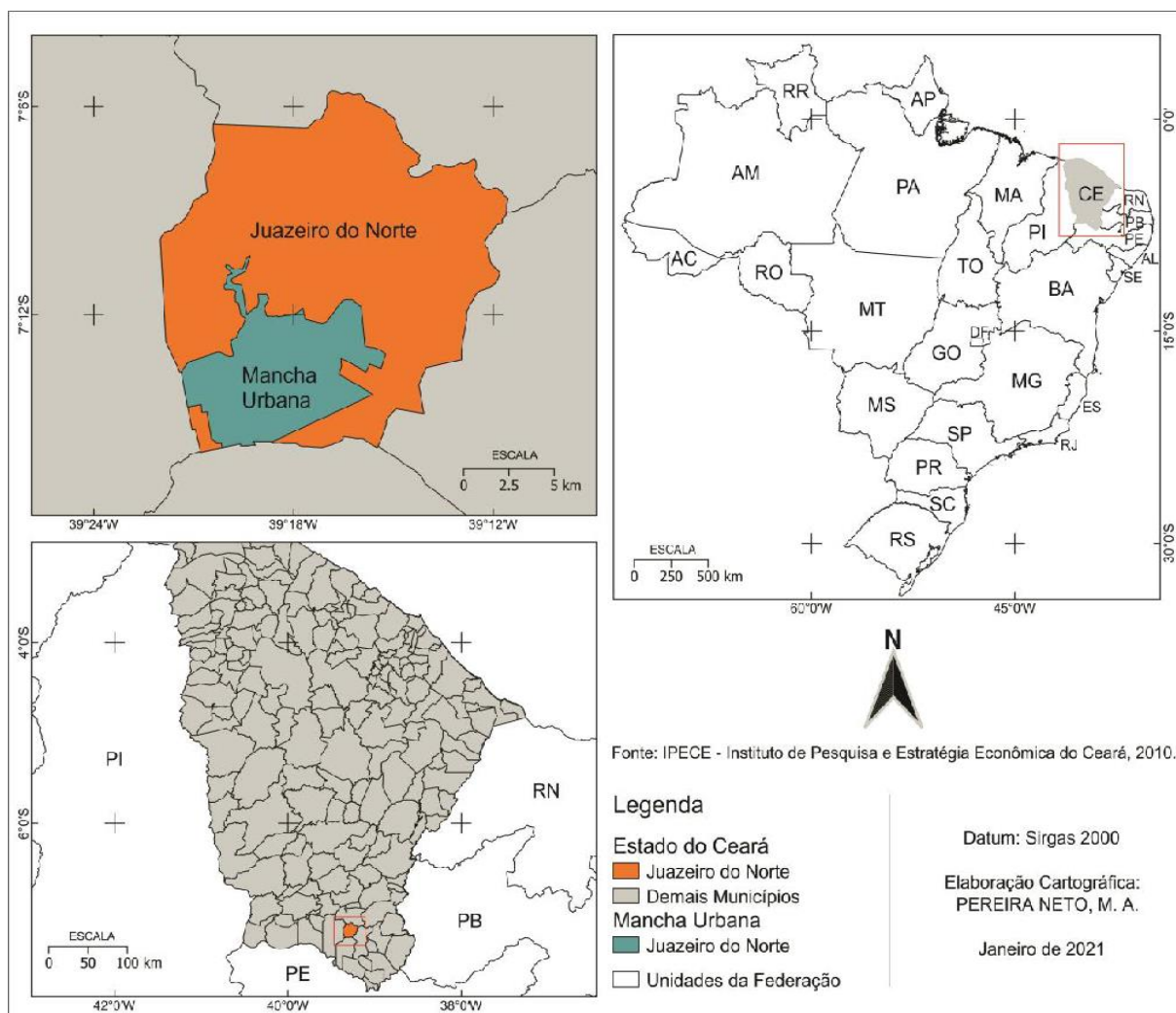
A dedicação de Padre Cícero ao sacerdócio era notável, e ele cumpria uma longa jornada semanal entre visitas aos fiéis romeiros e Juazeiro. Lôbo (2011) relata que a jornada semanal de trinta quilômetros a cavalo o levava a pernoitar nas casas pelo caminho. Numa dessas noites, vencido pelo cansaço, adormeceu e viu desenrolar-se mentalmente, como numa fita cinematográfica, a cena a seguir:

Do lado da igreja fronteira faziam-se ouvir estranhos sussurros. Era nada mais nada menos do que o próprio Jesus Cristo que, acompanhado dos apóstolos, acabava de sair do templo; e confabulando com eles, em tom de grande interesse, dirigia-se exatamente para a casinha de sua hospedagem. Ali chegado, foi logo entrando para a sala com a veneranda comitiva e tomando assento na cadeira, enquanto os apóstolos se instalavam aos lados, nos bancos destinados aos alunos. Nos primeiros momentos nada lhe foi dado compreender; e, embora tivesse ímpetos de ir escutar o colóquio, temeu passar por indiscreto e sofreu a curiosidade. Eis senão quando, o Divino Mestre, sempre solene, alteia a voz, como a declarar findo o caráter reservado das confabulações. E foi só então que o piedoso levita criou coragem e foi colocar-se de pé, bem atrás do Salvador, que prosseguiu suas falas nos seguintes termos: - Tenho empregado todos os meios para salvar o mundo. Meu sangue, entretanto, vai ficando inútil para a maior parte, porque os homens não querem saber da Verdade. Tentei agora um supremo esforço de minha misericórdia: a devoção universal que traz o nome de meu coração...E, se o mundo desdenhar este novo apelo de meu amor, eu destruirei o mundo. E dando por encerrado o discurso, bateu com força na mesa, fazendo estremecer toda a assistência. Voltando-se imediatamente para o Padre Cícero, acrescentou: - Você, Cícero, está vendo aquela gente? O eclesiástico arregalou os olhos e, com grande surpresa, avistou uma multidão compacta de pessoas as mais diversas, na maioria desconhecidas, que enchiam a praça e olhavam curiosas para o interior da habitação. - Tome conta deste pobre povo, - rematou Jesus Cristo; e fique aqui cuidando de sua salvação (LÔBO, 2011, p. 44).

De acordo com Lôbo (2011), Padre Cícero menos de um ano depois fora residir em Juazeiro, sendo provisionado capelão do lugarejo. O eclesiástico, motivado pelo que vira em sonho, dedicou-se ao sacerdócio levando alento aos fiéis, sobretudo àqueles mais pobres e vulneráveis da sociedade, que encontravam em suas pregações e aconselhamentos um alento para a vida e para a morte, passando a seguir e viver em concordância com os seus ensinamentos: todos os que o procuravam, desiludidos dos poderosos, nele encontravam, invariavelmente, o carinho de uma palavra ou de um gesto amigo (LÔBO, 2011, p. 88).

A obra de Lôbo (2011) parece afinada com a memória que os romeiros, entrevistados em seu trabalho, têm de Padre Cícero. Nessas lembranças ele é acolhido como o “cuidador do povo”, um verdadeiro líder a cuja influência bem pouca gente pôde ficar indiferente (LÔBO, 2011, p. 91), o operador de milagres e o profeta das Bandeiras Verdes. Perini (2008, p.20), descrevendo o Milagre da Hóstia, conta que Padre Cícero no momento da comunhão, ao entregar a hóstia à beata Maria de Araújo, presencia a transformação dessa consagração em sangue e carne. Esse milagre aumentou o capital religioso entre os fiéis e ele passou a ser aclamado como “santo”. O contingente de pessoas que se deslocava até Juazeiro para encontrar Padre Cícero, ou ao menos estar perto dele e ouvir os sermões proferidos durante as missas, aumentou de modo significativo depois do milagre. A cada ano a quantidade de fiéis aumentava originando a romaria de Padre Cícero, que recebia romeiros de todas as regiões do Brasil, principalmente do norte e nordeste.

Mapa 3- Localização do município de Juazeiro do Norte



Fonte: (PEREIRA NETO, 2021).

De acordo com Maria Vieira (2001), cabe dizer que a influência do padre Cícero não ficou restrita ao nordeste. Para ela, “os migrantes trouxeram-no para a Amazônia referendando seu deslocamento com a bênção do Padrinho, como mostra a profecia das Bandeiras Verdes. Vão mais longe quando recriam a figura da “nova terra” (VIEIRA, 2001, p.232).

Os migrantes que vieram para o Antigo Norte Goiano, seguindo as Bandeiras Verdes, relataram que a motivação foi a busca pelo Morro Santo e o Santo Cruzeiro, que era liderada pela beata Antonia Barros de Sousa, uma mulher negra que galgou relevante prestígio tanto político quanto religioso entre aqueles que a seguiam. A romaria que a beata Antonia Barros de Sousa trouxe para essa busca tinha Padim Ciço como guia espiritual. Lá em “Brejinho”, no município de Filadélfia, o romeiro

Raimundo Benício relata que a beata teve uma visão(revelação) de um senhor idoso, vestido em vestes brancas, dá a ela a missão de encontrar nas matas do (Rio) Lontra um “Santo Cruzeiro” que estaria em cima do “Morro Santo” (Hoje essa localidade fica próxima a cidade de Aragominas). Em 27 de julho do ano de 1952 o grupo chega ao pé do Morro (Santo), local orientado pelo seu guia espiritual, onde supostamente estaria o (Santo) Cruzeiro e, neste lugar, iniciam um núcleo populacional formado pelos romeiros de Padre Cícero. Assim, tendo os romeiros reconhecido a grandeza do Padim Ciço, é evidente o que VIEIRA (2001) descreve:

Meu Padrinho é representado como patrão. Ele é o dono da Romaria[...]e os romeiros são os empregados. Ele dá ordens e os empregados devem obedecer. No entanto, não se trata de submeter-se a um patrão qualquer, de uma carne material igual a nós. A justeza de sua autoridade é legitimada pelo seu caráter sobrenatural, que leva os romeiros a submeter-se à obrigação (VIEIRA, 2001, p. 379).

Havendo aceito a missão, a beata Antonia Barros de Sousa reúne um grupo e parte numa jornada messiânica e romeira. Ela liderou os romeiros até as terras desocupadas na região “das matas do Lontra”², onde pudessem viver e produzir bastante seguindo os preceitos de Padre Cícero. Deram ênfase às dificuldades de sobrevivência que assolavam todo nordeste naquele contexto, sobretudo os estados do Maranhão e do Piauí, referentes aos problemas ambientais, às secas e ao cercamento das terras comuns nessas regiões pela monocultura, que se intensificava naquele momento abrindo espaço para o Capital.

O fato da beata Antonia Barros de Sousa, diante de sua obrigação (VIEIRA, 2011) em atender Padre Cícero na missão que lhe fora conferida, atrair muitas pessoas das localidades de Filadélfia e posteriormente de Araguaína para perto, fortalecia a religiosidade em torno de uma mulher já idosa, que ficou conhecida como a “Feiticeira” dos Bosques (SILVA, 2020, p.122), contudo essa visão não deixa de ser uma forma depreciativa de afastar as pessoas e enfraquecer a liderança da beata. De forma contrária, configura-se em torno dela uma romaria que ignora as desfeitas em torno de sua imagem e parte ao encontro do “Santo Cruzeiro”, causando incômodo aos padres da Igreja Católica de Filadélfia e Araguaína pelo esvaziamento das igrejas.

² Eram as terras que estavam às margens do Rio Lontra. Toda a extensão das matas que estavam entre o Rio Tocantins e o Rio Araguaia, no sentido leste/oeste, à época estava sob a jurisdição política do município de Filadélfia

O seguinte mapa 04 traz exatamente a localização do Morro Santo onde a beata Antonia Barros de Sousa, sob os olhares atentos de seus fiéis romeiros, encontrou o Santo Cruzeiro

Mapa 04 - Localização do Morro Santo



Fonte: (SILVA, 2022).

Após encontrar o Santo Cruzeiro a beata organiza a povoação do local, estabelecendo suas bases na religiosidade e sob o auspício do Catolicismo Popular, ou seja, dos ensinamentos de Pe. Cícero Romão Batista. Leonidia Coelho (2010) descreve as origens do então povoado Pé do Morro nestes termos:

Essa comunidade teve início no dia 27 de julho de 1952 com a chegada de cerca de 20 famílias de romeiros ao ‘morro do cruzeiro’. Eram, em sua totalidade, negros sertanejos que fugiam da pobreza e da exclusão social. Seguiam a beata Antonia Barros de Sousa que afirmava ter tido uma visão do Padim Ciço ordenando que ela procurasse um morro (Morro do cruzeiro) onde eles encontrariam, no topo, uma cruz encravada na rocha entre ‘duas águas’ para trabalhar em liberdade e com abundância em terras de sua propriedade. As instruções era que, quando chegassem, formasse uma comunidade consagrada a Deus e ao Padre Cícero para viver “segundo a tradição dos antigos” (COELHO, 2010, p. 5).

Participantes da Bandeira Verde entrevistados para essa pesquisa identificavam-se tanto como quilombolas quanto como romeiros de padre Cícero. Muitos eram seguidores de Antonia Barros de Sousa, e, em suas narrativas, eles tinham a seca como elemento de decisão, promovendo a emigração de muitas famílias para o Antigo Norte de Goiás. A missão da beata Antonia Barros de Sousa era encontrar o Santo Cruzeiro, todavia outra missão permeava o imaginário dos romeiros, que era a criação nessas terras da Nova Juazeiro, que estaria ligada a Juazeiro do Norte. Isso mostra como os vínculos se dão no campo material, mas também no campo espiritual, isto é, o romeiro é um ser que age numa perspectiva que vai do natural ao sobrenatural.

O romeiro de Padre Cícero porta-se obediente aos seus ensinamentos e às suas profecias. É importante dizer que os preceitos ecológicos de Padre Cícero que direcionavam as práticas cotidianas do romeiro, ajustavam-se perfeitamente ao mundo camponês negro. Judson Silva (2013) descreve tais preceitos que os romeiros deveriam seguir:

1. Não derrube o mato nem mesmo um só pé de pau.
2. Não toque fogo no roçado nem na caatinga.
3. Não cace mais e deixe os bichos viverem.
4. Não crie o boi nem o bode soltos; faça cercados e deixe o pasto descansar para se refazer.
5. Não plante em serra acima nem faça roçado em ladeira muito em pé; deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza.
6. Faça uma cisterna no oitão de sua casa para guardar água de chuva.
7. Represe os riachos de cem em cem metros, ainda que seja com pedra solta.
8. Plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só.
9. Aprenda a tirar proveito das plantas da caatinga, como a maniçoba, a favela e a jurema; elas podem ajudar a conviver com a seca.
10. Se o sertanejo obedecer a estes preceitos, a seca vai aos poucos se acabando, o gado melhorando e o povo terá o que comer. Mas se não obedecer, dentro de pouco tempo o sertão todo vai virar um deserto só (Silva, 2013, p. 197).

Embora não seja comprovado que esses preceitos ecológicos do Padre Cícero tenham sido escritos por ele, Silva (2013) acrescenta que:

É importante ressaltar que Padre Cícero não deixou nenhuma obra escrita publicada. Por essa razão busquei saber junto ao professor e pesquisador Daniel Walker, especialista em história do Juazeiro do Norte e sobre o Padre Cícero, as origens dos preceitos ecológicos do sacerdote. Nesse sentido, Walker esclareceu que os preceitos ecológicos, hoje amplamente difundidos, foram organizados pelo ecologista brasileiro Dr. Vasconcelos Sobrinho (professor, engenheiro agrônomo e um dos fundadores da UFRPE), com base nos conselhos que padre Cícero dava aos sertanejos através de cartas. Walker afirma ainda que alguns desses conselhos, segundo fontes orais, também eram dados nas pregações diárias que o padre fazia aos romeiros em frente a sua casa (SILVA, 2013, p. 197).

Mesmo não tendo sido escritos por Padre Cícero, os preceitos ecológicos listados foram sendo construídos a partir da oralidade do sertanejo romeiro, até mesmo com possibilidade de terem sido dos sermões proferidos pelo pároco em suas celebrações. A partir das contribuições encontradas nos princípios do Padre Cícero, o camponês aproximava-se de um modo de vida semelhante ao “Bem Viver” descrito por Alberto Acosta (2016), que propõe a conexão entre produção, crenças, vivências e ambiente, onde: “A vida transcorre em função da sociedade. O indivíduo está ligado ao entorno social. E a Comunidade, com todos os seus indivíduos, está em estreita relação com a Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 195).

Esses preceitos parecem uma proposta de solução para os problemas ambientais causados pelo projeto colonizador, com as secas sendo o resultado do desmatamento para as plantações de monocultura. Neste sentido, as orientações de Padre Cícero conectam-se a uma perspectiva anti-colonial construída por aqueles que se opuseram, historicamente, ao projeto colonial: camponeses negros e descendentes de indígenas, quilombolas etc.

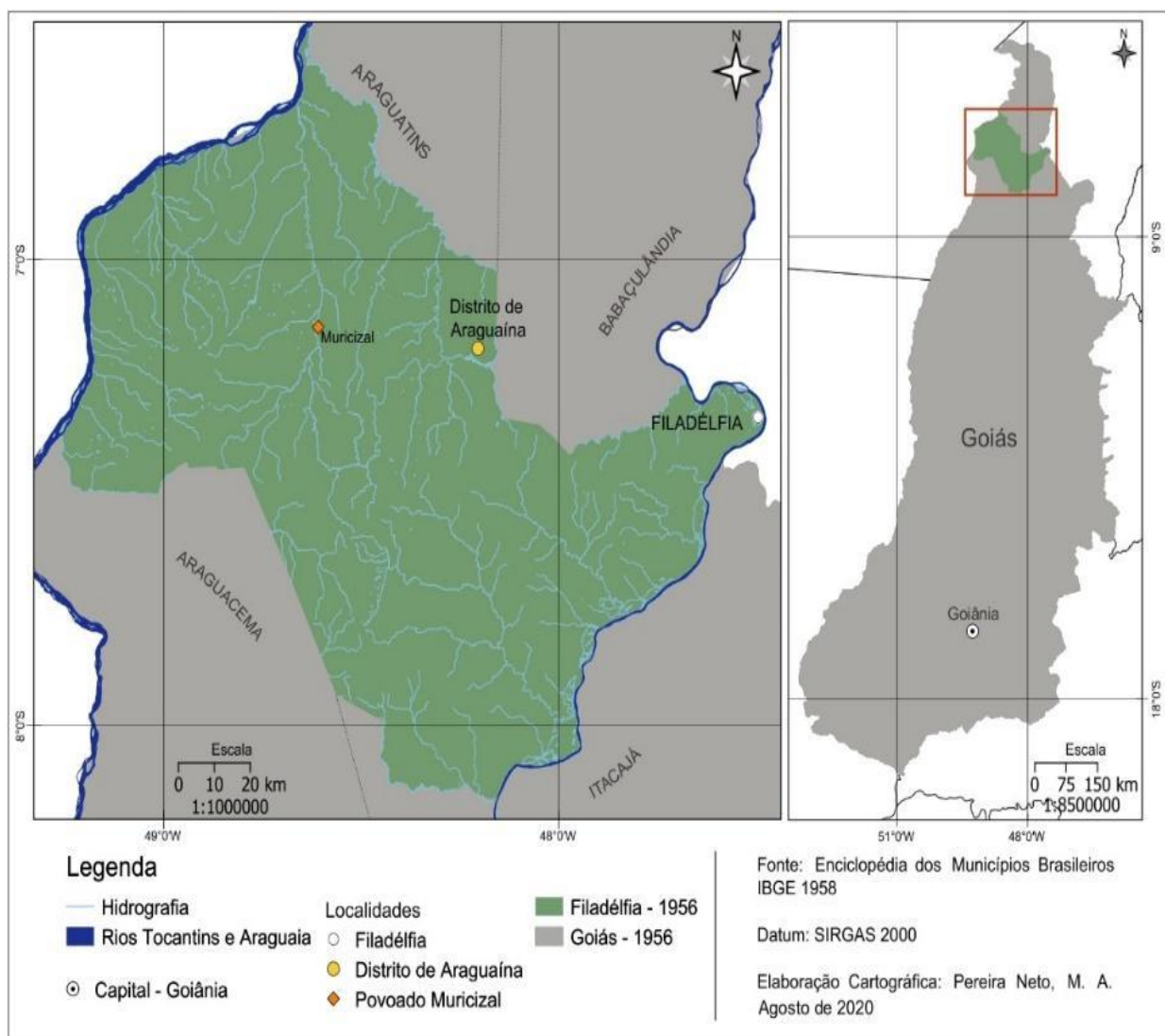
As romarias promoviam cotidianamente essas práticas que estreitavam as relações do homem com a natureza e com o espiritual. Mas havia, ainda, outros motivos. Além das secas e dos cercamentos das terras comuns no Nordeste “outro fator foi [para] a mobilidade de nordestinos que buscavam terras produtivas e livres longe da seca, [além de que] grande parte destas pessoas também vinham atrás das Bandeiras Verdes [...]” (PEREIRA NETO, 2021, p. 27, grifos nosso). Percebemos que motivos ecológicos, fundiários e religiosos se entrecruzavam e formavam o contexto que traziam homens e mulheres para a região em estudo, além de modos de sobrevivência e manejo da terra.

Os propósitos não se distanciavam de saberes e experiências que estavam presentes nas narrativas dos sujeitos que seguiram a beata Antonia Barros de Sousa, dentre eles Raimundo Benício, esperançosos de encontrar o Morro Santo e o Santo Cruzeiro e ali levantarem a “Nova Juazeiro” (Informação verbal). Ela estaria ligada tanto espiritual quanto culturalmente a Juazeiro do Norte, no estado do Ceará, terra de Padre Cícero Romão Batista, influência religiosa sobre a beata e sobre os que a seguiam.

Os romeiros pensavam que quando atravessassem o Rio Tocantins encontrariam as Bandeiras Verdes, uma vasta faixa de terra coberta por densa vegetação nativa, com seus vales, morros, rios, córregos e riachos, consolidando um interflúvio entre dois grandes rios: o Rio Tocantins e o Rio Araguaia. Um território fecundo que abrigava o “Santo Cruzeiro”, propício ao cumprimento e vivência das profecias e os preceitos ambientais de Pe. Cícero Romão Batista.

A abundância de recursos naturais do outro lado do Rio Tocantins favorecia a migração nordestina para essa região vasta, de terras férteis e pouco povoada, pertencente ao município de Filadélfia. Esse local constituía a realização dos sonhos das famílias em encontrar um “lugar sagrado”, uma “terra prometida” (na proximidade de um morro), revelada por Deus e onde pudessem morar, viver em paz e sob a proteção de um santo protetor (SOUSA, 2005, p. 07). O mapa 5 é a representação da vasta extensão territorial do município de Filadélfia, no Antigo Norte Goiano. Nele está a posição geográfica de Muricilândia, onde os romeiros, ao chegarem em 1952, logo cuidaram de ocupar os “centros” das terras férteis desocupadas e a construir suas moradias às margens do Rio Muricizal, apressando-se em construir uma capela feita de pau a pique e coberta com palhas de babaçu, onde realizariam suas devoções como as rezas do terço, as penitências e, uma vez ou outra, a celebração da missa, quando passava o padre em desobriga pelo interior da região.

Figura 5 – Mapa do município de Filadélfia - 1956.



Fonte: (PEREIRA NETO, 2020).

As entrevistas realizadas com romeiros e moradores de Muricilândia mostram como eles definem as Bandeiras Verdes. O senhor Manoel Pereira Borges³, conhecido em Muricilândia por “Dos Santos”, descreve as Bandeiras Verdes como:

Olhando o povo do passado, o povo hebreu, quando Moisés conduzia a multidão para uma terra prometida, terra aonde corria leite e mel, isto é, uma terra boa, uma terra que produzia tudo, uma terra que tudo que se plantava tinha, então é, a gente tinha na mente que a terra prometida é realmente a Bandeira Verde. Para nós, Bandeira Verde baseada no que padre Cícero dizia muitas vezes no Juazeiro, enquanto era vivo, naquela época em que existia muita seca, muita fome, muitas necessidades do povo do nordeste, ele as vezes dizia para alguém, para atravessar os rios grandes e procurar as Bandeiras Verdes. Aí as Bandeiras Verdes pra nós, acontece no sentido de mudar para onde tem muita mata, onde é um lugar bom, que tudo que se planta tem, um lugar que chove muito, um lugar de progresso. Inclusive essa região onde a

³ O senhor Manoel Pereira Borges, além de romeiro é também griô, integrante do Conselho de Griôs da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, em Muricilândia.

gente mora aqui é considerada uma região das Bandeiras Verdes. Os rios grandes pra quem mora no nordeste significa o Tocantins e o Araguaia, quer dizer: atravessem os rios grandes, isso é, o rio Tocantins e o rio Araguaia, aí se depara com as Bandeiras Verdes, tanto depois que atravessa o rio Tocantins como depois que atravessa o rio Araguaia, aí é onde tá as Bandeiras Verdes (Entrevista oral, senhor Dos Santos, 03/05/2021).

Para o senhor Manoel Pereira Borges (Dos Santos), griô da Comunidade Remanescente do Quilombo Dona Juscelina e romeiro de Padre Cícero, as Bandeiras Verdes estavam estreitamente relacionadas às exortações de Padre Cícero que o romeiro, no seu imaginário, entendeu como as matas e as terras encontradas aqui, pois elas eram a concretização dos ensinamentos ecológicos de Padre Cícero. Ademais, ele acrescenta, por assim dizer, que as Bandeiras Verdes eram como a terra prometida para onde Moisés conduziu o povo hebreu, terra onde corria leite e mel; ou seja, eram terras muito férteis, onde tudo que se plantava produzia bem. Pereira Neto (2021) define um conceito de Bandeiras Verdes que não contradiz o entrevistado Griô, Manoel Pereira Borges, chamando a atenção para as narrativas espacial e geográfica das Bandeiras:

As Bandeiras Verdes são as áreas onde há mata, água, lugar para plantar e viver, no entanto, não existe um ponto exato de onde sejam, onde se começa e onde se termina isso me fez pensar nas Bandeiras Verdes como uma narrativa espacial, uma narrativa geográfica, pelo fato da mobilidade, a incerteza do lugar que não é conhecido, ao chegarem se tornam sujeitos espaciais mantendo os aspectos da fé em Padre Cícero e nas Bandeiras Verdes (PEREIRA NETO, 2021, p. 27).

Não foi possível encontrar referências a discursos, sermões, ou aconselhamentos de Padre Cícero orientando o nordestino a migrar para o encontro das Bandeiras Verdes. Mas o termo está presente nas narrativas dos romeiros, homens e mulheres, sobretudo nas dos nordestinos que atribuíam à migração o encontro do homem com as matas, com os rios e as terras férteis do interflúvio Tocantins-Araguaia, com as “Bandeiras Verdes”.

Os narradores atribuem ao Padre Cícero profecias como a da busca pelas Bandeiras Verdes. Através delas – não importa se apócrifas – grupos de romeiros cruzaram o Rio Tocantins e entraram nas matas do Rio Lontra, encontraram o cruzeiro e fundaram ‘Nova Juazeiro’, conhecida como o povoado de Pé do Morro, hoje em Aragominas, e também o povoado de Muricilândia.

Antonia Barros de Sousa ergueu uma povoação de romeiros na qual as profecias e penitências aumentavam a fé e a dedicação à Romaria mantendo as famílias fieis às profecias que as unia ao Pe. Cícero. Vieira (2001) descreve o povoado de romeiros da beata Antonia Barros da seguinte forma:

Moravam ali cerca de 30 remanescentes do grupo que tinha chegado na região em 1952. No topo morro havia uma igreja. Aquele era o dia de São Raimundo Nonato e, no dia anterior, muita gente havia subido em procissão até a igreja para comemorar o dia do Santo. Pudemos assistir à noite, à Penitência na casa de pessoas do grupo. Tratava-se de uma vigília, em que se passava a noite toda rezando e cantando benditos. O grupo tinha um contato permanente com Juazeiro, sendo que alguns viajavam anualmente em romaria para lá. Tinham nas casas imagens do Padre Cícero que chegavam a medir um metro e meio de altura (VIEIRA, 2001, p. 61).

As romarias eram compostas por sujeitos em busca de um mundo oposto ao pretendido pelo projeto colonial – em suas características sociais, produtivas e ambientais –, desenvolvendo-se como tempo conjectural, visto que existem como dimensões conectadas à construção e à reprodução do projeto colonial e da construção de territórios anticoloniais. Elas mantêm uma identidade de articulação contextual específica: a do processo de construção do vínculo do Antigo Norte Goiano ao território anticolonial que estava inserido no projeto colonial – atualizado para a região pelo Estado Nacional- na conjunta das décadas de 1960, 1970 e 1980, a semente da resistência anticolonial.

1.3 O tempo curto dos protagonistas

Passemos agora ao tempo curto da ação individual. Daquele período em que se constroem como liderança política, em que os agentes individuais fazem movimentar as conjunturas e as estruturas sociais e temporais. Antonia Barros de Sousa, João Francisco de Sousa, Lucelina Gomes dos Santos (conhecida como D. Juscelina) e Domicília Pereira da Silva.

A primeira personalidade é Antonia Barros de Sousa, popularmente conhecida por Antonia Parnaguá, beata Antonia Barros de Sousa. Acredita-se que o termo “Parnaguá” de sua alcunha venha do fato de seu pai ou seu marido ter nascido no município de Parnaguá, no estado do Piauí. Mulher negra de Filadélfia (TO) que recebeu orientação de um espírito – possivelmente Padre Cícero – para atravessar o Rio Tocantins e guiar parentes, amigos e vizinhos rumo às Bandeiras Verdes, em 1952. Em 27 de julho desse mesmo ano o grupo chegou ao local onde supostamente estaria o Santo Cruzeiro e, então, descansaram ao pé do Morro Santo e no dia seguinte o

escalaram e encontraram o “Santo Cruzeiro”. Nesse local construíram uma capela em honra a São Sebastião, aliás, onde até hoje os romeiros sobem o morro para rezar suas penitências.

Ilustração 6- Beata Antonia Barros de Sousa



Fonte: (ESTADÃO, 2021).

No início da segunda metade do século XX, em Brejinho, região rural de Filadélfia, Antonia Barros de Sousa, viúva, beata e visionária, com o propósito de localizar um símbolo religioso, “O Santo Cruzeiro” de grande veneração cristã, inicia o êxodo que traria incômodos às autoridades políticas e religiosas de Filadélfia e do povoado de Araguaína. A beata, liderando algumas famílias de retirantes nordestinos, adentrou por léguas no interior da floresta a procura de um elemento místico, um cruzeiro, que estaria no cume de um morro, na direção poente (Entrevista oral, senhor Raimundo Benício da Silva, 27/07/ 2015).

O prestígio, o respeito e a obediência de seus liderados eram alguns dos motivos de incômodo às autoridades. Em uma marcha que crescia em número de

peessoas à medida que avançava para o interior da mata a procura do Santo Cruzeiro. O que suscitava o medo também permitia a possibilidade de encontrar terras férteis desocupadas, onde pudessem se fixar e iniciar no lugar uma nova povoação. É possível destacar duas características da mata: ser um lugar inexplorado e ser um lugar fértil. A mata é um espaço que ainda não foi desbravado: é virgem, é inclemente e não foi tocada pelo homem, ou melhor, por cristão (VIEIRA, 2001, p. 146).

A liderança de Antonia Barros de Sousa foi sendo construída à medida que ela conseguia a confiança do grupo através de exortações de cunho religioso que prendiam a atenção e o respeito dos que a seguiam. O senhor Raimundo Benício, liderança quilombola da Comunidade Quilombola Pé do Morro, em Aragominas, estava com a idade de 17 anos quando ingressou no grupo da beata Antonia Barros de Sousa, que, conforme o senhor Raimundo, aparentava ter uns 70 anos de idade quando rumava para a mata do Lontra⁴, assim ele narrou sobre a líder:

Antonia Barros de Sousa era uma viúva, ela morava na beira do brejinho, bem próximo de Filadélfia, ela era uma viúva, tinha uma filha, um filho e um neto, então ela teve essa visão que um padre apareceu a ela, mandando que ela viesse pra mata do lontra, que ela chamasse os filhos dela, a filha, o filho e o neto e viesse pra bandeira verde aqui do lontra, pra mata do lontra pra procurar um santo cruzeiro, ela acompanhada dos seus filhos, ela partiu no dia 18 de março do ano de 1952 pra procurar. Na época que surgiu essa conversa foi juntando mais gente, juntando muita gente, uns ia saber da verdade, outros ia, cuma foi? cuma foi que aconteceu? Você viu essa mulher? O que você acha dessa véia? Essa véia tá mentindo ou ela tá louca? Ou ela tá certa? O que que tá acontecendo? Até que foi ao ouvido das autoridades [...](Entrevista oral, senhor Raimundo Benício da Silva, 27/07/ 2015)

Notadamente percebe-se através do relato do senhor Raimundo Benício que Antonia Barros de Sousa aguçou a curiosidade de muitas pessoas, mas também despertou a preocupação das autoridades de Filadélfia. Haja vista que despertou o interesse de muitos em segui-la rumo ao desconhecido, mas movidos pela fé professada nas palavras da beata.

A saída da beata Antonia Barros de Sousa de Filadélfia implicava supostamente em problemas, posto que ela levava consigo uma expressiva quantidade de pessoas. Esta partida causaria um desfalque na economia, na política e até mesmo na religião daquele município. Imediatamente as autoridades procuraram impedir ou retardar o egresso da beata, chegando a ser detida e levada à delegacia para

⁴ Vasta faixa de terra coberta por florestas que estavam localizadas às margens do rio Lontra, no município de Araguaína

interrogatório policial, tudo na tentativa de que ela desistisse da sua missão. Sobre esse ponto, bem narrou o senhor Raimundo Benício (2015):

Então naquela época que surgiu essa conversa que ela vinha pras matas do Lontra, até que foi aos ouvidos das autoridades, as autoridades intimaram ela, mandaram a polícia ir lá, a polícia intimou ela, levou ela lá na Filadélfia, o delegado nessa época era o Raimundo Tenente aí ele chamou ela lá na delegacia e conversou com ela, e ela explicou qual era o motivo dela vim até aqui nessa mata, mais que aí ele proibiu, disse que ela tava era louca, não podia tá inquietando o povo, então que ela quetasse com isso que ele ia dá uns quinze dias ou trinta dias pra ela parar com isso, mas que ela sempre via a visão e encontrava com esse padre e ele sempre mandando que ela viesse e que nada ia acontecer com ela, que ela ia ser prissiguida, mas que ela nunca ia ser vencida e ela não se incomodasse com isso e seguisse a viagem dela (Entrevista oral, senhor Raimundo Benício da Silva, 27/07/ 2015).

De acordo com o relato acima, de Raimundo Benício, os contatos da beata com o padre foram através de visões. Nessas revelações ele ordenava-lhe que fosse à mata do Lontra, portanto, fica evidente na narrativa de Raimundo que houve experiências espirituais entre eles, o padre Cícero e a devota Antonia de Sousa. As visões, essas experiências transcendentais, conferem à Antonia Barros de Sousa uma autoridade que na nossa percepção abarca duas dimensões: política e religiosa. É possível conferir o poder político da beata no episódio da perseguição ao grupo por uma guarnição policial de Filadélfia, como narrou o senhor Raimundo Benício, romeiro de Pe. Cícero e seguidor da beata:

Ela não chamava ninguém, como ela respondeu para o Raimundo Tenente que era o delegado, que ela não tava chamando ninguém, que o Pe. Cícero tinha falado pra ela que num chamasse ninguém, chamar só os filhos dela, quem quisesse acompanhar ela, que acompanhasse, mas também que ela não privasse a pessoa que quisesse acompanhar ela, por que aquele pessoal que queria acompanhar ela era considerado como romeiro. Então era umas ovelhas que ia acompanhando o pastor. Então o Raimundo Tenente pesava que aquilo era ilusão dela, era incutindo o povo, mas não, ela não chamava ninguém, ela nunca chamava ninguém.[...] (Entrevista oral, senhor Raimundo Benício da Silva, 27/07/ 2015)⁵.

Para o senhor Raimundo Benício ser romeiro de Pe. Cícero significava estar em inteira consonância com o Juazeiro do Norte e seu principal representante religioso, através do vínculo espiritual e físico e, se preciso for reinventando a forma de evocar o Padre Cícero Romão Batista, conforme afirma Vieira (2001): “o grupo tinha um contato permanente com Juazeiro, sendo que alguns viajavam anualmente em romaria para lá. Tinham nas casas imagens do Padre Cícero que chegavam a medir um metro e meio de altura” (VIEIRA, 2001, p. 183).

⁵ Informação cedida por Raimundo Benício, no dia 27 de julho de 2015, em entrevista.

A beata Antonia Barros de Sousa e o grupo que liderava chegaram ao seu destino na tarde do dia 27 de julho de 1952. Consoante Raimundo Benício da Silva (2022), os primeiros a chegarem ao local indicado pela beata foram os picadeiros. Os picadeiros eram os homens que tinham a tarefa de adentrar nas matas, abrindo picadas com foice, facão e machado. Estes homens abriam as picadas obedecendo as ordens de Antonia Barros de Sousa, que lhes indicava a direção que deveriam seguir, assim, encontrariam um conjunto de três morros; entre eles estaria um morro maior, que era o Morro Santo, onde estaria o suposto cruzeiro que a beata dizia estar a procura e teria a missão de encontrá-lo e construir uma capela no lugar. Eles conseguiram alcançar com exatidão o local onde estaria o Morro Santo. Em seguida, retornaram ao local, agora com a presença da beata Antonia Barros de Sousa, ficaram acampados no Pé do Morro em um vão de terra às margens de um pequeno riacho onde hoje é a chácara do senhor Raimundo Benicio da Silva.

As primeiras ações da Beata foram subir o morro, encontrar o Santo Cruzeiro e construir uma pequena capela improvisada sobre ele, protegendo-o das intempéries provenientes de fatores climáticos. No local onde o Santo Cruzeiro foi encontrado os romeiros construíram uma capela onde rezam penitências até hoje. O Santo Cruzeiro inicial não se sabe ao certo que rumo levou, não há uma narrativa oficial sobre o seu paradeiro. Abaixo, na foto 7, vemos a Capela de São Sebastião, que foi construída pelos romeiros em 1962, a poucos metros do local onde o Santo Cruzeiro foi encontrado em 1952.

Foto 7 – Capela de São Sebastião, construída em 1962.



Fonte: (BORGES, 2022).

Quatro anos após a chegada da beata e dos romeiros chega o senhor Libânio, que vinha um pouco atrás, seguindo o percurso da beata. Ele construiu a sua residência afastada uns dois quilômetros do local onde a beata havia construído uma pequena vila. Antonia Barros de Sousa havia construído uma pequena vila no pé do Morro Santo, com três a quatro ruas povoadas pelos romeiros que a acompanhavam na busca pelo Santo Cruzeiro, segundo Raimundo Benício da Silva dissera anteriormente (Entrevista Oral, 2022). Na segunda metade da década de 1960 chega O “Povo do Sul” (SILVA, 2022), uma referência aos que chegavam anos após 1952, das regiões do Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil, trazendo documentos que diziam serem os donos das terras ocupadas pelos romeiros eram deles. Contudo, muitos romeiros deixaram a vila e foram construir suas casas próximas ao senhor Libânio, e assim vai se formando o povoado que décadas depois passa a se chamar Aragominas. Raimundo Benício da Silva foi enfático ao afirmar:

Nós tava todo mundo morando na vila feita pela beata Antonia, era bem ali, daqui lá talvez dê uns 130 metros. Eu não morava na vila, eu morava aqui mesmo, fiz minha casa aqui perto do meu sogro, mais era bem pertinho da vila. Outros procurava botar roça e fazer sua casa pra morar com a família mais afastado da vila, mais todo mundo obedecia a beata. Agora quando chega o povo com o documento dessas terras na mão, aí foi uma confusão, ninguém entendia, nós pensava que a terra era nossa, porque nós chegamos aqui e não tinha um pé de cristão morando aqui, era só mata, depois eles chegaram dizendo que as terras era deles, aí um bocado se mudou lá pra onde

morava o senhor Libânio, depois foi outros morar lá também, não ficou quase ninguém morando aqui, aí a vila foi indo e acabou, foi todo mundo pra onde o senhor Libânio (Entrevista oral, senhor Raimundo Benício da Silva, 27/02/2022)

O “Povo do Sul” – representantes do projeto colonizador – que seu Raimundo Benício da Silva faz menção são as famílias que chegam a partir da segunda metade da década de 1960, vindos principalmente do sul do estado de Goiás. Essas famílias conseguem do governo do estado títulos de propriedade de áreas na parte das terras do Lontra, exatamente onde estavam estabelecidos os romeiros e a romaria de padre Cícero. Isso vai gerar momentaneamente um conflito pela posse da terra, pois quem já estava situado em suas vilas não aceitava sair. Seu Raimundo Benício reforça que foi preciso os romeiros recorrerem ao prefeito de Araguaína, o senhor Anatólio Dias Carneiro, primeiro prefeito eleito, para resolver a questão. O narrador, Sr. Raimundo Benício, descreve toda situação da posse de terra nos anos seguintes a 1952, e como a situação foi resolvida evitando, assim, possíveis conflitos com os novos migrantes, o “Povo do Sul”:

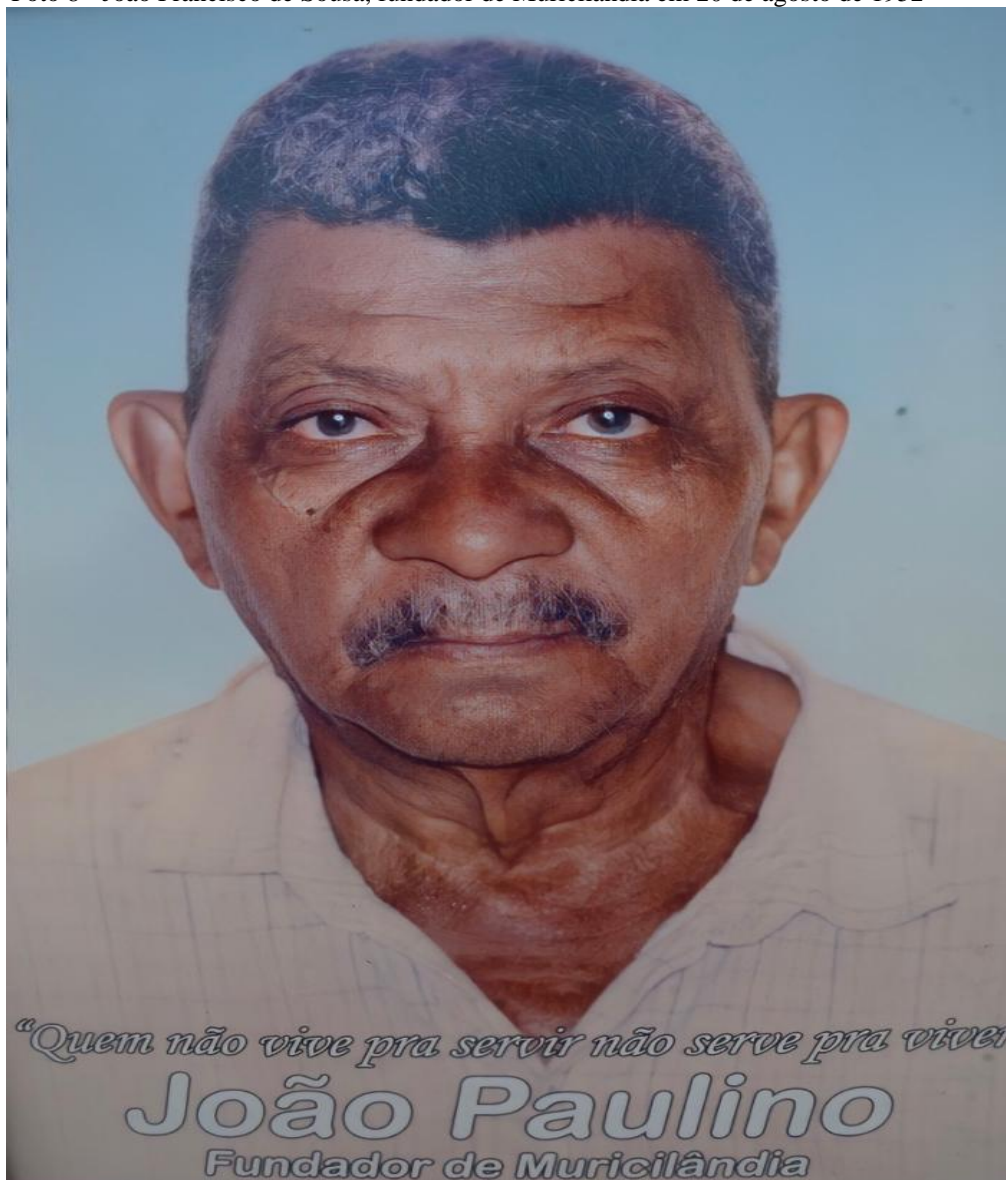
As pessoas que chegaram depois de nós, veio muita gente depois, só gente de condição, começaram a chegar de 1954 pra 1955 pra frente aí começou chegar muita gente, que eles vinha de avião, marcava o lutiamento, daquela serra praquela outra acola e fazia esse riquirimento, ia e chegava lá em goiânia fazia aquele riquirimento, que quando nós demo fé nós tava tudo dentro de fazenda alêia, aí chegava gente, era agrimissor que media, você só via era picada pra todo lado, e aí o Anatólio que foi o primeiro prefeito de Araguaína eleito pelo povo[...]Aí o Anatólio era muito amigo de meu pai, ele veio aqui e disse Alêixo vocês perderam muita coisa, vocês amansaram o lugar, amansaram o burro pros outros, porque antes de vocês aqui ninguém mexia aqui, ninguém tirava fazenda aqui, hoje vocês amansaram, fizeram o camim pro povo entrar aí eles chegaram aqui compraram essas terras tudim e vocês tão no meio, então tá tudo cortdo, tá tudo riquirido lá em Goiânia. depois que nós tamo aqui foi que eles requerero o lugar, aí o Anatólio foi lá em Goiânia, disse vou vê se consigo, então ele veio e conseguiu essa área aqui, o Anatólio disse porque isso aqui vai virar cidade, eu vou tirar uma área grande, eu consegui lá com o governo o lutiamento. Quando foi lutiado isso aqui era 103 alqueires cada lote né! Então ele, o governador debateu lá e tirou a área pra cidade aqui, pro distrito, por que isso aqui vai logo ser distrito e depois vai passar a ser cidade, então tirou essa área, aí depois foi reparti aquilo com nós, nós já era muita gente, eu não sei quantos alqueires era mais era muita terra, quem ficou com mais terra aqui foi o seu Gregório que morava mais afastado aqui e o Cirilo Ribeiro que também já tinha o centrozim dele que mais afastado também era a maior, aí o papai que tirou dez e meio, aí os outros era dois alqueires, era três, era quatro, era meio, porque tava imprensado né! aí nós fiquemo na mão. Naquela época ninguém ouvia falar que vendia terra, ninguém ouvia falar nisso. A terra não tinha dono não, ninguém tinha terra do lontra pra cá não, nem pra lá não tinha, tinha assim tinha o assentamento né, aí ficava pra lá criando um gadinho né, uma rocinha de mandioca pra fazer farinha, mais ninguém era dona da terra não (Entrevista oral, senhor Raimundo Benício da Silva, 27/02/2022).

Sobre a ocupação dos espaços vazios pelo “Povo do Sul”, José de Sousa Martins (2018) afirma: “Embora, até por tradição, viesse ocorrendo um lento processo espontâneo de ocupação “do Oeste” e, [...] anos de 1950, do Centro-Oeste e do Norte do país, o regime militar decidiu acelerar, definir as características dessa ocupação e controlá-la” (MARTINS, 2018, p. 74). Por isso, o estado dava os títulos das terras ocupadas pelos romeiros aos migrantes do Sul de Goiás que viessem para a região. Pois, a “modalidade de ocupação proposta era contraditória: a da agropecuária, uma atividade econômica que dispensa mão-de-obra e esvazia territórios” (MARTINS, 2018, p. 74). Portanto, mal haviam chegados e já se viam em situação de conflito por sua expulsão do território.

No entanto, o grupo de romeiros já passava por conflitos internos. Essas contendas acabaram por permitir que houvesse um cisma dentro do grupo da beata Antonia Barros de Sousa. Em 1952, ano da chegada da beata e dos romeiros às terras desocupadas do Lontra, as Bandeiras Verdes começaram a receber as famílias nas terras desocupadas ao redor de Morro Santo, onde edificaram a romaria de Padre Cícero e suas bases sociais, culturais e religiosas.

A segunda eminente figura foi João Francisco de Sousa, ou João Paulino, como também era conhecido. Por ser mais popular por seu epíteto, usaremos mais a denominação “João Paulino” sempre que nos referirmos a João Francisco de Sousa. A pouca suficiência de água no local e o descontentamento com a forma como a beata distribuía de forma como era feita a distribuição dos lotes de terra entre os romeiros, também fizera com que João Paulino decidisse deixar o grupo da beata e seguir adiante na jornada em busca da abundância de água e terra boa, na direção dos santos campestres, tão anunciado pela beata. A foto 8 abaixo é de João Francisco de Sousa, líder do grupo fundador de Muricilândia. Essa foto está exposta no plenário da Câmara Municipal de Muricilândia.

Foto 8 - João Francisco de Sousa, fundador de Muricilândia em 20 de agosto de 1952



Fonte: (CÂMARA MUNICIPAL, 2022).

Assim, João Paulino e mais sete companheiros, a saber pelo primeiro nome, foram eles: além de João Paulino os outros sete Barnabé, Zacarias, Abidias, Manoel Barracão, José Fernandes, Zé Piqueno e Marciano tomam a decisão de se desvencilharem do grupo da beata e, avançaram pelo interior das matas, seguindo na direção oeste, até alcançar às margens de um rio. A possibilidade da existência de um curso d'água já era evidente para o grupo de João Paulino. Em diversos momentos, sempre ao amanhecer do dia, do alto do morro, eles observavam que uma nuvem branca, como uma neblina que pairava sobre a mata, traçava uma linha que seguia as curvas, fazendo parecer que ali embaixo havia água correndo, fosse córrego ou um rio. O que eles não imaginavam é que ao chegar ao local onde supostamente avistara as

nuvens sobre a mata, encontrariam um rio largo de aproximadamente 15 a 20 metros e profundidade de aproximadamente 3 a 5 metros. Não era um pequeno córrego como os que foram encontrados pela beata nas proximidades do Morro Santo. Suas águas escuras e frias escondiam uma variedade de peixes, nas suas margens havia uma diversidade de árvores frutíferas, onde uma se destacava em grande quantidade e que é conhecida como murici vermelho, árvore que cresce e produz bem às margens dos rios. Aliás, ela produz frutos de coloração vermelha que é devido a uma alta concentração de ácidos que são muito azedos. As terras eram férteis, então, era garantia de boa produção. A descoberta se deu em 20 de agosto de 1952.

Seria o lugar encontrado por João Paulino e seus companheiros um dos santos campestres? Visto se tratar de uma região que marca a transição entre dois biomas: o Amazônia e o Cerrado, penso não ser exagero dizer que sim. A missão da beata Antonia Barros de Sousa também era de encontrar os santos campestres, onde seriam construídas povoações de romeiros devotos de Padre Cícero. Uma dessas povoações seria a Terceira Juazeiro, como relatou o senhor Manoel Pereira Borges: “A beata dizia que era para encontrar os campestres, os santos campestres que estavam num descampado, onde tinha muita água e terras para plantar roças e fazer os povoados dos romeiros” (Entrevista oral, senhor Dos Santos, 03/05/2021). Dessa forma, rememoramos Vieira (2001) quando ela afirma que a crença na profecia é compartilhada por camponeses, e negros vindos do Nordeste e de outras regiões como o Centro Oeste, tendo sido, para muitos, o elemento desencadeador da migração para a Amazônia. (VIEIRA, 2001, p. 139).

Ainda jovem, João Paulino deixou sua família e sua cidade natal para ganhar a vida como músico, tocador de sanfona, pelo nordeste e norte. Antes de ouvir as histórias sobre a beata Antonia Barros de Sousa e suas visões ele costumava ganhar a vida como sanfoneiro, tocando festas quando era convidado para tal; quanto à religião não era cético, mas dava pouca importância aos propósitos da beata, mesmo assim, resolve juntar-se ao seu grupo, seguindo a romaria, visto que muitos eram os que a seguiam, inclusive alguns conhecidos seu já seguiam a beata. Para Borges (2017), “João Francisco de Sousa à época com aproximadamente 32 anos de idade, estava ali mais como músico do que como romeiro, talvez por força da idade que impulsionava suas ações (BORGES, 2017, p. 04), fazendo acreditar que iria desmascarar a beata quando está simulasse encontrar um cruzeiro que, supostamente estaria cravado em uma fenda

de rochas, no alto do Morro Santo, mas o que se seguiu foi um deslumbre coletivo, quando a beata tira um lenço branco da cabeça e de forma repentina, fala “É aqui”, num gesto cuidadoso, sob o olhar de todos a beata cobre um lajeiro com seu lenço que aos poucos, ao levantá-lo, lá estava cravado na fenda de uma rocha um cruzeiro de pouco mais de um palmo de tamanho, já desgastado pela ação do tempo, mas ainda em bom estado de conservação. Todos puderam acreditar que não era uma farsa trazida pela beata, porque a cruz já estava lá a muito tempo. Assim, a intenção de João Paulino não se confirmou e todos passaram a acreditar ainda mais nas exortações de Antonia Barros de Sousa.

João Paulino não descumpria as determinações da beata, no entanto, o ceticismo que tinha quanto às intenções da beata em encontrar um “Santo Cruzeiro” em cima do morro, quando acreditava que ela poderia estar levando o cruzeiro envolto em suas vestes e que na hora certa retiraria o cruzeiro e o apresentaria aos romeiros, ou seja, como se o objeto já estivesse depositado entre os lajeiros, não foi isso que aconteceu, o cruzeiro já estava lá a muito tempo. O momento do encontro da beata com o Santo Cruzeiro tudo ocorreu diferentemente do que acreditava João Paulino, porque o que ele vê é exatamente o oposto do que acreditara. Antonia Barros de Sousa encontra o cruzeiro cravado entre os lajeiros e isso, aumenta em João Paulino o interesse pela religião e assim vai até o final de sua vida.

A atitude descrente de João Paulino não condizia com a que os demais romeiros tinham sobre a beata Antonia Barros de Sousa, para eles a beata era uma pessoa enviada por Deus para cumprir a missão que Padre Cícero revelara a ela através de uma visão. O romeiro Raimundo Benício da Silva, esse que acompanhou os passos da beata desde a saída de Brejinho até a chegada ao pé do morro, apresenta a sua versão de como ele enxerga Antonia Barros de Sousa:

A Antonia Barros de Sousa que foi enviada pelo meu Padre Cícero, eu acredito que ela era uma ministra do Padre Cícero, porque a pessoa que veio de lá, enviada por esse padre que só quem via era ela, então de sair de lá de Filadélfia, porque o Brejinho fica bem pertinho de Filadélfia, sair de lá pra vir pra cá, numa mata como era isso aqui, que era a mata do lontra, que era uma mata que não tinha habitação, pra vim pra cá pra, ela saber que existia a pedra santa, que existia a cachoeira, que existia esses três morros aqui, e que existia também esses dois morros aqui, a pessoa pra saber disso aí é enviada por Deus, ou é uma serva de Deus ou uma ministra sua (Entrevista oral, senhor Raimundo Benício da Silva, 27/02/2022).

Não é possível contar a história de Muricilândia sem mobilizar a trajetória do senhor João Paulino, homem negro, filho de Paulina Conceição de Sousa, natural de Bertolândia, no estado do Piauí, e nascido em 15 de outubro de 1920.

Foto 9 – Peregrinação dos romeiros ao túmulo da beata Antonia Barros de Sousa

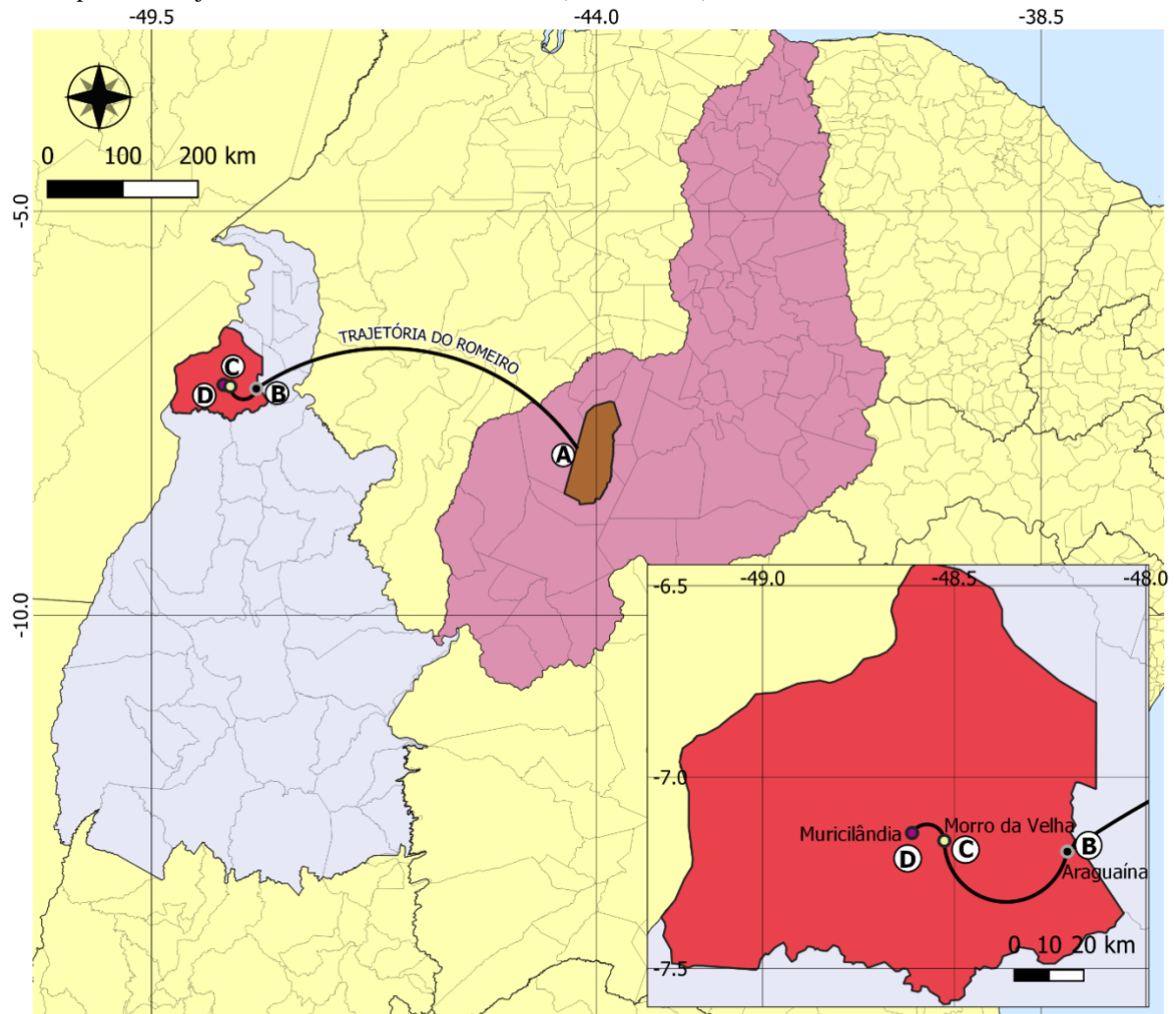
Fonte: (BORGES, 2022).

Mesmo tendo sido uma das testemunhas ocular do encontro da beata com o Santo Cruzeiro, a forma como a beata Antonia Barros de Sousa organizava a comunidade romeira, e como ela distribuía os lotes de terra aos romeiros, não agradava João Paulino, conforme afirmou Paulo Pereira de Sousa (2015), filho de João Paulino, em um dos momentos em que contribuiu com esta pesquisa, afirmou que seu pai via incoerência na forma como a beata distribuía as terra para os romeiros. João Paulino

acreditava que a beata favorecia uns romeiros com as melhores terras e outros não gozavam do mesmo benefício, isso o incomodava e foi um dos motivos que levou seu pai a procurar o senhor Barnabé, um dos romeiros e irmão mais velho de João Paulino, propondo a ele a deixarem o grupo da beata e rumarem em outra direção a procura de outras terras e águas boas, onde pudessem criar outra comunidade, viver com suas famílias sem se distanciar dos princípios da romaria de Padre Cícero.

Mesmo não tendo permanecido no povoado Pé do Morro, no grupo da beata, os romeiros e moradores do povoado de Muricilândia não roperam relações religiosas com a beata e nem com a romaria de Padre Cícero liderada por ela, pelo contrário estreitaram as atividades da romaria através da realização das penitências, que continuam sendo feitas até os dias de hoje, tanto em Aragominas, como em Muricilândia e na Comunidade Quilombola Dona Juscelina. A própria beata Antonia Brros de Sousa viveu sua fé entre a romaria do Pé do Morro e a romaria de Muricilândia, seus últimos anos de vida passou morando em Muricilândia, onde faleceu na primeira metade da década de 1960. Ela foi sepultada em Muricilândia e, seu túmulo virou lugar de peregrinação romeira, para onde os romeiros vão rezar e mobilizar a memória coletiva dos passos da romaria da beata Antonia Barros de Sousa, que teve seus passos percorridos desde o estado do Piauí, passando pelo estado do Maranhão e chegando aqui no então Norte de Goiás, na região dos grandes rios, onde hoje é a cidade de Muricilândia, no atual estado do Tocantins. O mapa 10 abaixo mostra a trajetória percorrida por ele seguindo o “rastros” da romaria da beata Antonia Barros de Sousa.

Mapa 10 – Trajetória de João Francisco de Sousa (João Paulino) de Bertolândia-PI a Muricilândia-TO

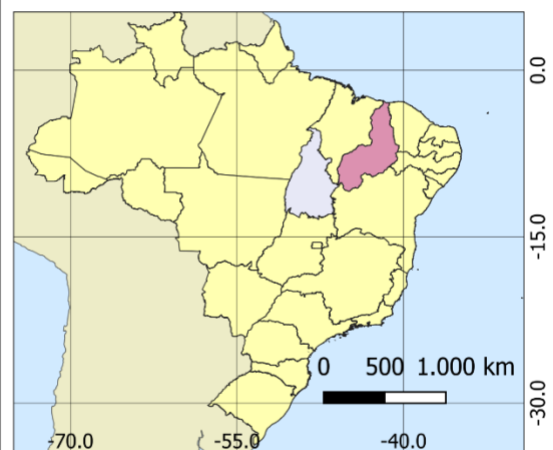


LEGENDA

- | | |
|---|------------------|
| ■ Município de Araguaína em 1960 | ● Araguaína |
| ■ Município de Bertolândia em 1960 | ● Muricilândia |
| ■ Tocantins | ● Morro da Velha |
| ■ Piauí | |

TRAJETÓRIA DO ROMEIRO

- (A) Natural de Bertolândia- Piauí
- (B) Encontra a romaria da beata Antonia Barros de Sousa em Araguaína, em Março de 1952
- (C) Em 27 de julho de 1952 chega ao local do Morro Santo acompanhando o grupo da beata.
- (D) Em 20 de Agosto 1952 chega com mais sete companheiros, às margens do rio Muricizal para iniciar o povoado de Muricilândia.



Fonte: IBGE 2022; Google Earth 2022
Datum Sirgas 2000
Data: 10/08/2022
Dados: BORGES, Manoel Filho
Org. Cartográfica: SILVA, Martinha

Fonte: (SILVA, 2022).

João Paulino acompanhou a beata Antonia Barros de Sousa até a descoberta do Santo Cruzeiro, tal acontecimento desencadeou sua veneração pela romaria de Padre Cícero, uma vez que ele tornou-se devoto fervoroso do patriarca do Juazeiro do Norte, conforme constatou Borges (2017):

É nesse ritmo que na tarde do dia 27 de julho de 1952 o cortejo liderado pela beata chega ao pé do Morro Santo(hoje Aragominas) pousam às margens de um pequeno córrego. No dia seguinte bem cedo a beata reuni todos os romeiros para o ritual religioso rotineiro, mas nesse dia a missão era especial e desafiadora, subir ao topo do morro e encontrar o Santo Cruzeiro que segundo ela estaria no alto do morro e teria sido colocado por alguém enviado por Pe. Cícero[...]Ela reuni um grupo de homens, manda que todos se vestissem de branco, levassem foguetes para a salva de alegria no momento de descoberta. Aqui novamente o nosso personagem entra em cena, João Francisco de Sousa(João Paulino) foi um dos que se propôs a subir ao morro, mas os seus propósitos eram de desmascarar a farsa do Santo Cruzeiro e não sacramentar de vez a autenticidade da missão outorgada em visão à beata Antonia Barros de Sousa[...]No alto do morro sob a sombra de um pé de jatobá(ainda hoje a árvore imponente está lá) a beata Antonia reuni os homens manda que um deles se encoste à árvore com a face voltada para a direção do sol poente e andasse alguns passos a frente ao leste(a distância entre a árvore e o local onde o cruzeiro foi encontrado calcula-se que dê aproximadamente de 30 a 40 passos), com o olhar fixo na beata João Paulino acompanhava a passos contados o grupo na direção determinada, de repente ela manda que o marcador virasse para o Sul e andasse 12 passos, nesse momento ela tira um véu que lhe cobria a cabeça e diz: É aqui. Com um gesto suave ela cobre algo ainda não visualizado por todos, se ajoelha e pede que todos repitam o gesto, lentamente ela levanta o véu e todos visualizam uma pequena cruz de aproximadamente um palmo, desbotada e desgastada pelo tempo cravada na fenda de um lajeiro, ela manda que façam uma cobertura sobre a cruz, simbolizando as Igrejas de Juazeiro no Ceará. Ali rezam e soltam muitos foguetes anunciando a descoberta. João Paulino que presenciara tudo não teve dúvida de que de fato acontecera era autêntico, ele esperava que a beata tirasse a cruz de algum recipiente nas suas vestes e efetuasse o truque, mas não, a cruz que já estava ali a muito tempo de fato apenas foi coberta com o véu que envolvia a cabeça da beata. Conforme o próprio João Paulino, que em algumas ocasiões relatou a mim, foi a partir desse momento que ele se tornara remeiro e devoto de Pe. Cícero, seguindo com afinco as instruções e orientações da beata Antonia Barros de Sousa. (BORGES, 2017, p. 6)

Refaço aqui a trajetória da beata, da romaria e de João Paulino, de acordo com Borges (2017), a consideração de João Paulino pelos princípios repassados por Antonia Barros de Sousa aos romeiros ocorreu no momento em que ela, num gesto rápido, no cume do Morro Santo, retira da cabeça um lenço branco e envolveu parte de um lajeiro onde estaria fincado o Santo Cruzeiro⁶. Com um movimento lento, o lenço que foi erguido deu lugar a uma pequena cruz que estava alí, todos puderam contemplar o símbolo que permeou e permeia a caminhada dessas comunidades, que se tornaram cidades, municípios. Naquele momento, em que todos se ajoelharam e invocaram com a

⁶ Referência à visão espiritual tida pela beata de que encontraria um cruzeiro de aproximadamente um palmo, em cima do Morro Santo, nas matas do Lontra, conforme (BORGES, 2017, p. 6).

beata o destino da romaria e dos romeiros, permanece presente ainda na memória dos poucos remanescentes desse tempo.

Esse é o momento da materialização da visão e da certeza de que a ação manifestada pela beata Antonia Barros de Sousa não se tratava de uma farsa, ou fraude. Todo o episódio aconteceu sob o olhar de toda a gente que a acompanhava naquele momento. Nesse sentido, para conceituar o êxodo que resultaria da romaria liderada por Antonia Barros de Sousa, concluo evocando Vieira (2001) quando ela sustenta “que nada mais é do que [...] a passagem da vida comum para uma nova vida, determinada por ordem espiritual” (VIEIRA, 2001, p. 183).

O senhor Raimundo Benício da Silva relatou outro motivo que pode ter pesado na decisão de João Francisco de Sousa de se desvencilhar da beata Antonia Barros: “O João Paulino era músico, ele tocava festa, era sanfoneiro bom e queria fazer festa na romaria, a dona Antonia Barros não aceitava, não queria que fizesse festa mundana na sua romaria não” (Entrevista oral, senhor Raimundo Benício da Silva, 27/02/2022).

Dado o descontentamento, João Paulino e mais outros sete homens comunicaram a decisão à beata de que deixariam o grupo e que partiriam à procura de um lugar onde houvesse terras férteis e abundância de água. O grupo liderado pelo músico segue no sentido oeste e, em 20 de agosto de 1952, chegam às margens de um rio caudaloso com intenso fluxo d’água que chamaram de Rio Muricizal, dada a grande quantidade de árvores de murici vermelho muito azedo, típico de beira de rio, e decidem que ali seria o local certo para iniciarem uma nova povoação. Esse local é uma região de transição de bioma, do lado direito do rio predominava a vegetação de floresta, já do lado esquerdo predominava a vegetação de cerrado que os moradores do povoado chamavam de carrasco. Ao povoado deram o nome de “Alto Muricizal”. Uma década depois, em 1963, o povoado é elevado à categoria de Distrito pela Lei Municipal nº 55, de 15 de dezembro de 1963, com a denominação de Muricilândia, subordinado ao município de Araguaína.

João Paulino, apesar de se distanciar da beata Antonia Barros, não deixou de ser romeiro e de seguir em comunidade e em romaria. Ele e seu grupo logo começaram a cultivar legumes diversos, como arroz, feijão, milho, mandioca, batata e fava para subsistência do grupo. Antes da colheita das roças retornaram ao Pé do Morro para levar seus familiares, que passam a compor os primeiros troncos familiares da comunidade.

Esses primeiros grupos sociais do povoado eram, na verdade, as famílias daqueles oito homens que chegaram em agosto de 1952, as famílias de romeiros que chegaram após 1952 e as famílias que chegaram durante a década de 1960, dando continuidade ao projeto de consolidação do território ocupado pelos romeiros do povoado de Muricilândia.

A divisão política dentro do círculo de Antonia Barros não significou abandono das crenças religiosas. O romeiro João Paulino se torna uma liderança e chega a galgar o posto de representante político do povoado de Muricilândia. Como político organizou o povoamento às margens do Rio Muricizal, onde distribuía pequenos lotes de terra aos romeiros que chegavam. Em mutirão, os romeiros construíram ainda na década de 1950 uma capela feita com palha de coco de babaçu, onde realizavam as penitências quase todos os dias da semana e onde recebiam os padres que vinham de Araguaína em desobriga para celebrar missas, realizar casamentos e batizados no povoado. O costume romeiro de trabalhar durante o dia e rezar à noite, por exemplo, permaneceu.

É como liderança política que a trajetória de João Francisco de Sousa fica marcada. Ele foi eleito vereador pelo município de Araguaína em 1970 e 1972. Com a emancipação política, Muricilândia foi elevada à categoria de município em 1991, João Francisco de Sousa foi eleito vice-prefeito na gestão 1997-2000, para a segunda legislatura do município, último cargo político que ocupou, pois faleceu em 14 de outubro de 2006, ano em que completaria 86 anos de idade. De acordo com Borges (2017), João Paulino era homem astuto e curioso que seguia o movimento da romaria em direção ao Morro Santo, gradualmente foi exercendo uma liderança política entre aqueles romeiros com os quais mais se afeiçoava (BORGES, 2017, p. 6).

Como influência pública do novo assentamento, João Francisco de Sousa, o João Paulino, acomodava nas terras desocupadas aquelas famílias que chegavam e não tinham onde morar e trabalhar, todos respeitavam os limites dos lotes e, assim, conflitos eram evitados. O modo como esse líder organizava a ocupação das áreas era pela distribuição de glebas de terras aos moradores, dessa forma, ele individualizava e privatizava a terra, tornando-a propriedade de uso individual e não coletivo, ou seja, seguindo a dinâmica empregada pelo governo.

Estavam sendo criadas as condições que favoreciam o crescimento e fortalecimento do modo capitalista de produção através da grande propriedade. Mas os

romeiros rezavam, trabalhavam e produziam juntos em mutirão, não obstante, o modo de produção dos romeiros pode ser compreendida como uma dinâmica de resistência ao modo de produção e uso da terra, baseados na propriedade privada e no trabalho individual. Por isso, mais que propriedades familiares, os domínios eram nomeados de “centros”, que se constituíam em espaços de produção coletiva onde famílias cultivavam roças juntas. No entorno do então povoado de Muricilândia, até o início da década de 1980, a Sumaúma era um “centro” de domínio da família do senhor João Francisco de Sousa. Ali muitas famílias se organizavam coletivamente para atuar nas várias etapas de produção das roças. Era uma festa. Sumaúma é uma árvore de grande porte, que no passado era abundante na região, mas também era o nome do centro onde os romeiros e camponeses colocavam suas roças.

Lucelina Gomes dos Santos é a terceira protagonista. Dona Juscelina, como ficou conhecida, era liderança política e religiosa de Muricilândia. Mulher negra, nordestina, romeira de padre Cícero, Foliã do Divino e de Santos Reis, quilombola, griô, parteira e matriarca da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Ela recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal do Tocantins(UFT) pela relevância de sua atuação em defesa dos Direitos Humanos, da Cultura, da Educação. Sobre essa líder quilombola, Marcos Pereira Neto (2021) afirma que:

Dona Juscelina se mostra uma mulher guerreira, que luta na batalha de todos e todas, buscando sempre manter ou aperfeiçoar os aspectos culturais herdados e (re)produzidos ao longo dos seus noventa anos de idade. Os lugares pelos quais ela passou, a suas vivências, com pessoas e objetos, os quais alguns se tornam especiais com uma carga simbólica, esses lugares e/ou objetos geossimbólicos que fazem parte da carga cultural que está sempre viva na pessoa-corpo Lucelina Gomes dos Santos (PEREIRA NETO, 2021, p. 62).

Ao narrar que dona Juscelina se mostra uma mulher guerreira, que luta na batalha de todos e todas, Pereira Neto (2021) reafirma o que para a comunidade dona Juscelina já é uma certeza, desde sua mocidade ela se dedicava a servir e ajudar seus irmãos sinalizando o rumo que sua vida tomaria. É possível dizer que essa matriarca nascera com o dom de liderar e servir as pessoas, sobretudo aquelas mais vulneráveis e que mais careciam de apoio e proteção. Na foto abaixo, em que dona Juscelina está sentada em frente do seu altar, é possível compreender o seu modo de vida intercalado entre oração e ação. Em nossa observação sobre a beata é possível compará-la a um pêndulo de relógio de parede, que ora balança para um lado e ora balança para o outro lado; ora dona Juscelina dedicava longos períodos do seu dia à oração, à reza e à

devoção, sem nunca se afastar do seu rosário, ora estava à frente no campo de batalha defendendo com bravura sua comunidade e seu povo, assim foi a religiosa, como mostra a foto 11.

Foto 11 - Lucelina Gomes dos Santos(Juscelina), matriarca da Comunidade Dona Juscelina



Fonte: (BORGES, 2020).

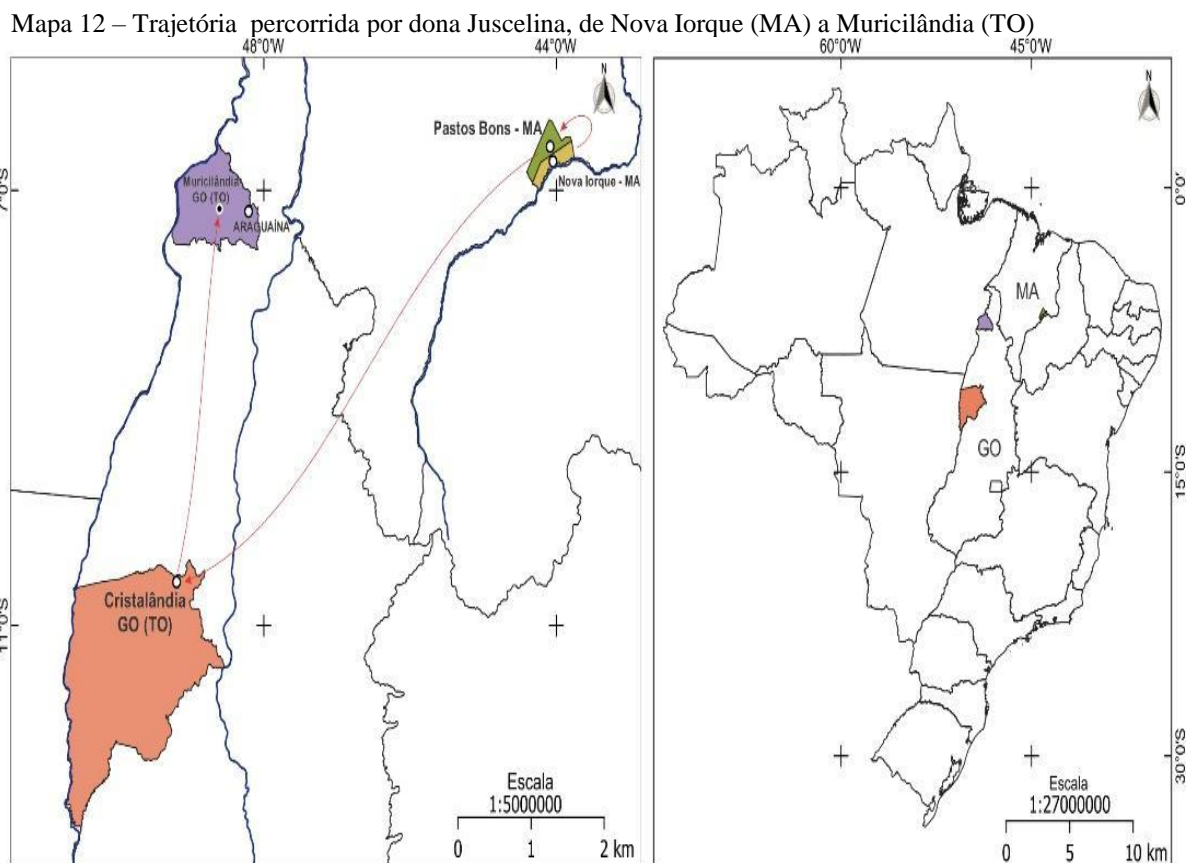
Dona Juscelina nasceu na cidade de Nova Iorque, no estado do Maranhão. Ela herdou o compromisso de dar continuidade a Festa do 13 de maio que seu tio Claro dos Santos, o Claro Preto⁷ do Saco, festejava. Ele possivelmente nascera na segunda metade do século XIX, no ano de 1866 e falecido no ano de 1950, aos 84 anos de idade, como relatou dona Lucelina Gomes dos Santos (dona Juscelina). No início do século XX, na cidade de Nova Iorque, Claro Preto do Saco havia iniciado a festa do 13 de maio, uma celebração festiva para homenagear a princesa Isabel pelo feito de assinar a Lei Áurea, que determinava o fim da escravidão no Brasil. Já na velhice, o senhor Claro Preto do Saco escolheu a jovem e sobrinha Lucelina Gomes dos Santos para ser a guardiã de sua

⁷Claro Preto do Saco, tio de Lucelina Gomes dos Santos, era um homem negro, de estatura média, muito destemido. Sempre trabalhou nas fazendas de Manoel José de Santana, o Coronel Santana, em Nova Iorque (MA). Ele tornou-se homem de confiança do Coronel. Nos momentos em que a vida do Coronel esteve em risco, Claro Preto do Saco sempre esteve a postos protegendo sua vida. Com isso Claro Preto do Saco obteve o respeito da família do Coronel Santana.

memória e da sua festa de 13 de maio, uma vez que ele já se achava incapaz de cumpri-la, dada a idade elevada e as doenças que lhe acometiam fragilizando sua saúde.

Após dona Juscelina ter saído de Pastos Bons, no Maranhão, em 1956, dirigiu-se para Cristalândia, então estado de Goiás, onde permaneceu por três anos e de lá migrou para Muricilândia, chegando em 02 de outubro de 1962. Ela se estabeleceu nessa cidade e passou a cultivar roças de arroz, milho, feijão, abóbora, mandioca e fava em terras desocupadas de Muricilândia para o sustento da família e para comercialização do excedente no mercado local.

O Mapa 12 traça o trajeto percorrido por dona Juscelina de 1956 a 1962, de Nova Iorque a Cristalândia e, por fim, Muricilândia:



Legenda

| | |
|----------------------------------|---|
| — Hidrografia | Localidades |
| Limites Municipais 1958 | ○ Araguaína |
| ■ Nova Iorque 1930 - 1951 | ○ Cristalândia |
| ■ Pastos Bons 1952 - 1955 | ○ Nova Iorque |
| ■ Cristalândia 1956 - 1961 | ○ Pastos Bons |
| ■ Muricilândia 1962 - Atualmente | • Muricilândia |
| | □ Brasil: Unidades da Federação em 1958 |

Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros
IBGE 1958

Datum: SIRGAS 2000

Elaboração Cartográfica: Pereira Neto, M. A.
10/2020

Fonte: (PEREIRA NETO, 2020).

Em 1950, com o falecimento de seu tio, o senhor Claro dos Santos, o Claro Preto do Saco, ela se torna a guardiã da memória de seus ancestrais com a responsabilidade de não deixar que essa lembrança findasse (GOMES, 2017), era assim que dona Lucelina definia “sua missão”. Foi dessa forma que a comunidade criou estratégias para a conservação das tradicionais transmissões de saberes e fazeres, bem como o seguimento da Festa de 13 de maio e de todos os elementos simbólicos incorporados por ela.

Dona Lucelina Gomes dos Santos (Dona Juscelina) percorreu um longo trajeto trazendo consigo o legado que seu tio lhe havia entregue. Um deslocamento de mais de mil quilômetros entre Nova Iorque, no Maranhão, a Cristalândia, no então Goiás (hoje Tocantins). Esse percurso foi finalizado em Muricilândia em 1962, entretanto a realização da primeira edição da Festa de 13 de maio aconteceu em 1968, nessa localidade, com um número significativo de participantes. A cada edição da festa mais a ascendência de Dona Juscelina se consolidava. Ela circulava com desenvoltura por vários espaços, dentre os quais o da política e o da academia, tendo inclusive exercido atuação que lhe garantiu notoriedade e respeito dentro e fora da comunidade.

Desde que ela chegou ao povoado interveio na vida pública local. Em uma entrevista que eu fiz com Dona Lucelina no ano de 2014, ela externou que a estrada de rodagem que ligava o povoado de Muricilândia a Araguaína só estava construída até próximo do então povoado de Pé do Morro. Então, utilizando-se de sua habilidade política, ela falou com José Alves da Silva Barros Sobrinho, mais conhecido como “Zeca Barros”, uma liderança política do município de Araguaína, para que ele ajudasse a resolver o problema da falta de estrada de rodagem até o povoado de Muricilândia, isso aconteceu no final da década de 1960. Dona Lucelina (2014) explicou da seguinte forma a situação:

Olha Manel, para ir daqui até Araguaína era estrada de trieiro, era três dias de viagem e 15 léguas do rabo do diabo. A gente ia com carga era com cuidado pra não cair e se machucar. Carro, ora carro não vinha aqui. Quando adoecia alguém era uma dificuldade. Tinha vez que tirava no avião. Então eu tinha ajudado na eleição o Zeca Barros que era político de Araguaína, aí um dia eu fui bater lá pra falar com ele, ele perguntou: O que você quer Lucelina eu disse, ora, eu vim pra lhe pedir pra fazer o resto da estrada até chegar no murici. Aí ele disse que era pra mim vim embora que ele ia arrumar uns homens de lá pra cá e era pra mim arrumar uns homens pra fazer a estrada daqui pra lá, nós ia se encontrar no meio, aí eu chamei o João Paulino e fizemos a estrada com machado, enxada e enxadão, era pra passar carro. Quando nós se encontramos com os que vinham trabalhando de lá pra cá, foi no meio do caminho, aí foi só alegria, aí poucos dias depois o Evilásio chegou aqui com o carro dele, foi o primeiro carro que entrou aqui, quando o carro chegou era menino correndo pro mato, chorando com medo, porque

nunca tinha visto um carro (Entrevista oral, Lucelina Gomes dos Santos, 05/03/2014).

A matriarca, desde que chegou a Muricilândia, atuou como autoridade política intermediando diálogos com lideranças políticas de Araguaína na tentativa de encontrar uma solução que viabilizasse o acesso da população do povoado de Muricilândia à cidade de Araguaína, principal centro econômico que atendia aos pequenos povoados do entorno.

Quando ela chegou a Muricilândia, passou a integrar a comunidade de romeiros ali existente. D. Juscelina procurava um bom lugar para viver, que tivesse abundância de água, matas virgens e terras férteis, seria a realização dos preceitos ecológicos de Padre Cícero do Juazeiro. Esse cenário seria a materialização das Bandeiras Verdes? Sobre esse tema Vieira (2001) apresenta uma interpretação:

A profecia das Bandeiras Verdes é atribuída ao Padre Cícero. Ele teria dito a seus fiéis que no fim dos tempos deveriam procurar as Bandeiras Verdes, que foram identificadas com as matas amazônicas. A crença na profecia é compartilhada por camponeses nordestinos e do centro-oeste, tendo sido, para muitos, o elemento desencadeador da migração para a Amazônia. (VIEIRA, 2001, p. 139).

Assim, dona Juscelina ao encontrar as Bandeiras Verdes também encontrou os elementos necessários para manter viva a memória cultural e o credo religioso dos seus antepassados. Com os romeiros remanescentes dos quilombos do Piauí e do Maranhão que povoaram a região de Muricilândia, ela pode fomentar a sua fé cristã na romaria, nas penitências e nas divindades cultuadas e celebradas por seus ancestrais.

A beata faleceu no dia 03 de julho do ano de 2021, às 11h e 30min., no hospital São Lucas, na cidade de Araguaína, ano em que completaria 91 anos de idade.

A quarta representante é Domicília Pereira da Silva. Mulher negra, nascida em Grajaú (MA), no dia 15 de setembro de 1933. Ela refez o caminho dos romeiros, seus antecessores. Em 1965 dona Domicília passou a morar num pequeno vilarejo, próximo à cidade de Araguaína, conhecido por Laranjeiras. Um ano depois, ainda no município de Araguaína, a líder morou no Povoado Caracol. Por fim, ela migra para o Povoado Cocalândia em 1975, à época município de Araguaína, onde encontra os romeiros remanescentes do grupo de José Gertrudes de Almeida, fundador do povoado Cocalândia.

Nesse último povoado Dona Domicília assume importante função na comunidade, trabalhando na lavoura, e atuando como parteira e rezadeira. Na foto abaixo 13, vemos o rosto e olhar de uma mulher negra, camponesa e nordestina, é dona Domicília. Essa senhora seguiu os passos da romaria em busca das Bandeiras Verdes, contudo foi encontrá-las em Cocalândia de onde não saiu mais. A parteira foi a óbito no dia 27 de fevereiro do ano de 2019, em Muricilândia, aos 85 anos de idade.

Foto 13 - Domicília Pereira da Silva



Fonte: (SILVA, 2022).

Consoante Vieira (2011), na romaria a expectativa de chegada é para os que participam do movimento de deslocamento na busca de um local adequado para se fixar

e criar seus filhos e netos. Entretanto, mesmo alcançando tardiamente a romaria, dona Domicília foi até o final de sua vida uma mulher que empregava suas forças e mantinha-se perseverante na sua história, seguindo uma dinâmica anti-colonial de resistência. Sobre essa atividade, Sousa (2005), narra como ela acontecia nas comunidades:

De qualquer forma, considerando fatores como a apropriação privada da terra, visão ideológica transformada em imaginário social, convicções religiosas e atuação dos grupos dominantes por intermédio do Estado como “locus” privilegiado de sua atuação etc, a construção do espaço regional e local, respectivamente do Norte do antigo Norte goiano e de Aragominas pode ser vista, primordialmente, como espaço inventado pelo e para o capital (SOUSA, 2005, p. 08).

Mulher nordestina e camponesa, mãe de dois filhos, Francisco Natalício da Silva e Francisca Natalícia da Silva, dona Domicília assumia a tarefa da roça nos períodos em que seu marido José Natalício da Silva saía para trabalhar como juqueiro, roçando pastagem de fazenda, nas terras dos “Povos do Sul”, para ganhar um pouco de dinheiro, que ajudaria nas despesas da família. Nessas ocasiões, a direção e os trabalhos da família eram assumidos por ela. A agricultora costumava levar os filhos para ajudar no trabalho da roça, na limpeza e colheita da safra, todavia também não se omitiu em iniciar os filhos na caminhada da fé romeira.

Quando a rezadeira chega a Cocalândia o fundador já não morava mais no povoado, porém ela conviveu na comunidade com os romeiros Manel Romeiro e Manel Zulmira, ambos eram devotos de Padre Cícero e acompanhavam José Gertrudes de Almeida na fundação do Povoado Cocalândia. Dona Domicília foi muito mais do que já relatamos anteriormente, além de guia espiritual ela teve o cuidado de como parteira expandir seus conhecimentos nessa área para pessoas de outras localidades próximas ao povoado Cocalândia. Seu filho, Francisco Natalício da Silva, em uma entrevista concedida em 19 de junho de 2020, quando indagado sobre sua mãe nos revelou preciosas informações sobre seu substancial trabalho como parteira:

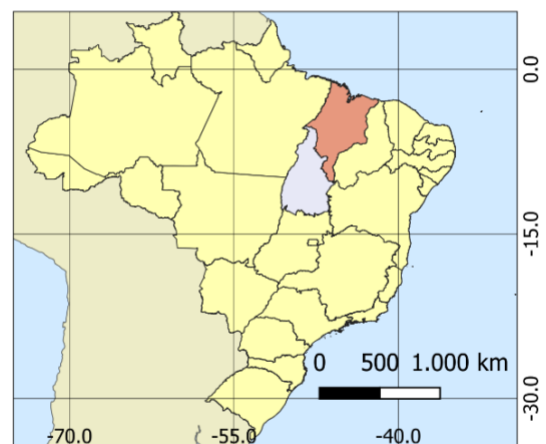
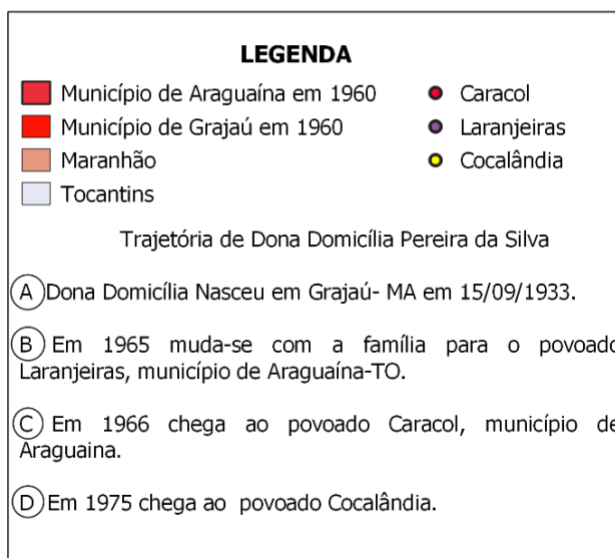
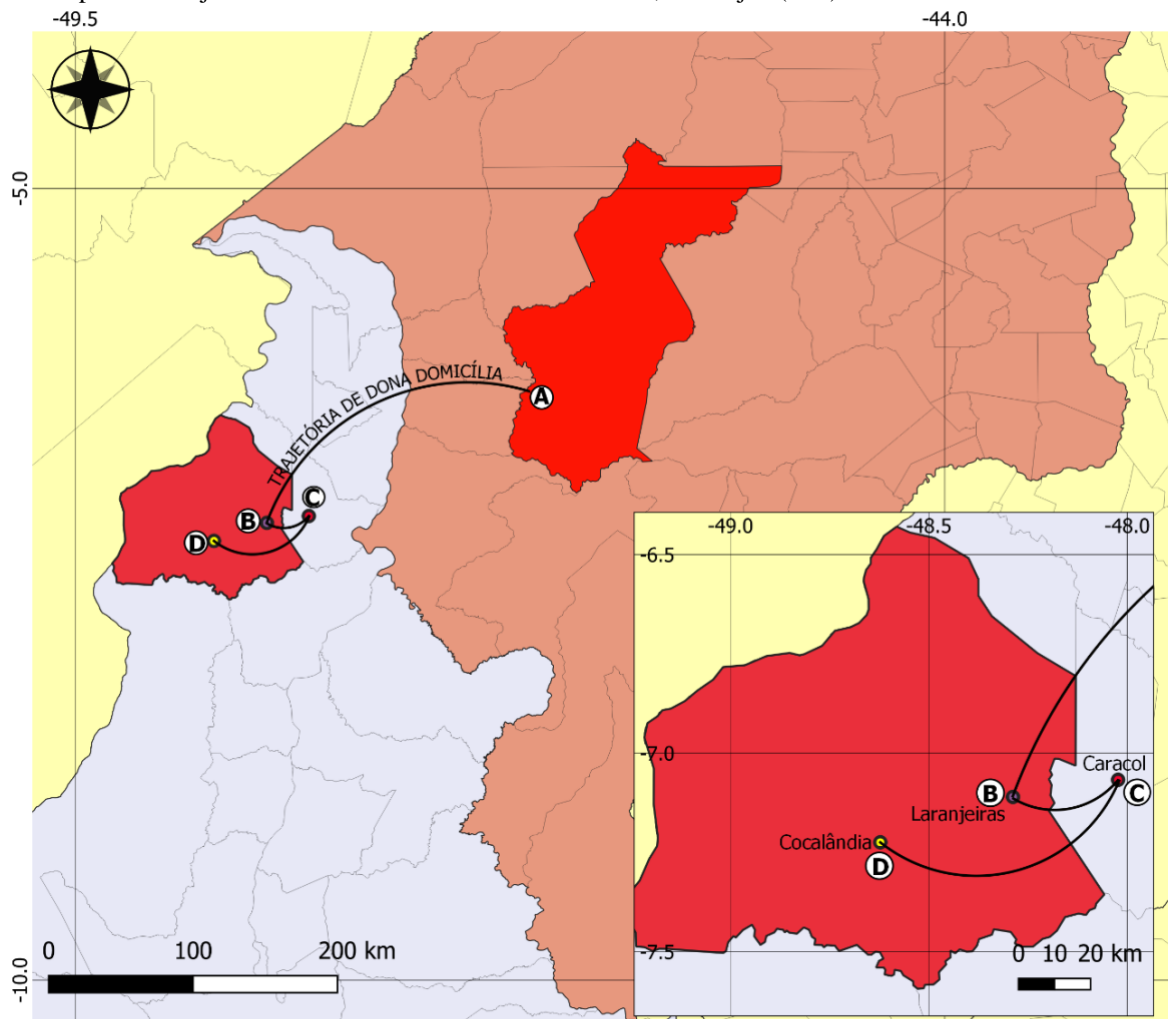
Minha mãe foi parteira a primeira vez em Caracol, aí nós vei pra cá em mil novecentos e setenta e cinco né! Quando ela chegou aqui ela começou a pegar, as pessoas davam informação e elas vinham buscar ela, ela ia, cuidava das pessoas, ela só vinha embora quando tava com quinze dias aí que ela vinha embora né! O Amilton, tu procura ele, foi ela que pegou ele, eu tenha na lembrança que foi ele. O Paulo titan, tu procura pra ele também que eu tenho na lembrança que foi ela que pegou ele também. Um senhor de Amado que morava no pé da serra aqui, ela foi lá pegar filho pra ele também, ele era um fazendeiro, ele vei aqui e buscou ela, do rio preto num foi só uma pessoa não, foi várias pessoa buscar ela pra ir pegar criança né! Ela só num foi pro murici porque no murici já tinha quem pegava né! Então é assim. São muitos, ela pegou pra muito mais de trinta meninos. E sobre as rezas, era contínua né! Era os festejos, era as rezas, era em grupo, ela fazia o grupo, rumbora

todo mundo, rumbora pra casa de fulano de tal, ia pra lá fazia a reza a devoção romeira deles lá, aí quando terminava tudim tinha um café, um pedaço de bolo esperano né! continuava assim toda vida. Até pra ir pro cocal quebrar coco elas iam um magote, era muitas que ia, que inclusive eu estava no meio pra ir pro cocal pra ajudar juntar coco (Entrevista oral, senhor Francisco Natalício da Silva, 19/06/2020).

Tendo migrado por mais de 600 quilômetros de distância desde sua terra natal até Cocalândia Dona Domicília não exitava em contribuir para a construção de uma base produtiva, nos moldes do ‘Comum’, onde as regras são feitas para prevenir o risco de superexploração dos recursos (DARDOT e LAVAL, 2017). A Roça Comunitária no povoado Cocalândia constitui-se de: um comum de produção, que se encarrega de uma atividade que põe algo em comum, isto é, aquilo que ela torna comum [...] onde “apenas as práticas coletivas decidem[...]o caráter comum de uma coisa ou conjunto de coisas” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 618). Portanto, a Roça Comunitária em Cocalândia é um comum, e as práticas empregadas nela, tais como: gestão, plantio, limpeza, colheita e preservação definem a sua natureza.

O mapa 14 traz a trajetória da migração de Dona Domicília, de Grajaú (MA) a Cocalândia (TO). Nesse povoado a reciprocidade era fácil de ser percebida entre as famílias, na verdade, a população estava criando as condições necessárias para posteriormente requerer da Fundação Cultural Palmares o seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombo. O mapa 13 traz a trajetória da migração de Dona Domicília, de Grajaú (MA) a Cocalândia.

Mapa 14 – Trajetória de Dona Domicília Pereira da Silva, de Grajaú (MA) ao Povoado Cocalândia



Fonte: IBGE 2022; Google Earth 2022
Datum Sirgas 2000
Data: 13/08/2022
Dados: BORGES, Manoel Filho
Org. Cartográfica: SILVA, Martinha

Fonte: (SILVA, 2022).

Capítulo 02 – A disputa pela História: A fundação da Comunidade Dona Juscelina, do Povoado Cocalândia e da Comunidade Dona Domicília

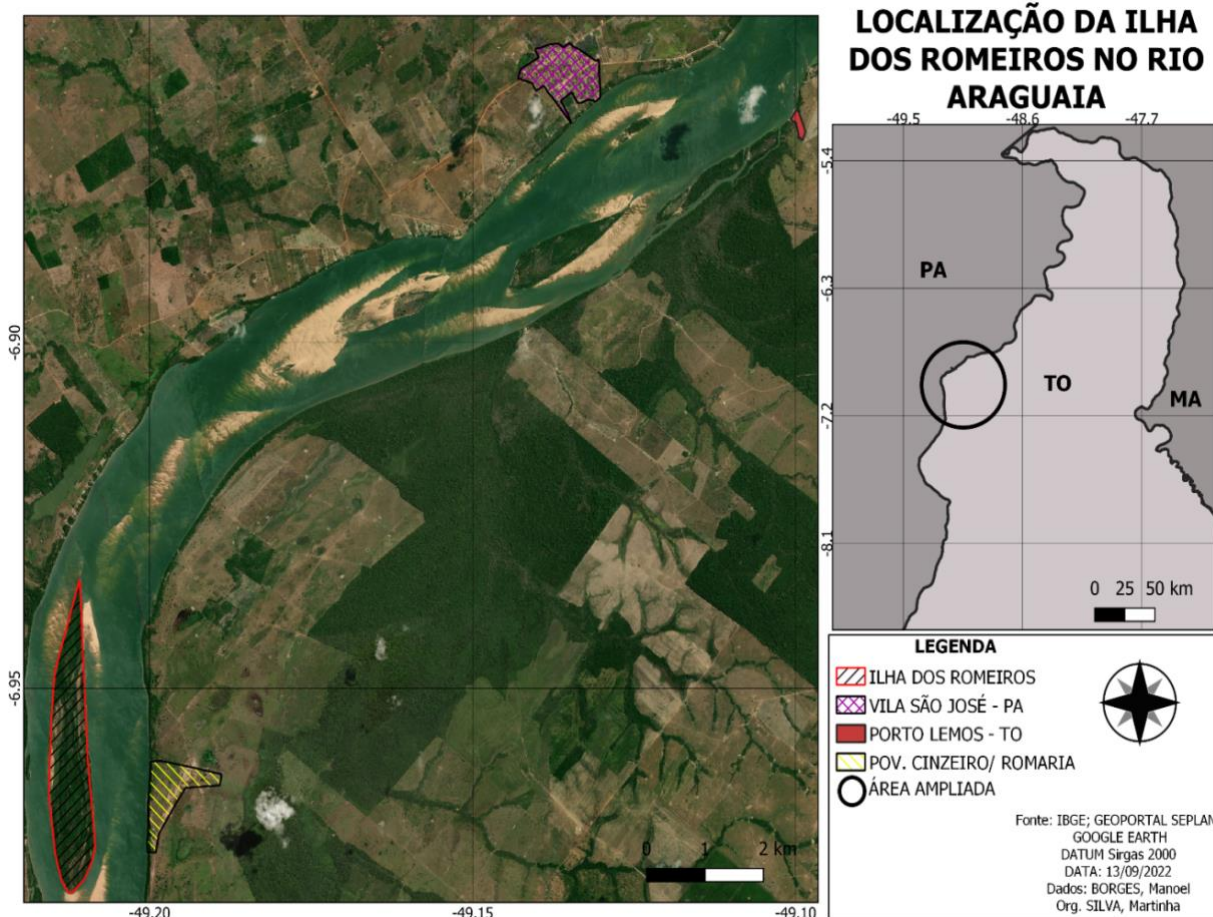
A procura por articular o espaço do atual norte do Tocantins ao território nacional – herdeiro da longa duração do projeto colonizador – realizado pelo processo de construção da rodovia Belém-Brasília tem seu complemento na forma como aqueles, que hoje são os descendentes do “Povo do Sul”, querem contar a história da região. É importante chamar a atenção sobre isso porque entre 2001 e 2002 uma versão sobre a história de Muricilândia que contradiz as narrativas dos romeiros sobre o processo de povoamento dessa região, começou a circular, sustentada principalmente por agentes públicos, detentores de mandatos políticos. Na perspectiva desses agentes, a origem da cidade não teria se dado pela via da romaria, nem tão pouco pela inserção e aberturas de picadas na mata, mas pela ação mineradora, iniciada em 1952. Os garimpeiros, nessa nova versão, haviam subido o Rio Muricizal a procura de cristal, uma pedra semipreciosa muito encontrada e extraída no leito e às margens do rio que era recolhida pelos faisqueiros, nome dado ao trabalhador que recolhia e lapidava o cristal bruto, por conseguinte após dias navegando e driblando as intempéries do tempo teriam se instalado por aqui e fundado o povoado. Essa alternativa da história, notadamente articulada pelo projeto colonizador, cuja figura do garimpeiro é simbólica, causou perturbação, pois criou uma contradição sobre o conhecimento histórico de Muricilândia como é conhecida até então e cuja linha do tempo descrevemos no capítulo anterior.

Desta maneira, tentou-se suplantar o passado da cidade numa tentativa de desconstruir a trajetória e simplificar a memória daqueles trabalhadores romeiros, que construíram com sacrifício, no labor diário, cada linha da história de Muricilândia.

A narrativa de que a origem de Muricilândia estaria associada à ação mineradora, em que garimpeiros subiam o Rio Muricizal a procura de pedras de Cristais, vai de encontro aos antecedentes históricos dos povoados Pé do Morro (hoje Aragominas), Muricilândia e Santa Fé (hoje Santa Fé do Araguaia), pois a jornada dessas populações está presente nos relatos dos romeiros de Padre Cícero, uma vez que eles acompanhavam a beata Antonia Barros de Sousa na missão de encontrar o Santo Cruzeiro e construir aldeamentos que seriam habitados por romeiros, e foi a partir desse planejamento que surgiram aqueles povoados durante a década de 1950.

As terras desocupadas foram povoadas por famílias de romeiros e se estendiam por todo o vale onde estariam os Santos Campestres, do Pé do Morro à Ilha dos Romeiros, localizados no Rio Araguaia, conforme observamos no Mapa 15.

Mapa 15 - Ilha dos Romeiros, no Rio Araguaia



Fonte: (SILVA, 2022).

A Ilha dos Romeiros foi povoada tardiamente, na década de 1960. Nela moravam Manoel Borges dos Santos, romeiro de Padre Cícero e liderança religiosa, que veio suceder a beata Antonia Barros de Sousa após seu falecimento, e Pedro Mearim, que também era romeiro e rezador de penitências. Dar ênfase a qualquer outro discurso que não esteja em estreita consonância com a romaria, quanto a origem dos povoados relacionados anteriormente, é suplantar a narrativa romeira que fincou as bases culturais e religiosas e que deu origem ao processo de povoação dessa região. Seria também uma tentativa de subordinação dos princípios culturais da população de Muricilândia, uma vez que os propagadores dessa versão sobre os primórdios do povoamento figuram entre os grandes latifúndios da região e legítimos representantes do projeto colonizador.

A história de Muricilândia não foi construída por homens brancos e remanescentes dos colonizadores, nem tampouco para satisfazer os propósitos do Estado, visto que eles não se contentavam em ocupar o território e articulá-lo ao projeto colonizador e reescrever uma narrativa a partir de sua própria perspectiva. Não foram garimpeiros nem pecuaristas, mas foram romeiros, camponeses e quilombolas os protagonistas do desbravamento inicial: homens e mulheres negros, simples, que sob o alicerce da fé e no movimento messiânico, trilharam por picadas feitas a facão e machado, em um ir e vir indispensável para o deslocamento e sobrevivência dessas pessoas que se aventuravam na busca por um lugar onde as terras fossem férteis e a água abundante. Para transportar o pequeno excedente da produção era no lombo de animais, que assim o faziam escoando o excedente da produção oriunda do extrativismo, como castanha de babaçu, a bacaba, a massa do buriti, a farinha, estabelecendo um comércio insipiente com o centro comercial de Araguaína. A distância de aproximadamente dez léguas e meia (o equivalente a 63 quilômetros) separava o povoado de Muricilândia do centro comercial. Ao retornar para o povoado, traziam o que não produziam em Muricilândia, como medicamentos, querosene, sal e alguns cortes de tecido.

O trajeto entre o povoado de Muricilândia e Araguaína era feito em aproximadamente cinco dias, se não fosse retardado por alguma ação da natureza como chuva e o lamaçal muito comuns na região, nos períodos chuvosos. No entanto, em meados da década de 1960 surge o desejo de construir uma estrada de rodagem que ligasse o povoado de Muricilândia a Araguaína. Duas frentes de serviços atuaram na construção e ampliação das trilhas, transformando-as em estrada por onde era possível trafegar um *Jeep* ou mesmo uma caminhonete *Veraneio*. De Muricilândia partiu uma frente de serviço de homens que levavam ferramentas precárias como facão, machado e enxadão. Outra frente de serviço partiu de Araguaína com o mesmo objetivo, embora esse grupo dispusesse de um pouco mais de tecnologia que facilitava o avanço da construção da estrada. As duas frentes de trabalho se encontraram no meio do trajeto e como recompensa por essa empreitada uma caminhonete *Veraneio* cruzou as poucas ruelas que circundavam o vilarejo de Muricilândia, para a alegria e alvoroço de todos, sobretudo das crianças.

A importância da utilização do rio como via de navegação não passou despercebida pelos moradores do povoado de Muricilândia. O Rio Muricizal criou seus filhos da água, aqueles que dele eram grandes parceiros e amigos, que cuidavam do rio da mesma forma que cuidavam de suas casas e, em troca, o rio lhes dava liberdade para navegarem em suas águas seguindo seu curso, permitindo aos moradores transportarem em canoas e batelões os volumes de mantimentos e peles de animais para serem comercializados nos povoados ribeirinhos. Mas o rio também oferecia uma rica diversidade de peixes que os moradores pescavam em suas turvas águas, enriquecendo a alimentação dos ribeirinhos do povoado. Isso ficou evidenciado na narrativa que o Griô Dadá concedeu à Cartografia Social da Comunidade:

Eu tenho uma praia, Praia Mata Virgem, a mata é toda verdinha, é a reserva do fazendeiro, eu que tomo conta no período do verão, vigio, tem um barraco, faço comida para nós e visitantes. Eu sempre cuidei do rio, fui pescador profissional, pesquei 25 anos, de carteirinha 18 anos, eu tenho minha carteirinha de pescador, eu pescava no Araguaia, Tocantins, tudo eu pescava. Eu tenho canoa, motorzinho rabeta, aposentei pela colônia de pescador, não pesco mais para comerciá, pesco para comer. Aqui na comunidade pescador só tinha eu, o Félix, o Raimundão pescador e o Taquinha, o Taquinha pesca até hoje, no Araguaia. No rio tinha muita água, muito peixe, muita caça, os fazendeiros acabaram com o meio ambiente, muitos lugares estão destruído a beira rio. Esse rio aí eu viajava de Xambioá ate Porto Lemos, conheço tudo por água, desse rio até Araguanã, conheço pedra por pedra, sei até quantas cachoeiras tem no rio Murici, são 43 cachoeiras, fora as cachoeirinhas menor (GONÇALVES, 2022, p. 17).

Quando o pescador de posse de sua tralha de pesca rumava em direção ao porto, onde sua canoa ancorada o aguardava, era certeza que por aqueles dias seguintes haveria fartura de peixe na refeição da família. O pescador sabe o dia e a hora certa de sair para pescar e o Rio Muricizal era seu aliado, mas também enfurecia-se com o pescador quando descumpria suas regras. Não era comum, mas a fúria do rio levava para o fundo de suas águas muitas cargas de alimentos levadas pelos ribeirinhos para serem comercializadas nos povoados às suas margens. A Foto 16 mostra o Rio Muricizal com suas águas navegáveis no período chuvoso em que a foto foi tirada.

Foto 16 – Rio Muricizal no período chuvoso, com suas águas navegáveis



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2016).

Nos primórdios o Rio Muricizal foi uma via de navegação muito utilizada pelos moradores, embora houvesse uns tantos obstáculos como corredeiras, lajeiros e muitas árvores caídas sobre o leito do rio, os moradores conseguiram fazer dele uma via de navegação pelo qual desciam canoas carregadas de mantimentos até Araguaci e Araguanã, que era um outro entreposto comercial localizado um pouco abaixo do desague do Rio Muricizal, já à margem do rio Araguaia. Se por um lado, em Araguaci funcionava um garimpo de cristal que absorvia muita mão de obra e mantimentos, por isso a utilização do rio para transporte de mercadorias que seriam comercializadas nesse garimpo, por outro, os canoeiros traziam o que não conseguiam produzir em Muricilândia. Acidentes eram frequentes tanto na descida dos barcos carregados de produtos oriundos das lavouras quanto na subida carregando mantimentos para suprir as necessidades das famílias; foram vários os relatos de moradores que viram suas canoas alagarem (afundarem) e toda a mercadoria ir para o fundo do rio, outras desciam sem

poderem ser alcançadas, mas esse era o ritmo da vida ditado nessa região. O senhor Conceição Viana da Silva (Seu Dadá) certa vez afirmou:

Nós tinha carregado a canoa com sacos de arroz, farinha e decemo o rio, ele tava com muita água mais as corredera já tinha aparecido, quando alinhamo a canoa pra descer a corredera, a prôa virou e a canoa pegou uma ponta de pedra e a canoa virou, caiu tudo na água, nois já tava chegando em Araguanã, as cargas descendo na água, tinha um homem que viu aquele movimento e puxou uns saco de farinha e arroz pra fora, mas já tava tudo molhado, perdemo tudo, mais pelo menos ficamo vivo (Entrevista oral, senhor Conceição Viana da Silva, 15/02/2022).

O Rio Muricizal foi um coadjuvante no reconhecimento da Comunidade Dona Juscelina como Comunidade Remanescente de Quilombo, conforme será apresentado neste capítulo. A história de Muricilândia, dos Quilombos Dona Juscelina e Dona Domicília, é construída a partir de três eventos notadamente protagonizados por negros: A Romaria do Padre Cícero e a povoação das terras desocupadas dessa região, processos os quais nos referimos no primeiro capítulo; a certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina e, finalmente, a luta pela certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília e suas contribuições para o processo de pertencimento e auto-atribuição dos remanescentes dos troncos primeiros do povoado Cocalândia, como remanescentes de quilombo. Esses processos foram protagonizados por homens negros e mulheres negras, romeiros de padre Cícero e que se auto-identificavam politicamente como quilombos.

De acordo com o Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, define-se as Comunidades Quilombolas como pertencentes aos grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com ancestralidade negra relacionada à resistência e à opressão histórica sofrida.

2.1 O processo e o significado da certificação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina

Em um recente movimento da comunidade Quilombola Dona Juscelina no sentido da construção da sua cartografia social, que envolveu a participação de vários atores quilombolas da comunidade, chegou-se a um resultado que dialoga profundamente com a proposta dessa pesquisa. Já no título da Cartografia *“COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA: Conquistas das Bandeiras*

Verdes” GONÇALVES (2022), encontramos a afirmação para o qual nos propomos apresentar nessa dissertação:

A Comunidade Quilombola Dona Juscelina foi criada por romeiros que vieram atrás das Bandeiras Verdes, localidades com abundância de águas e terras livres para viverem com fartura e em paz. Os romeiros construíram e consolidaram seu território tradicional e no decorrer do tempo fundaram a cidade de Muricilândia. Atualmente o perímetro urbano da cidade de Muricilândia fica dentro do território tradicional da comunidade. No entanto, chegaram madeireiros e invasores e iniciaram-se os conflitos. A comunidade resiste na luta pela garantia dos seus direitos territoriais mantendo suas tradições culturais e religiosas. Os quilombolas da comunidade além de manterem seus trabalhos de produção de alimentos e criação de animais dentro do território assumiram papéis importantes na cidade de Muricilândia, muitos são funcionários públicos, professores, vereadores, e atualmente no cargo de vice-prefeito está um quilombola da comunidade (GONÇALVES, 2022, p. 3).

Dessa forma, falar dos quilombos e dos quilombolas significa tratar de uma luta política em construção (MATOS e EUGENIO, 2018, p. 142).

[...]foram diversos os processos pelos quais os quilombolas ou remanescentes de quilombos foram se constituindo como grupo, com peculiaridades regionais e históricas. A luta pela posse da terra, por exemplo, nem sempre está presente em todas as comunidades quilombolas. A identidade quilombola está, assim relacionada a relação desses grupos com o território; relação direta com a ancestralidade, a cultura e as tradições; o uso comum da terra, tendo a unidade familiar como elemento essencial, como afirmação étnica e política (MATOS e EUGENIO, 2018, p. 142).

Seguindo o movimento sócio-religioso que orientava tanto a Romaria do Padre Cícero quanto a expansão da fronteira, conforme já mencionado, na tarde do dia 20 de agosto de 1952 oito homens negros alcançaram a leste às margens de um rio, que já havia sido percebido pelos romeiros ao subirem o morro e verem uma fumaça de neblina sobre a mata, era um curso de água com um leito profundo e com muitos peixes. A terra no entorno de suas margens era fértil, propícia à agricultura e à fixação de moradias. Os limites do território estavam em movimento e continuaram em movimento. Esse deslocamento, percorrido por João Francisco de Sousa, um dos protagonistas/líderes, também conhecido por João Paulino, marcou a reorganização de parte dos romeiros e a divisão do grupo entre aqueles que ficaram com Antonia Barros e os que partiram com João Paulino. Em poucos anos, no lugarejo de Muricilândia passava a habitar uma parte da população da Romaria de Padre Cícero, outra parte da população de romeiros permaneceu no Pé do Morro, sob a liderança da beata Antonia Barros de Sousa.

Mas foi com a chegada de Dona Lucelina Gomes dos Santos, no ano de 1962, que a localidade reforçou sua expansão pelos vieses cultural e político, além daqueles trazidos também do Estado do Maranhão. Dentro do viés cultural está, de modo especial, o Festejo da Abolição e a percepção de um catolicismo popular que articula a prece e a festa. A comunidade se organizava politicamente a partir dessa capacidade de “rezar e rebolar”. É sobre esse viés que Júnior et al. (2020) afirma:

[...] foi essencial a chegada da matriarca e de toda sua família a esta comunidade após migrarem do Maranhão em busca de um lugar que lhes permitisse condições de viver, carregando no bojo a cultura de matriz africana. Tal cultura é vivamente representada pela comemoração do dia 13 de maio, a festa da Abolição, um instrumento cultural de luta e que fortalece o ativismo político da matriarca (JÚNIOR et al., 2020, p.15).


A partir do ano de 2006, os remanescentes dos troncos familiares das primeiras famílias afrodescendentes que se fixaram às margens do Rio Muricizal, sob a liderança de Dona Juscelina, promoveram um movimento de organização para solicitar junto ao governo federal a Certidão de Autodefinição, que garantiria a esse corpo social o título de Comunidade Remanescente de Quilombo.

Consoante Matos e Eugênio (2018), é na Constituição Cidadã de 1988 que o termo quilombola é incorporado, depois de muitas lutas, ao artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) que estabelece: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir títulos respectivos". Conferindo, assim, direitos aos remanescentes de comunidades de quilombos. No entanto, esse instrumento jurídico a partir de então foi motivo de embates e debates, pois conferia direitos aos sujeitos até então abandonados e invisibilizados historicamente pelo Estado (MATOS e EUGENIO, 2018, p. 143).

Outro instrumento de confirmação da população como Comunidade Remanescente de Quilombo foi a Certidão de Autodefinição como comunidade quilombola. Esse documento foi expedido, após o grupo encaminhar uma vasta documentação para a Fundação Cultural Palmares, solicitando a Certidão de Autodefinição. A Comunidade de Dona Juscelina foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares em 14 de outubro do ano de 2009, quando a mesma recebeu a Certidão de Autodefinição como Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, por assim dizer, é a oficialização dessa sociedade pelo estado e o seu

reconhecimento como remanescentes de Quilombo, conforme a imagem 17, Certidão de Autodefinição da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

Imagem 17 - Certidão de Autodefinição da Comunidade Quilombola



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988


Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção nº 169, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação nº 01420.002412/2009-42 **CERTIFICA** que a **Comunidade de Dona Juscelina**, localizada no município de Muricilândia/TO Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.241, fl. 56, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINE COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extrai. Brasília/DF, **14 de outubro de 2009.**

O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes de Araújo
(Zulu Araújo)
Presidente

SBS QD 02 LOTE 11 - Ed. Elyc Meireles - Brasília/DF - CEP: 70070-120 - Brasília - DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
E-mail: dpa@palmares.gov.br / Site: www.palmares.gov.br
"A felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Waliy Salomão)

CS Digitalizado com Certificação

Fonte: (ARQUIVO DA COMUNIDADE, 2009).

A Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina -ACQDJ- é uma instituição jurídica, constituída em 23 de setembro de 2010. Através dela foi possível a

Comunidade Quilombola acessar as políticas públicas do governo federal. Consideramos importante mobilizar para esta pesquisa os eventos que antecederam e contribuíram para a certificação desse grupo social como Remanescente de Quilombo.

Não se pode negar o caráter pioneiro de João Paulino na história de Muricilândia ou de algum remanescente de qualquer quilombo do Maranhão, porém não é possível falar da Comunidade Quilombola Dona Juscelina sem mencionar os feitos de dona Lucelina Gomes dos Santos que levaram à certificação da comunidade. É até possível atribuir a participação de outros atores no processo de reconhecimento dessa conquista, pois também contribuí nas ações que levaram os moradores pioneiros dos troncos familiares iniciais de Muricilândia a se reconhecerem como remanescentes de comunidade quilombola, isto é, atuei como quilombola que sou e com responsabilidade de pesquisador.

Mesmo sendo uma população fundada por pretos, o que já foi um critério motivador à manifestação de auto reconhecimento de cada morador, foi mobilizado um conjunto de aspectos onde o cultural e o religioso, ambos presentes no cabedal de dona Juscelina, foram determinantes para que o estado reconhecesse e certificasse a comunidade como remanescente de quilombo. Dessa forma, durante a construção da Cartografia Social da Comunidade Quilombola dona Juscelina, onde fui indagado sobre minha participação no processo de reconhecimento e certificação da comunidade como Remanescente de Quilombo, foi possível expor minha contribuição nesse processo, conforme narrado em entrevista a Paulo Rogério Gonçalves, no livro *Comunidade Quilombola Dona Juscelina: uma luta cada dia*:

Então a liderança da dona Juscelina vai se configurando a partir desses aspectos, o cultural que ela herda do Maranhão, o religioso, no catolicismo popular como romeira do padre Cícero, se destaca através das penitências, e através da sua participação na política. E a comunidade dona Juscelina vai ficando conhecida e mais pessoas vão participando e se identificando como negros e vê nela, na forma que ela organiza, uma pessoa que defende e luta pelos direitos e manutenção da cultura dos negros e vão se encostando nela e a comunidade vai crescendo. Lembrar que nessa época Muricilândia, apesar de ter iniciado a partir da presença do negro aqui, não era reconhecida como uma comunidade quilombola, era um grupo de negros remanescentes de quilombo, não resta dúvida, mas era o povoado de Muricilândia. A festa da dona Juscelina pejorativamente muitas vezes foi chamada de festa dos pretos, não que seja ruim porque é a festa dos pretos mesmo, mas por aqueles que de certa forma falando assim achavam que estavam depreciando o evento que ela realizava aqui. A festa acontecia do dia 11 a 13 de maio, então, essa festa se fortalece, cresce muito, de 68 ela vai acontecer até mais ou menos 88, e dá uma parada. Uma vez conversando com dona Juscelina, porque que a festa acabou, ela disse, “porque primeiro sua irmã tinha ido embora, que era uma pessoa que ajudava, segundo porque as pessoas não estavam muito

participando da festa”, ela precisava de pessoas próximas para tocar a festa, para ajudar a organizar a festa. Eu tinha vagamente essas lembranças em minha mente, porque quando pequeno a gente participava da festa, em 2001 eu assumi um cargo público no município como secretário de educação e aí na época fui até a dona Juscelina e conversei com ela, fizemos um breve resgate de memória, uma conversa sobre a festa. Perguntei se ela não tinha vontade de refazer aquela festa novamente e ela disse que tinha muita vontade, mas não tinha quem ajudasse ela que ela já estava com uma certa idade, então não tinha mais força para fazer como ela fazia antes e aí nessa hora eu proponho a ela se ela não quer que a gente ajude ela a fazer a festa (GONÇALVES, 2022, p. 9).

Da casa onde morei com meus pais até a casa de dona Juscelina não ultrapassa a distância de 150 metros. Cresci convivendo com dona Juscelina e com as festividades que ela realizava, ora era o 13 de maio, ora era a divindade, ora era o reisado, ora era o lindô. O desejo de voltar a vê o cortejo passar na porta de casa, levava-me a pensar que um dia a Festa do 13 de maio poderia voltar a acontecer, era um sonho de criança, mas não estava fora de alcance, bastava uma sinalização positiva de quem trouxe a Festa do 13 de maio para Muricilândia, e isso aconteceu no ano de 2001.

A Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, até a data da escrita desta dissertação, contava com 315 famílias associadas e aproximadamente 900 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. O grupo, que foi formado a partir de 1952 e teve no ano de 1962 um momento áureo com a chegada de dona Juscelina, só iniciou a mobilização em busca da certificação a partir do mês de abril de 2006, em razão de nessa ocasião recebermos a visita do sociólogo e professor Luís Carlos Benedito⁸, então servidor da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins, no cargo de Coordenador dos Afro-descendentes e Quilombolas do Estado do Tocantins.

Em uma recente entrevista feita com o professor Luis Carlos Benedito, ele fez um resgate inicial da articulação feita em Muricilândia para que a comunidade se reconhecesse como remanescente de quilombo e solicitasse a certificação junto à Fundação Palmares:

Ei Mané! tinha uma verba federal, que vinha um auxílio para implantação desse programa quilombola, né. Todos estados que implantassem, vinham verbas para essas comunidades quilombolas, para melhoria de estradas, questão sanitária, cestas básicas e uma série de outras coisas para ajudar a recuperação e implementação sócio-econômica desse pessoal. Depois que nós começamos a fazer esse trabalho com as comunidades quilombolas, que

⁸ Entrevista realizada no dia 15 de fevereiro do ano de 2022, às 13 horas, com o professor e Sociólogo Luís Carlos Benedito. No cargo de Coordenador dos Afro-descendentes e Quilombolas do Estado do Tocantins.

nós começamos a ver a realidade de como é que se encontrava esse pessoal, que até então era só história pra boi dormir, né meu! E através de relatos, histórias de pessoas que já conheciam alguma manifestação quilombola pelo estado, eles falavam que eu como representante da Secretaria de Cidadania e Justiça como Coordenador do programa na Secretaria era responsável pra ir lá fazer esse levantamento, né, pra ver as condições, se era ou não realmente quilombola, baseado na 4887 de 2003, de auto-reconhecimento quilombola. Foi através do contato que eu fiz, né meu, com o nosso grande prefeito Rubão sobre uma suposta comunidade que existia aí, né meu, e ele me convidou pra que eu fosse aí dá uma olhada. Chegando aí, eu entrei em contato com você e nós iniciamos toda aquela trajetória em contato com a dona Juscelina. Nós iniciamos toda a trajetória para reconhecimento dessa magnífica comunidade quilombola (Entrevista oral, senhor Luís Carlos Benedito, 15/02/2022)

Na narrativa do professor fica evidente que havia diversas comunidades afro-descendentes espalhadas por todas as regiões do estado do Tocantins. Essas comunidades estavam organizadas em torno de cultura e identidade quilombolas, a partir dos comportamentos herdados da tradição ancestral, pois o costume é a interface, uma vez que não só o consideramos como práxis, mas também como lei. Faltava a politização dessa identidade e a busca por efetivação dos direitos que a constituição de 1988 assegurava, o que, de fato, ocorreu a partir do processo de reconhecimento por parte da Fundação Cultural Palmares.

Distante uma das outras, essas populações permaneciam isoladas e invisibilizadas sem terem acesso aos direitos básicos garantidos pela Constituição Brasileira. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina, de posse da certificação, passou a elaborar o Estatuto Social da Associação, reunindo os pilares basilares da sua constituição, conforme imagem 18.

Imagem 18 – Estatuto social da Assoc. da Com. Quilombola



CNPJ:12.580.069-0001-10

ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DONA JUSCELINA-ACQDJ

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

Art. 1º - A Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, também designada pela sigla, ACQDJ, fundada aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e oito (25/03/2008). A Associação é pessoa jurídica de direito privado, de caráter cultural e social, de gestão comunitária, composta por número ilimitado de associados, sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado e possui formas próprias de organização social. É constituída por remanescentes de quilombolas com vínculo de ancestralidade com os troncos familiares pioneiros da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, com trajetória histórica própria, com presunção de ancestralidade negra com os troncos pioneiros da comunidade, dotados de relações territoriais específicas, com sede em Muricilândia, na avenida Antonio Carneiro Dourado, s/n, centro, e foro na cidade de Araguaína-TO., podendo estabelecer convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo Primeiro: Poderá a Associação adotar emblemas, bandeiras, cores e hinos se aprovados em Assembleia Geral previamente designada para tal.

Parágrafo Segundo: O Quilombo Dona Juscelina foi erguido, sobre três pilares basilares, sendo eles: **I- Étnica:** População de predominância negra; **II- Religiosa:** Catolicismo Popular e Romarias; **III- Cultural:** Festejo do 13 de maio(Festa do rebolado), Roda de Lindô, Bumba meu boi e outras manifestações culturais. Muricilândia-TO., aos 23 dias do mês de julho do ano de 2021.

Avenida Antonio Carneiro Dourado, s/n, centro – CEP.: 77.850-000 – Muricilândia – Tocantins

Email.: quilombodonajuscelina@gmail.com

Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2021).

Os elementos listados no parágrafo segundo, do estatuto da comunidade, fazem referências à história da região e evidencia os elementos de articulação, numa perspectiva étnico racial, histórica e cultural, posto que visa uma identidade política quilombola da comunidade, que se distancie da compreensão de quilombo como “valhacouto de negros” (NASCIMENTO, 2021). Corroborando com este pensamento, Beatriz Nascimento explica que:

[...]o quilombo pode ser uma atitude dos negros para se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal, e que ele se apresente como assentamento social e organização que criam uma nova ordem interna e estrutural (NASCIMENTO, 2021, p. 124).

Assim, os pilares basilares constituem a espinha dorsal que sustenta a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, porque a sua observância caracteriza o fortalecimento e a resistência dessa coletividade contra as investidas externas. Por meio dessa estrutura basilar é possível instruir os atores da comunidade, segundo as orientações dos griôs, no sentido de prepará-los para um posicionamento de defesa dos princípios e interesses do grupo social.

O processo de certificação da comunidade veio depois da criação da narrativa histórica que apagava os relatos dos homens e mulheres negros que fundaram a cidade e que, por assim dizer, primeiro habitaram a região. Esse reconhecimento institui formalmente a articulação desse espaço ao território anti-colonial e a toda a experiência – de longa duração – de resistência quilombola aos colonizadores de ontem e hoje.

2.2 A disputa pelo território: da fundação do Povoado Cocalândia ao Quilombo Dona Domicília

O processo de ocupação dos espaços, das terras desocupadas, foi iniciado em 1960 em Muricilândia, entretanto houve uma interrupção já no início da década de 1970 com a chegada dos fazendeiros vindos dos estados de Goiás e Minas Gerais. Eles são aqueles a quem chamamos de o “Povo do sul,” os novos colonizadores, trazidos à região pela Belém-Brasília. Apresentavam-se como os donos daquelas terras ocupadas pelos camponeses já há uma década.

O caso do Povoado Cocalândia é exemplar nesta expropriação territorial. Aparentemente, os moradores aceitaram se retirar para o espaço do “Centro” que veio a tornar-se o povoado, por conseguinte, os habitantes passaram a compor a força de trabalho como parte do necessário para a expansão do projeto de incorporação do espaço ao territorial colonial/nacional. Ao narrar como foi a ocupação das terras o senhor João Batista Vieira Gomes deixa evidente que a terra, naquele momento, não exercia sequer outra função para as famílias de camponeses senão a de responsabilidade social de garantir a permanência por meio da produção de alimentos para subsistência das famílias e da prática de reciprocidade, como os mutirões ou a troca – por relações de

vizinhança – de produtos. Um pequeno excedente da produção dos roçados aquecia a economia e o comércio local, numa relação de trabalho e comércio (CANDIDO, 2017). Vejamos como o senhor João Batista coloca muito claramente a situação das terras entre os moradores e os mineiros; os primeiros com o mínimo possível de terras para trabalhar e sustentar suas famílias, enquanto os segundos tentavam se apropriar, através de compra, dos terrenos do povoado:

Aí veio uns mineiros lá do sul e comprou aquelas terras tudo, ia comprar tudo. Entonse ajuntou aqui com o João Paulino, João Paulino já conhecia nós e foi lá, aí para os morador procurou qual é que queria terra. Aí foi no tempo que tiraram seis alqueire pro seu Elizeu, seis alqueire pro cearense, meu cunhado não quis. Nesse tempo tio Zé Almeida tava lá era tio da mamãe, mais não quis terra também. Aí o papai seis alqueire, seis alqueire pro Manel Zulmira aí ficou só com esses quatro a terra, aí o outro os outros fazendeiros tomou de conta (Entrevista oral, senhor João Batista Vieira Gomes, 14/09/2020)

O griô Conceição Viana, outro interlocutor, costumava dizer aos companheiros que a terra era para todos - “Deus deixou a terra para todos” – ou seja, o importante era usar os terrenos em prol das famílias que ali residiam, porém com a chegada dos fazendeiros e o empenho deles em possuir aquelas terras os moradores do povoado sofreram o cercamento pelas fazendas e gradualmente foram sendo expulsos das terras. Não havia entre os camponeses a concepção de propriedade privada; uma vez que a terra era considerada por eles como uma dádiva divina e, com efeito, não deveria ser ambicionada ou cobiçada. Qualquer um poderia dispor sua roça onde achasse melhor e ali construir sua morada, no ano seguinte não lhe era vedado a migração pelo interior do território ocupado, bastasse apenas a necessidade.

Mas os “mineiros”⁹ trouxeram outra concepção de território, o da propriedade privada, cercada, protegida, vigiada, onde a presença do camponês só era aceita se fosse na condição de trabalhador meeiro ou como diarista, peão ou juquireiro; ou melhor, colocando sua força de trabalho a serviço dos fazendeiros e de suas relações com o mercado, que dependem dos lucros e das rendas para estabelecerem-se, sobrepondo-se a outros sistemas produtivos e de propriedade como as terras comunais.

Em pouco mais de uma década, o povoado Cocalândia já somava quase uma centena de famílias que viviam segundo seus costumes, respeitando o princípio do

⁹ Era o temo usado pelos moradores de Cocalândia, referindo-se aos fazendeiros que chegavam à região vindos de outros estados para atuarem na atividade pecuarista.

comum como forma de organização e resistência. Mas o povo havia sido expulso das terras comunais desde a chegada dos mineiros, que as cercaram e privatizaram. Com a chegada desses últimos as relações entre os grupos mudam e os interesses também se modificam. Diferentemente das relações estabelecidas pelo grande capital, as relações entre moradores de um núcleo tradicional, nesse caso os camponeses, se aproximam dos vínculos entre pessoas de uma mesma família, em que todos ajudam-se mutuamente sem ter em vista a realização individual, mas coletiva, definindo, assim, um universo imediato. De forma similar, referindo-se aos camponeses do interior de São Paulo, Antonio Candido (2017) destaca que: “As relações de vizinhança, porém, constituem, entre a família e o povoado, uma estrutura intermediária que define o universo imediato da vida caipira, e em função da qual se configuram as suas relações sociais básicas” (CANDIDO, 2017, p. 72).

Não obstante, no final da década de 1970 e primeira metade da década de 1980, o povoado Cocalândia foi reduzido a umas poucas casas e não mais que uma dezena de moradores. Na verdade, viveu um processo de desterritorialização da comunidade em partes, principalmente pela presença massiva dos fazendeiros com seus cercamentos que restringiam a expansão da área para produção das lavouras e a mobilidade dos moradores dentro do próprio território do povoado. Em determinadas ocasiões de intensificação da atividade pecuarista, no entorno da vila, houve tensões em decorrência das investidas de fazendeiros para que os moradores vendessem por valores irrisórios os lotes ou, de outra forma, os desocupassem com tudo dentro.

No início da década de 1980, como parte do método de ocupação da área do povoado por fazendeiros, deu-se a destruição por incêndio de algumas moradias e a derrubada de árvores frutíferas antigas para ceder lugar ao capim e ao pasto. Outro momento de tensão foi quando houve a determinação de um fazendeiro a um agregado de que uma cerca fosse construída na principal rua do povoado; esse cercado impedia o acesso à vila, além de interdita-la na condição de propriedade privada. Consoante a narrativa do interlocutor José Ferreira dos Santos, conhecido como Zé do Boi, o motivo pelo qual os moradores abandonaram Cocalândia deu-se da seguinte forma: “Os outros saíram por conta dos fazendeiros, apertou, e eles não aguentaram o acôcho e saíram”. Ao ser perguntado porque o fazendeiro pressionou, o senhor Zé do Boi foi enfático: “Querida a terra do povo que tava lá. Querida a terra do patrimônio porque era quarenta e poucos alqueires” (Entrevista oral, senhor Zé do Boi, 26/06/2020).

Por volta de 1990 o povoado Cocalândia estava completamente sitiado por um fazendeiro, que chegou a autorizar a demolição de algumas casas, conforme afirmou o senhor José Ferreira dos Santos: “Foi derrubado. Mandou derrubar quase tudo. Derrubava era de trator, e mesmo de machado, de oi de machado cortando as forquilha” (Entrevista oral, senhor Zé do Boi, 26/06/2020).

Durante as entrevistas foi possível ouvir os relatos de alguns moradores, inclusive um dos residentes entrevistados foi o senhor Zaldivar Martins dos Santos, que compartilhou um pouco da sua ‘diáspora’ sobre quando chegou em Cocalândia, o que encontrou e onde morou nessa vila.

Sim. Dentro da Igreja Católica que tava abandonada, né. Tava tudo formado em pasto, cheio de bois dentro do pátio, da praça, das ruas. Não havia mais ninguém, e tinha um corredor da cerca, né. E a gente sabia que existia uma área do município de Araguaína na época ainda, e a gente resolveu por ocupar é, essa área é o segundo povoado hoje de, aqui de Cocalândia, né. O primeiro já tinha sido extinto, e nós criamos o segundo povoado. E tá aqui até hoje (Entrevista oral, senhor Zaldivar Martins dos Santos, 29/06/2020).

O povoado Cocalândia surgiu a partir de um “centro”, por um período ele foi cercado e quase vivenciou a destruição completa. O vilarejo foi posteriormente reinstaurado e ressignificado com seus elementos de cultura, produção, organização e resistência.

Da mesma forma que a Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, após sofrer a pressão do “Povo do sul”, a Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília foi sendo compulsoriamente urbanizada, está localizada no povoado de Cocalândia, e aí se aglutinou a partir de processos semelhantes – os cercamentos das terras e, posteriormente, a quase total destruição do lugar.

Os primeiros “Centros” a partir dos quais surgiu o povoado de Cocalândia eram compostos por famílias negras que também eram romeiros. No início da década de 1960, cinco homens negros, a saber, José Gertrude de Almeida, Elizeu Pereira dos Santos, Manoel Gertrudes de Almeida, Manoel Zulmira e um quinto conhecido pelo epíteto de cearense foram viver na região e fundaram os seus “Centros”.

Em entrevista realizada com o senhor Zaldivar Martins dos Santos, conhecido como ‘Pueira’, morador do povoado Cocalândia, ele descreve brevemente como se deu o sitiamento do povoado, das terras onde estavam os centros dos primeiros moradores de Cocalândia e como o estado passou a gestar as terras:

Eles ia comprano de lote em lote, comprano e colocano capim, derrubano as frutas, é reduziu nessas fruteiras mais velhas que tem aqui hoje, que são dois alquere, dois alquere e meio de fruta, de área frutífera que não deu tempo dele derrubar, antes dele derrubar nós entramos, é eu vim pra dentro da igreja e depois, poucos dias, veio mais quatro famílias e a gente começou a dialogar com o fazendeiro na época, a questão da retomada da área da terra, através do vereador Gaiola naquele tempo que nos deu proteção também, conhecia a escritura em Araguaína que era a dona do terreno né? que o finado João Paulino na época, tinha vendido um lote de terra pra Araguaína de seis alqueres e meio, na verdade foi seis alquere, meio depois que Muricilândia já era cidade, que o prefeito Rubens Gonçalves comprou meio alquere que tinha no toco da escritura, ficou seis e meio. Mas tinha mais dois lotes da União, na verdade, até hoje tem um que tá dentro da fazenda ainda, e o outro a gente tá utilizando. Hoje nós temos aqui graças a Deus, fizemos um acordo com a fazenda Triângulo e nós temos hoje treze alquere e setenta e cinco litros de chão cercado do povoado, desmembrado hoje da fazenda (Entrevista oral, senhor João Batista Vieira Gomes, 14/09/2020)

Não podemos pensar que a presença do “mineiro” ou do fazendeiro fosse refazer o percurso do movimento da frente de expansão, é um equívoco pensar que sim, pois um ou outro representava a presença do estado na região e atendia ao propósito da frente pioneira, procurando estabelecer atividades econômicas de grande proporção, com destaque para a pecuária extensiva que necessitava de grandes extensões de terras para a criação de grandes rebanhos bovinos, no intuito de atender não só o mercado interno, mas também o mercado externo. Diante do conflito entre os interesses da frente pioneira e da frente de expansão, José de Souza Martins (2018) traz um sentido para esses termos.

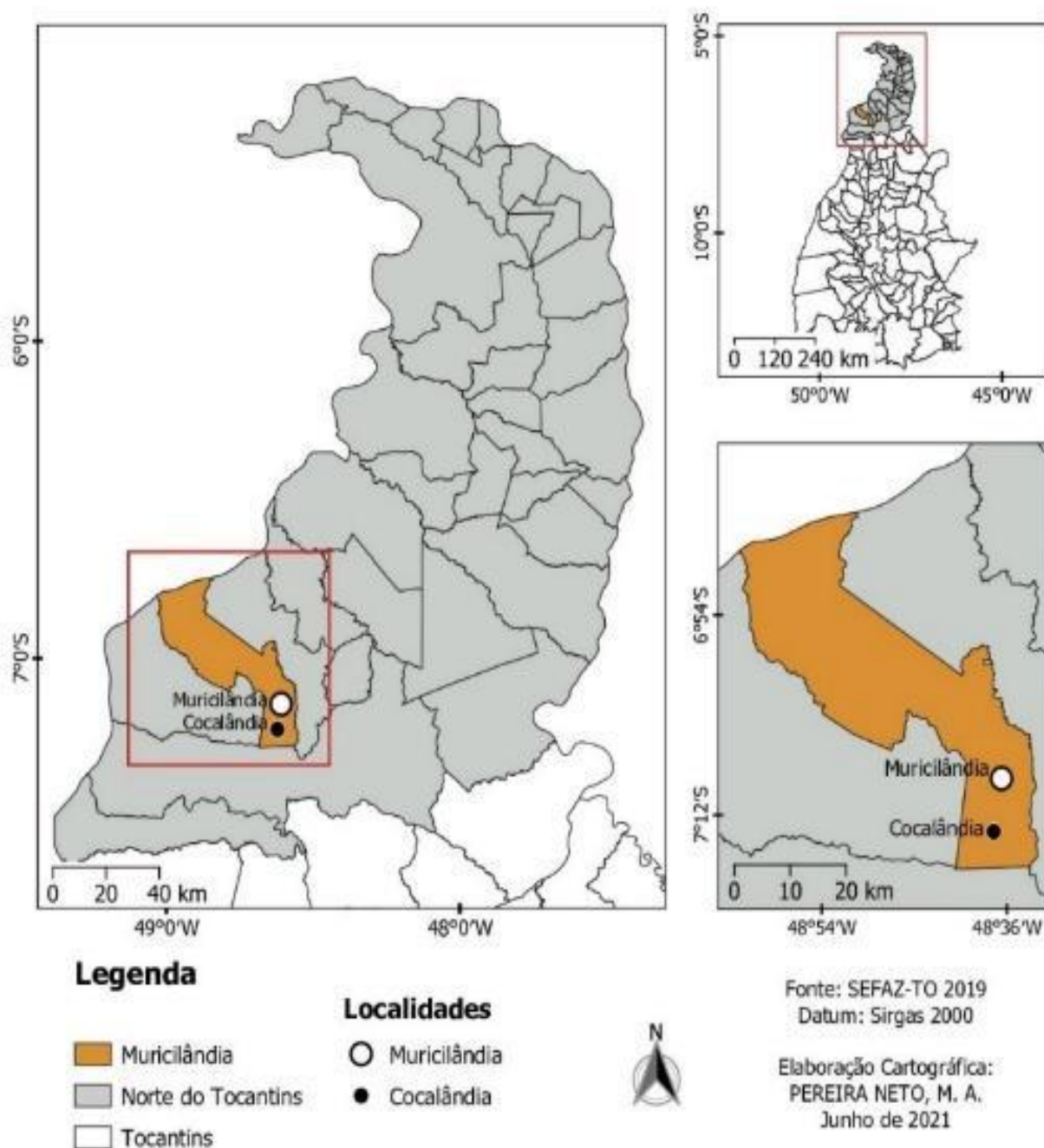
A designação de frentes de expansão[...] tornou-se de uso corrente, até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem teve como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor (MARTINS, 2018, p. 134).

Em concordância com Martins (2018), o que temos nas duas definições são, antes de tudo, modos de ver a fronteira, dado que elas diferem entre si porque são diferentes os lugares sociais a partir dos quais a realidade é observada, pois, se por um lado, temos o camponês, por outro, temos o fazendeiro, e ambos com interesses distintos. O campesino chega primeiro, fixa-se nas terras desocupadas e emprega formas diferentes de tratá-la, tirando dela o necessário para o sustento familiar e a sobra é destinada a fomentar o pequeno mercado local, sem esgotar a capacidade produtiva da terra. O fazendeiro chega depois, abarca vastas extensões de terras, cria grandes

rebanhos de bovinos, que geralmente são voltados a atender outros propósitos, isto é, servir o mercado interno, externo e acumular capital.

O mapa 19, mostra a localização do povoado Cocalândia que, por décadas, recebeu um considerável contingente de sujeitos que reivindicavam as propriedades das terras ocupadas pelos camponeses, com o objetivo de estabelecerem grandes fazendas de gado, chegando até mesmo a incitar os campônios a buscarem empregos nessas fazendas e se submeterem ao jugo dos fazendeiros.

Mapa 19 - Localização do povoado Cocalândia



Fonte: (PEREIRA NETO, 2021).

Cocalândia possuía aproximadamente 52 famílias e uma população em torno de 150 habitantes, adultos em sua maioria, jovens e crianças. O povoado é atendido por uma escola de Ensino Fundamental do 1º ano ao 5º ano, a Escola Municipal D. Pedro I fica localizada no centro do povoado. As crianças em idade de Creche são atendidas na sede do município de Muricilândia pela CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil Creche Pinguinho de Gente. O traslado das crianças do povoado até a Creche é feito pelo transporte escolar do município, retornando no final da tarde.

Com relação a política de habitação a população foi atendida em 2012 com algumas unidades de moradias pelo então programa do governo federal chamado “Minha casa, Minha vida”, porém ainda há um considerável déficit nessa área, ademais, boa parte das casas são de taipas ou de palhas. O povoado conta com dois pequenos comércios que atendem a população local e da zona rural, há uma Igreja Católica e uma Igreja Evangélica, além de algumas unidades de pequenos bares ou botecos.

O início da ocupação das terras desocupadas da região de Cocalândia ocorreu em março de 1960, quando o senhor José Gertrude de Almeida (o Zuca) e outros companheiros chegaram navegando em canoas pelo Rio Muricizal até o local que hoje é Cocalândia. Logo começam a construir suas moradias e a plantar as primeiras roças, segundo narrou o senhor João Batista Vieira Gomes, filho de José Gertrude de Almeida, homem que liderou o grupo que primeiro alcançou e habitou Cocalândia. Destarte, o senhor João Batista Vieira Gomes, em entrevista, contou como aconteceu o primeiro contato com a região:

Meu pai, seu Elizeu, o Cearense, casado com uma prima minha, o Manel Romeiro que era meu primo e que era casado com uma irmã minha, e o Manel Zumira que era casado com dona Luzia, esses foram os primeiros moradores que fizeram abertura lá, voltaram par Muricilândia pra buscar as famílias. Na primeira colheita já tava a família toda lá (Entrevista oral, senhor João Batista Vieira Gomes, 14/09/2020).

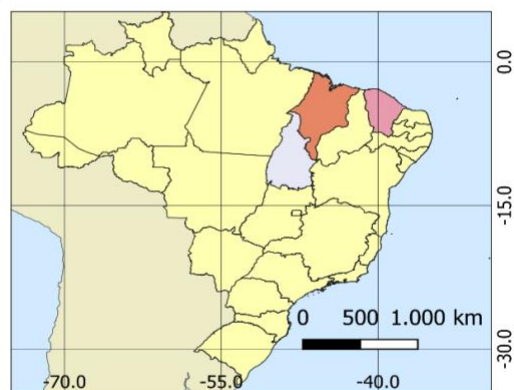
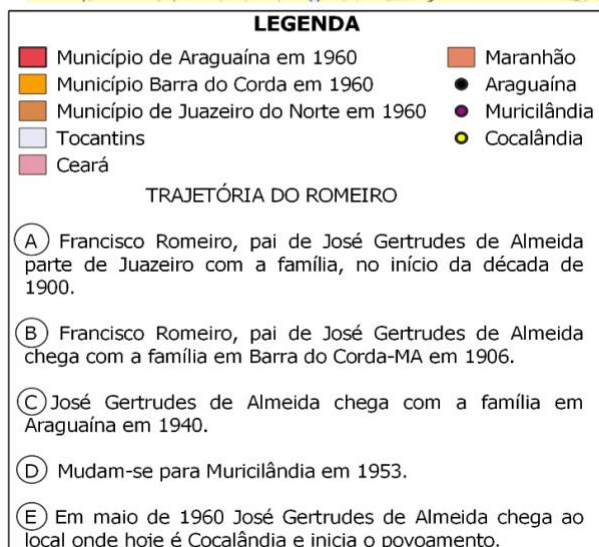
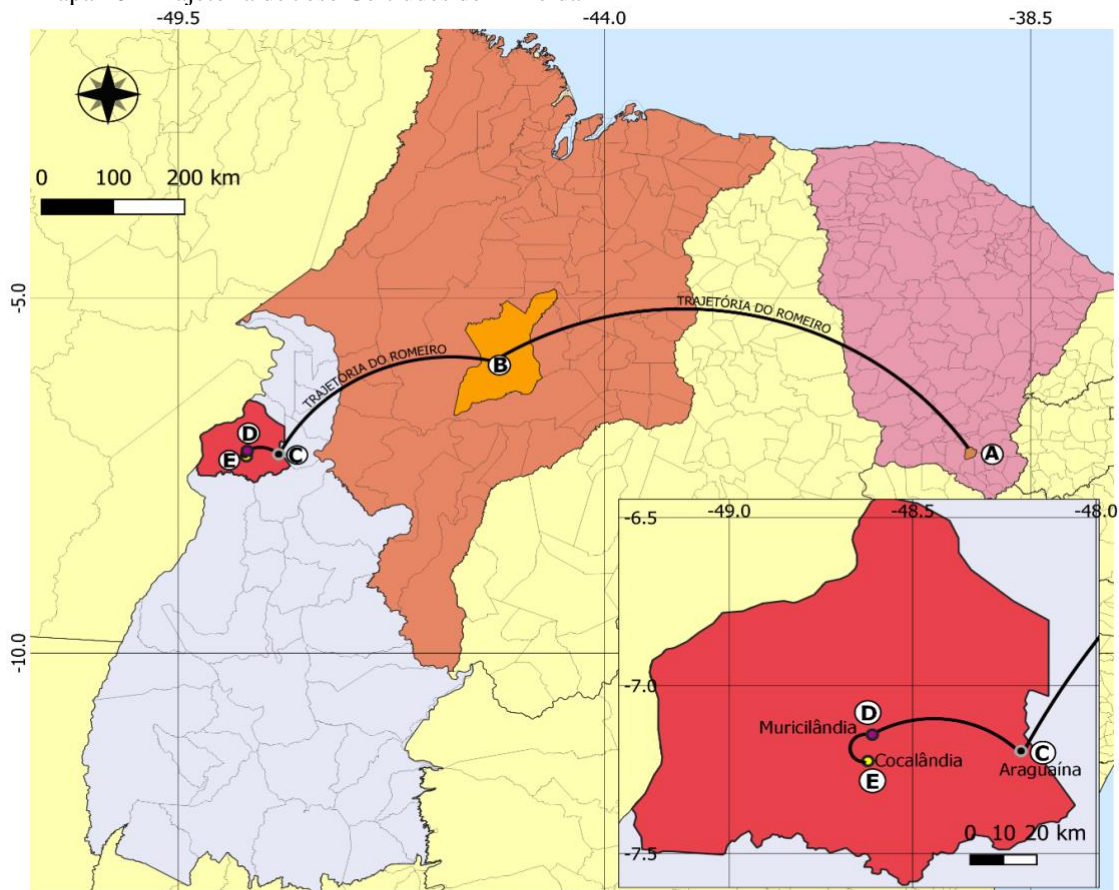
Portanto, percebemos que é possível extrair da narrativa do senhor João Batista elementos que informam sobre o processo de fundação da comunidade e que marcam a presença dos romeiros como pioneiros na ocupação do espaço na região, iniciando as bases para a produção naquelas terras. Ainda assim, o senhor José Gertrudes de Almeida traçou um outro percurso para alcançar o local do povoado. Ao ser indagado se a trajetória de seu pai de Muricilândia até Cocalândia foi por terra, como fizeram os romeiros da beata Antonia Barros de Sousa, o senhor João Batista afirmou: “não foi por terra, abrindo picadas, mas foi por água, não tinha estrada por terra, depois que fizeram a primeira abertura que os homens ajuntaram e fizeram a picada pra cá”. Foi navegando, subindo pelo Rio Muricizal que os cinco romeiros desembarcaram em maio de 1960 em um denso território de babaçuais. Graças à abundância de palmeiras de babaçu que deram o nome de Cocalândia ao primeiro centro, que depois veio a se tornar o povoado.

A romaria seguiu com os devotos até Cocalândia. Em Muricilândia, a família do senhor José Gertrudes de Almeida construiu suas moradias às margens do Rio

Muricizal. Era uma longa rua, habitada de um lado e do outro só com seus familiares, como eram romeiros a rua passou a ser chamada de “a rua dos romeiros”.

O Mapa 20, traça as datas e o percurso feito pela família de José Gertrudes de Almeida, de Juazeiro do Norte, nos anos de 1900, no Ceará, até o povoado Cocalândia, na década de 1960.

Mapa 20 - Trajetória de José Gertrudes de Almeida



Fonte: IBGE 2022; Google Earth 2022
Datum Sirgas 2000
Data: 12/08/2022
Dados: BORGES, Manoel Filho
Org. Cartográfica: SILVA, Martinha

Fonte: (SILVA, 2022).

Cocalândia surgiu como um posto avançado do grupo que vai para Muricilândia, composto por romeiros que tinham relações com os peregrinos da romagem do Pé do Morro e Muricilândia. As narrativas dos interlocutores apresentaram o modo de vida dessa comunidade e as relações de trabalho vivenciadas nesse território. O senhor Francisco Natalício, conhecido como Chico Bolinho, alude como foi sua chegada na região:

Eu sou fie daqui da região mesmo, só que quando eu vim pra cá morar aqui, eu tinha 9 anos... Quando nois chegamo aqui era, nois chego aqui 75, quando nois chego pra cá, só que nois morava sempre aqui pertinho aqui! toda vida nois morava aqui pertim, aí nois morava em Araguaína e nois viemo pra cá! (Entrevista oral, senhor Francisco Natalício, 15/06/2019).

É preciso retornarmos ao início da década de 1960 e, por meio de explanações de interlocutores que presenciaram o momento inicial do povoado Cocalândia, compreendermos como foi o povoamento da região e onde fica o povoado Cocalândia na perspectiva desses personagens. Assim, a partir dessa cronologia, iniciada em março de 1960, conforme comentou o senhor João Batista Vieira Gomes, filho de José Gertrude de Almeida (o Zuca), camponês que liderou o grupo que primeiro pisou nas terras desocupadas de Cocalândia, podemos compreender o processo de ocupação das terras, os conflitos e as práticas culturais e produtivas relacionadas ao comum, isto é, como elemento de resistência política na comunidade de Cocalândia.

Através da explicação do senhor João Batista Vieira Gomes, entendemos que o deslocamento da fronteira de Muricilândia para Cocalândia se deu pelos meios intencionais de estabelecer uma comunidade em que as pessoas pudessem exercer a solidariedade e reciprocidade nessas terras. Quando indagado se o seu pai havia encontrado algum morador ao chegar a Cocalândia o entrevistado responde: “Não. Não tinha. Só tinha caça e porcão demais e onça. A gente vinha na pinicadinha e de manhã quando a gente voltava, tava todo cavado na folha, no rasto”. (Entrevista oral, senhor João Batista Vieira Gomes, 14/09/2020).

A partir dessa informação admitimos que o senhor José Gertrude de Almeida (Zuca) constituiu-se como aquilo que chamamos de “primeiro tronco familiar”, que desembarcou em Cocalândia e estabeleceu ali uma forma de organização da terra através de Centros, empregando, por exemplo, o extrativismo do coco babaçu, as roças, a caça, a pesca, a coleta de madeira e a coleta de frutos como as bases para uma comunidade de aptidão para explorar o território como um grande comum. Através

dessa centralidade é possível afirmar que os centros eram lugares onde moravam as famílias, de onde partiam para exercer suas atividades no comum, como em um fluxo contínuo que só foi interrompido com a chegada dos fazendeiros, os “Mineiros”.

O camponês José Gertrude de Almeida, após um tempo residindo no recém povoado de Muricilândia, ficou insatisfeito com o lugar alagadiço onde residia – era uma rua povoada por famílias de mesmo parentesco, mas que ficava muito alagada no inverno – então, ele decidiu deixar Muricilândia e seguiu rio acima a procura de terras altas, desocupadas e férteis onde pudesse se estabelecer com seus familiares. Em março do 1960, José Gertrude de Almeida e seus quatro companheiros chegaram a uma região de babaçal, às margens do Rio Muricizal, onde decidiram fazer uma abertura na área e cultivar as primeiras roças, conforme afirmou o senhor João Batista Vieira Gomes:

“Eu posso falar, no tempo que eu era rapaizim, aí meu pai foi fazer uma abertura, naquele tempo só ia de canoa, ele, seu Elizeu, manel Zulmira, padim Manel Romeiro e um home chamado cearense que era casado com uma prima minha Selecinda fizeram a abertura, aí depois é que foram com as famílias. Dona Joaquina foi com seu Elizeu, seu Joãozinho, aí papai que era casado com a comadre Eva que era irmã da tia Emídia, aí levou a família na primeira abertura, fez uma casinha lá dentro da mata papai, aí depois no segundo ano fez na beira do rio e seu Elizeu fez cá mais embaixo, mais e mais encima o cearense, mais encima o pai e por último lá o Manel Zulmira mais encima, e aí com isso foi, lá um lugar que tinha muito babaçu, entonse o pessoal do murici ia pra lá pra quebrar côco, passava a semana lá home, muier e menino, aí com isso o papai botou o nome do lugar de Cocalândia, aí no final de semana voltava pro Murici e de lá levava pra Araguaína aquele babaçu pra vender” (Entrevista oral, senhor João Batista Vieira Gomes, 14/09/2020).

Outros membros da família foram chegando e se instalando em Cocalândia, depois começaram a tocar atividades fundamentais como roçado, pesca e caça; além de outras ocupações, tais como rezas, festas religiosas como Santo Reis, festejo de São João Batista, festas dançantes tocadas por pifes (pífano), zabumba e bumba-meu-boi. No início da década seguinte (anos 70), chegaram a Cocalândia as famílias de Domicília Pereira da Silva, Domingos Gomes da Silva, José do Espírito Santo e Joaquim Gomes da Silva, todo esse grupo passa a ser considerado como sendo a segunda leva dos troncos familiares remanescentes dos quilombos do Ceará, Piauí e do Maranhão que seguiram na esteira da primeira turma até o povoado Cocalândia. Eram famílias de negros e negras que, assim como os primeiros romeiros, fugiram da seca e dos cerceamentos das terras comunais, na prática, deixaram o nordeste - Ceará, Piauí e Maranhão - e adentraram as matas despovoadas do antigo Norte Goiano. Foram cravando as bases de uma comunidade que foi se construindo a partir da partilha do

trabalho coletivo da produção entre os membros das famílias, como articulou o senhor Francisco Natalício: “Sempre eles ajuntava o grupo pra mexer nas roças, pra brocar, derribar, no dia que era pra tocar fogo ia aquele grupo, quando era pra plantar ia aquele grupo, né”? Limpava, limpava as roças, ia até o final” (Entrevista oral, senhor Francisco Natalício, 19/06/2020).

O povoado Cocalândia chegou a ter 120 famílias com residências fixas. No período mais tenso do conflito entre os moradores e os “mineiros” restaram apenas 6 famílias e muitas casas abandonadas, alíás, muitas delas foram derrubadas pelos fazendeiros que iam se apropriando das terras. Apenas a igreja Católica e meia dúzia de casas restaram. O senhor Zaldivar Martins dos Santos, que foi habitante da comunidade e chegou a morar dentro da igreja, explica a situação:

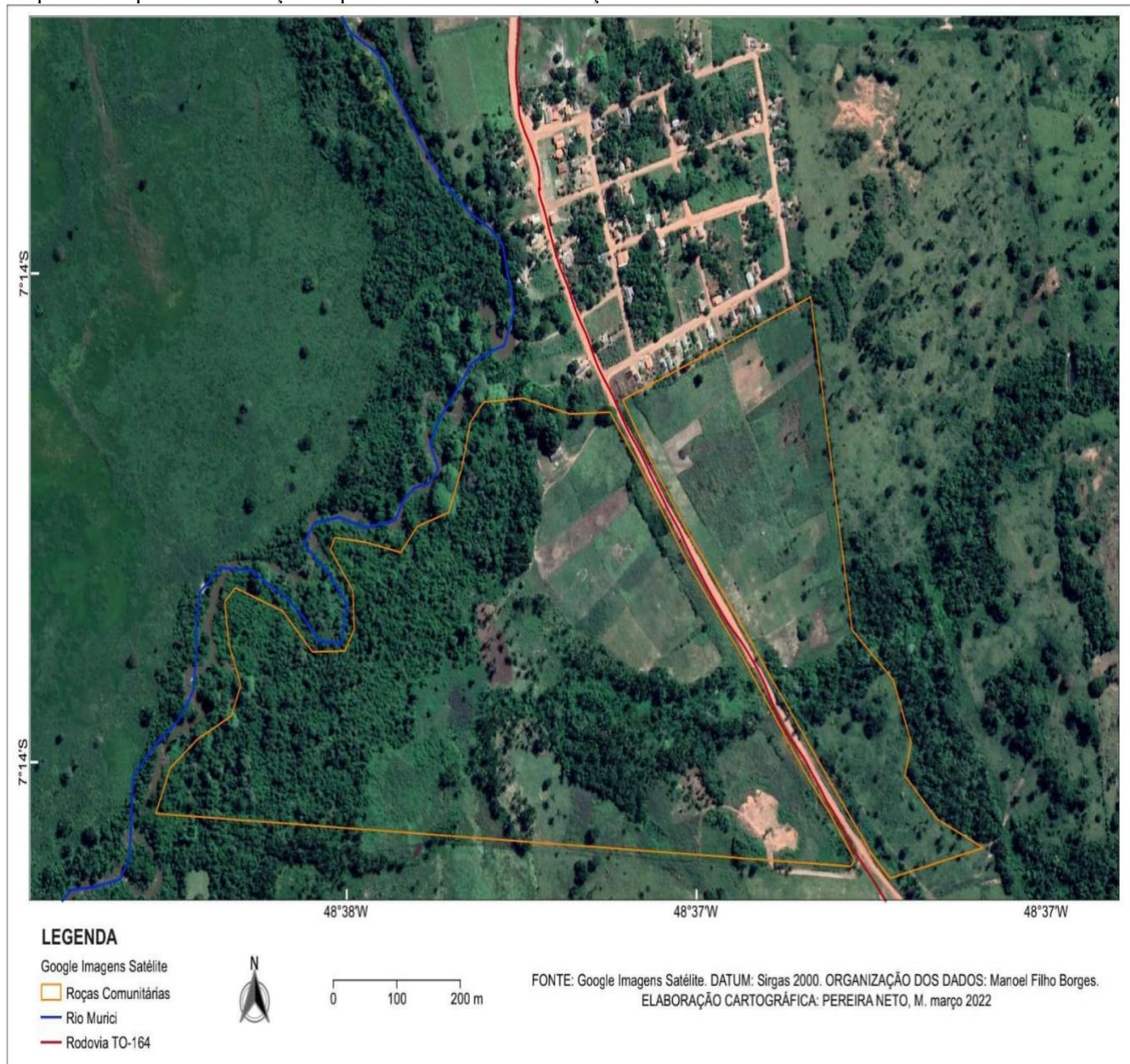
“Quando eu cheguei, morei dentro da Igreja Católica que tava abandonada, né, enquanto eu fazia a minha casa. Era tudo formado em pasto, cheio de bois dentro do pátio, da praça, das ruas. Não havia mais ninguém, e tinha um corredor da cerca, né” (Entrevista oral, senhor Francisco Natalício, 19/06/2020).

Por um certo período de tempo uma cerca havia sido levantada no meio da principal rua do povoado ocasionando o seu cerco. Somente no final da primeira metade da década de 1980 é que muitas famílias que haviam deixado o povoado retornaram. Hoje a comunidade conta com cerca de 55 famílias, dessas, aproximadamente 90% pertencem à Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília.

Assim como a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, a Comunidade Quilombola Dona Domicília foi destituída da sua extensão de terra, uma vez que ela fora incorporada ao território dos fazendeiros, materialidade da área colonial na região. Com o retorno ao povoado e a lenta retomada do espaço a população começou a se articular novamente ao território anti-colonial, num movimento de regresso à localidade ancestral da comunidade. Um dos marcos dessa retomada foi a agricultura de caráter comunitário em que as famílias da vila realizavam plantios diversos como feijão, milho, arroz, mandioca, abóbora, gergelim, banana, hortaliças e outros legumes e cereais numa área de pouco mais de dois alqueires nas adjacências do povoado, que pertence ao município de Muricilândia. Essas terras são margeadas pelo Rio Muricizal, como podemos observar na imagem do mapa 21, além de podermos identificar também a área de lavoura, o rio, o povoado e a área da roça comunitária que é o local onde as famílias

camponesas do povoado Cocalândia cultivam suas lavouras, fortalecendo o vínculo do agricultor com a terra.

Mapa 21 - Mapa de identificação do povoado Cocalândia e da roça Comunitária



CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: (PEREIRA NETO, 2022).

A produção agrícola das culturas feitas pelas famílias era para o consumo de cada uma delas, dessa forma, havia muito pouco de excedente; porém, quando acontecia abundância de produtos, eles eram comercializados no próprio povoado. O cultivo de frutas, tubérculos e legumes nos quintais do povoado Cocalândia constitui um outro

viés produtivo que vem plenamente contribuindo na alimentação e na geração de renda para as famílias.

A agricultura coletiva no povoamento já vem desde os tempos iniciais dos “centros” e povoados, não obstante, com o passar do tempo, ela foi recebendo influência externa como a individualização do trabalho. Essa ação externa ora beneficiava, ora enfraquecia a coletividade, mas na fala do senhor Natal Lopes, morador de Cocalândia, a agricultura local hoje está mais fortalecida, porém há a necessidade de uma área maior para melhorar e aumentar a produção agrícola na Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília:

Quando a gente começou a fazer essas atividades é, o que que eu achei por bem conversar com os gestores e botar o pessoal pra trabalhar em grupo, junto, que a área, como a área é comunitária precisava de ter grupo pra trabalhar junto. Cada um tem o seu pedaço, mas todo mundo trabalhar junto. Era dividido uma linha, duas linha dependendo da quantidade de família, por pessoa, por cada família é, pra poder dividir, aí a gente divide, mede, divide e entrega para que eles possa plantar o milho, o arroz, o feijão. Já agora 2019 pra 2020 distribuimos pra plantar mandioca, pra fazer farinha, pra mudar a estabilidade dos morador e nisso a gente tá aí tentando melhorar cada vez mais, porque dividir cada um pro lado é bem diferente de grupo, porque um fortalece o outro. As vez tem um mais fraco, mas se tiver um mais, com mais disposição, com mais é, ele tem mais um pensamento melhor, ele ajuda o outro também, até aquele que nunca plantou, terminando plantando (Entrevista oral, senhor Natal Lopes, 23/06/2020).

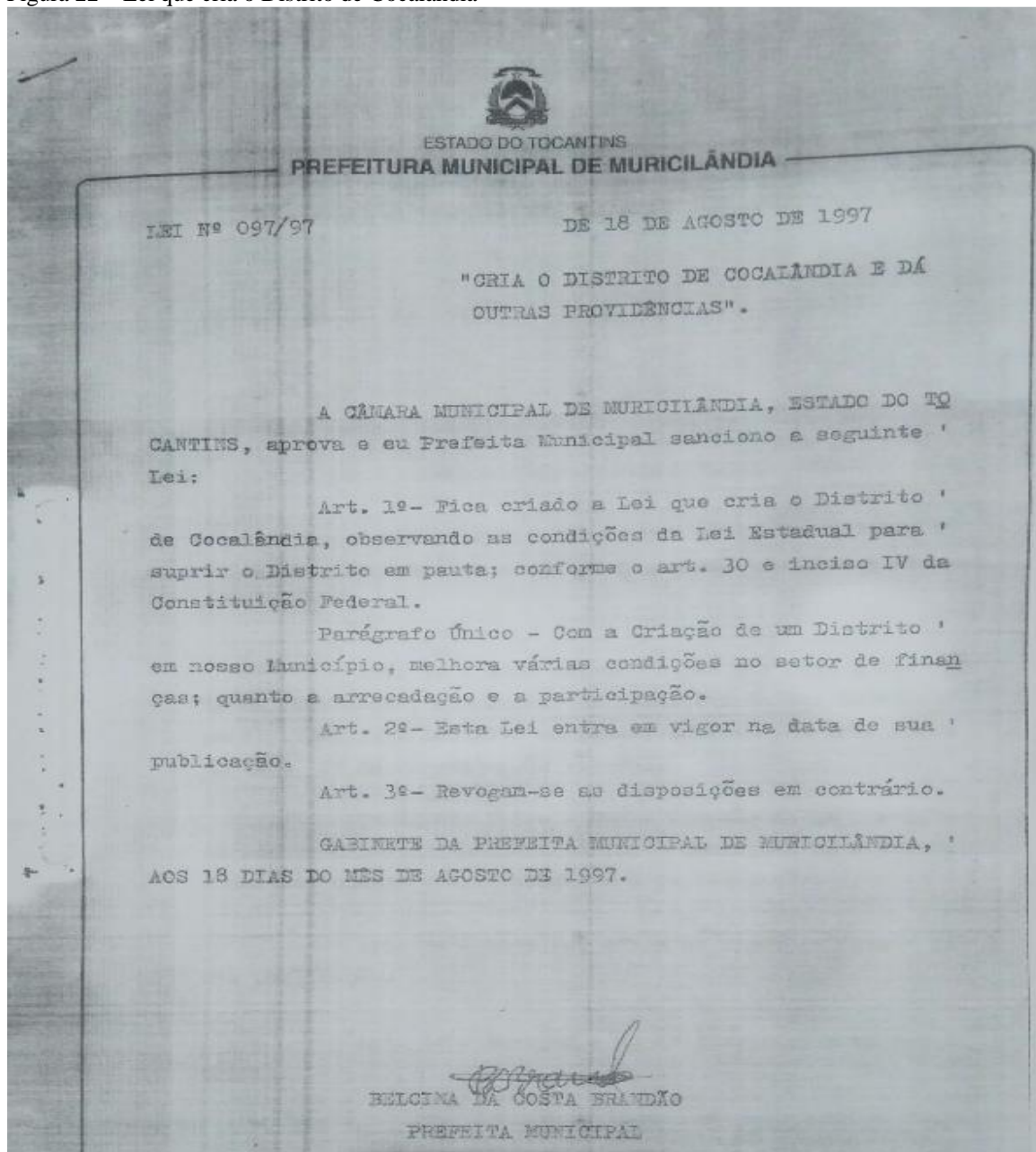
A agricultura é imprescindível e, de natureza igual, a cultura também é fundamental, por isso a comunidade mantém suas práticas religiosas festejando São João Batista, que tornou-se o padroeiro do local; além disso, atualmente todos vêm se mobilizando num trabalho de resgate da cultura do Bumba-meu-boi que já foi uma tradição muito forte entre eles, inclusive era considerada a principal manifestação cultural da localidade, pois levava grande número de moradores a se reunirem nas ocasiões festivas, para assistirem as apresentações desse festejo. A pesca também está presente na coletividade e é utilizada para alimentar os moradores, já que existe uma variedade de peixes nos Rios Muricizal e Preto, ambos próximos ao povoado Cocalândia.

Os antigos e também os atuais roçados têm sido uma importante fonte de alimentos para as famílias do povoado e ainda continuam a contribuir como renda, posto que o excedente da produção segue sendo vendido ou trocado no comércio local. O interlocutor Francisco Natalício (Chico Bolinho) apresentou uma organização peculiar ao grupo quanto ao manejo das roças, isto é, apontando que trabalhavam em

regime coletivo, favorecendo o rápido preparo da terra e colheita da lavoura pelos camponeses: “Sempre eles ajuntava o grupo pra mexer nas roças, pra brocar, derribar, no dia que era pra tocar fogo ia aquele grupo, quando era pra plantar ia aquele grupo, né? Limpava, limpava as roças, ia até o final” (Entrevista oral, senhor Francisco Natalício, 15/06/2019).

O documento 22, refere-se à Lei Municipal que eleva o povoado de Cocalândia fundado em maio do ano de 1960 à categoria de Distrito de Cocalândia, em 18 de Agosto do ano de 1997.

Figura 22 – Lei que cria o Distrito de Cocalândia



Fonte: (Prefeitura de Muricilândia, 2020).

Em onze de abril de 1997, o povoado Cocalândia foi elevado à condição de Distrito, pela Lei Municipal 097/1997, a partir dessa lei municipal o município de Muricilândia tornou-se mais efetivo na implantação de políticas públicas à população do agora distrito Cocalândia. Entretanto, com a emancipação de Muricilândia houve uma implementação na estrutura municipal quanto à educação e que, ao mesmo tempo, já sinalizava para a melhoria educacional no então Distrito Cocalândia. Um ano antes, em 1996, foi aprovada a lei municipal nº 070/1996, que “Cria no povoado Cocalândia a

Escola Municipal D. Pedro I, de 1^a a 4^a séries do primeiro grau”, assegurando às crianças do povoado o direito de estudarem as séries iniciais do primeiro grau. Não é que o povoado Cocalândia fosse desassistido de escola para ensinar os alunos, pois já existia a Escola Municipal D. Pedro I, todavia o estabelecimento de ensino pertencia ao município de Araguaína.

2.2.1 A decisão pela ancestralidade: o ato fundacional da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília

Os membros da comunidade quilombola, como forma de homenagear a senhora Domicília Pereira da Silva - mulher negra, que fugindo das dificuldades que assolavam o nordeste chegou a Cocalândia no início da década de 1970 - pela bravura em lutar em defesa da sua família e das outras famílias do povoado; contra as pressões externas sobre a população; pelo seu conhecimento religioso, sobretudo do catolicismo popular e pelas práticas de manuseio agrícola na lavoura, resolveram que a sociedade quilombola se chamaria “Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília”. Então, foi essa designação acima que a população enviou à Fundação Cultural Palmares solicitando o reconhecimento e, deste jeito, foi aceito. Essa destemida senhora, contudo, faleceu dia 27 de fevereiro de 2019, antes do reconhecimento da comunidade ser efetivado pelas instâncias do Estado.

No ano de 2012, três anos após a certificação da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, em Muricilândia, os moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília iniciaram uma série de reuniões com o objetivo de fortalecer a identidade quilombola, essencialmente entre os moradores troncos da comunidade e seus descendentes. Todos procuravam contribuir para o fortalecimento da coletividade no território, então lideranças do Quilombo Dona Domicília convidaram a matriarca Dona Juscelina, dona Lucelina Gomes dos Santos, e um de seus quilombolas Manoel Filho Borges para compartilharem os seus conhecimentos e experiências da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, o qual faziam parte. Tanto a líder como Manoel Filho estiveram presentes em algumas reuniões e eventos do Quilombo Dona Domicília, compartilhando seus saberes e suas trajetórias passadas no espaço do Quilombo da matriarca dona Juscelina.

No mês de janeiro de 2021 foi realizada uma Assembleia Geral no quilombo dona Domicília com o representante dos quilombolas, senhor Francisco Natalício. Todos os membros da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília foram convidados a comparecer à Assembleia, o que de fato aconteceu, exceto os descendentes dos primeiros troncos da comunidade que se encontravam residindo em outras localidades ficaram impedidos de participar. A pauta principal da reunião expressou-se na manifestação individual dos quilombolas declarando seu pertencimento à Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, pois eles se identificavam como troncos ou remanescentes dos primeiros troncos desbravadores. Todavia, na data de dez de janeiro de dois mil e vinte e um foi realizado um novo encontro onde cada um dos presentes se reconheceu e se definiu como “remanescente de quilombo”, além de pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília e, deste modo, eles definiram aquela data como referência em que a comunidade decidiu por unanimidade solicitar à Fundação Cultural Palmares a Certidão de Autodefinição da comunidade como remanescente de quilombo com o nome de “Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília”, localizada no distrito Cocalândia.

Essa reunião e a decisão da Comunidade Quilombola Dona Domicília podem ser compreendidas como uma deliberação coletiva pela ancestralidade e pela afirmação da História da região e do grupo. Também é uma confirmação do pertencimento desse povo a esse espaço – atualmente em mãos de fazendeiros – como parte do território anticolonial, herdeiro dos conflitos anticoloniais de longa duração. Lutas essas realizadas pelos camponeses negros, quilombolas, indígenas e outros sujeitos que, historicamente, colocaram-se na linha de frente do enfrentamento do projeto colonial atualizado no século XX, na região do Antigo Norte de Goiás pelo “Povo do Sul”, por assim dizer, os “Mineiros” etc. Esses mesmos que, a princípio, queriam não só expropriar as comunidades dos territórios como também reinventar a história da região.

Sendo assim, os esforços pelos reconhecimentos da ancestralidade e da história da região frente ao estado exigem muita luta. História, como disse no início, protagonizada por homens e mulheres, pretos e pretas!

Capítulo 03 – Instituições do Quilombo: *festejo, conselho griô e roça comunitária*

Desde o primeiro capítulo estamos seguindo a pista aberta por Beatriz Nascimento (2021, p. 109), a de que quilombos “são sistemas sociais alternativos”, que se ancoram em experiências anteriores a seu estabelecimento. Descrevemos essas experiências anteriores, isto é: a Balaiada, as romarias de Padre Cícero, e o movimento para a articulação do norte do Tocantins a um território anti-colonial, por parte dos colonizadores e seus descendentes. Mas é preciso, agora, descrever as instituições que configuram esse sistema social alternativo. Optamos por descrever o festejo da abolição e o Conselho de Griô na Comunidade Quilombola Dona Juscelina e a roça comunitária da Comunidade Quilombola Dona Domicília.

Estamos assumindo a concepção de instituição descrita por Dardot e Laval (2017), pois, para esses autores, as instituições têm sido confundidas com o estabelecido, com a sua formalização em termos sociais e, também, estatais. Para eles, é preciso entender a instituição como práxis instituinte: a “autoprodução de um sujeito coletivo na e pela coprodução continuada de regras” (DARDOT e LAVAL, 2017, p. 463) realizada na historicidade. Portanto, o trabalho coletivo continuado vai produzindo o sujeito coletivo e, ainda, dando legitimidade as regras por ele constituídas.

Nesse sentido, o sistema social alternativo, a partir do qual se constitui os quilombos da romaria, baseia-se em uma autoprodução histórica de instituições que, a partir da assunção da identidade política quilombola determinada pela ancestralidade, são formalizadas a partir das regras do Estado. Esse, por sua vez, só abre essa possibilidade a partir da luta política engendrada pelos movimentos sociais.

Vamos começar, então, por descrever as duas instituições fundamentais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina: O Festejo da Abolição e o Conselho Griô – e Grioulas. Em seguida, descreveremos a roça comunitária de Cocalândia, que desfruta de centralidade institucional na Comunidade Quilombola Dona Domicília.

3.1 O Festejo da Abolição

Nas primeiras décadas do século XX parte da população negra do Brasil dedicava significativo valor ao 13 de maio, data em que se deu a abolição da escravidão no Brasil, e era comum a ocupação dos espaços públicos e privados para comemorar a data.

No Maranhão, a notícia da assinatura da Lei Áurea chegou nos dias próximos posteriores à assinatura, também por Telégrafo. Em entrevista, a matriarca do Quilombo Dona Juscelina, em Muricilândia, a senhora Lucelina Gomes dos Santos (2015) relata:

Foi um dia depois da princesa Isabel assinar a Lei Áurea que o coronel Santana recebeu a notícia aqui em Pastos Bons, veio pelo fio do telégrafo e chegou um pedacinho de papel pra ele, quando ele leu era a princesa Isabel mandando ele libertar os negros escravos da sua fazenda, ele era muito amigo da princesa, mais ele também era bom pros seus escravos, dava carne para eles comer. No dia que ele recebeu o telegrama, mandou chamar todos os escravos, passou a notícia pra eles e libertou todo mundo, inclusive meus parentes e depois mandou matar três reses grande e gordas e deu para os negros. Foi três dia de festa, muita comilança e muita bebida, Daquele dia em diante o negro passou a ser liberto (Entrevista oral, senhora Lucelina Gomes dos Santos (07/05/ 2015).

As palavras de Dona Lucelina descrevem a origem do Festejo da Abolição. Essa relação amistosa entre Senhor e escravizados, depois ex-escravizados, faz com que esses, em determinado episódio, salvem a vida de coronel Santana. Ela relata que esse senhor foi retirado em fuga pelo negro Claro Preto do Saco, tio de dona Lucelina, dentro de uma mala de couro cru, na ocasião em que, como ela afirma: “os revoltosos” perseguiram fazendeiros e outros que oprimiam negros, sertanejos e vaqueiros no Maranhão.

Vejamos o que ela afirma sobre coronel Santana:

Manel, era, realmente era muita consideração, ele tinha o velho Claro Preto do Saco, pro coronel não existia pessoa nenhuma pra ele considerar mais do que o Claro Preto do Saco. O Claro Preto do Saco, tirou o Coronel Santana da morte muitas vez. Em vinte e seis foi o revoltoso, e eu ainda não era nascida, mais ele me contou tudo, e tirô dentro de uma, dentro de uma, numa carga de couro de gado cru, passou dentro do revoltoso, já com o horror de carne, de matula ele matando gado, tirando aquelas carne primeira, aqueles colchão, e quando o tio Claro chega, vem passando correndo com o coronel Santana, o revoltoso não queria nada com a pobreza não, era só os rico, e os fazendeiros e ele andava matuto mais do coronel Santana que era o homem mais rico que existia, e eu ainda conheci, ainda comprei trem na casa dele, tudo, menina. Aí que o certo que ele foi assubindo a serra do sacco e lá em cima da serra do sacco tinha uma

fazenda do coronel Santana, e quando deu, meu tio deu fé, já ia com ele, passou, ainda eles pararam[...] Então nesse ponto você vê que o coronel Santana tinha um coração que se arriscava se acabar pelo Claro Preto do Saco, assim como ele se arriscô, era fina, divia obrigação, e assim era a negrada todinha. Ele, os negro lá era quem era, como se dizia assim, era nêgo do Claro Preto do Saco, ninguém michia(SANTOS, 2018).

De acordo com Sousa (2010), o que dona Juscelina chama de “revoltosos” é:

O uso genérico da expressão “revoltosos” é uma categoria utilizada pelos moradores para designar e identificar os integrantes da Coluna. O termo tratou-se de uma categoria forjada pelo governo, cujo objetivo era de criar no imaginário social do país uma imagem negativa no intuito de enfraquecer o movimento contestatório perante a opinião pública em prol da hegemonia do poder governista (SOUSA, 2010, p.02).

Esse episódio sobre o coronel Santana é de difícil localização histórica, pois podem ser cangaceiros ou homens da Coluna Prestes. Ele pode ser pensado como uma metáfora histórica (SAHLINS,1997, p.141) da nova situação social nos campos do Maranhão depois da Abolição. O protagonismo para Claro Preto do Saco, seu tio, e não para o Coronel mostra, até então, as mudanças de tempo: se antes era o Coronel aquele que detinha o poder, agora são os ex-escravizados que são os personagens de destaque e protetores da vida de Santana.

O certo é que a festa para comemorar o fim da escravidão marcou a família de Lucelina Gomes dos Santos que, sob a liderança do negro Claro Preto do Saco, passou a celebrar o dia 13 de maio como se fosse um dia sagrado e religioso. Quando o tio faleceu em 1950, aos 84 anos, Lucelina Gomes dos Santos assumiu a missão de dar continuidade a tradição do evento. Em 1962, chega ao povoado de Muricilândia a família Gomes, da qual Lucelina Gomes dos Santos fazia parte. O grupo já vinha promovendo a prática herdada dos antepassados e, portanto, ela passa a ser instituída nessa vila em 13 de maio de 1968, desde então tem sido celebrado o Festejo da Abolição da Escravatura, seguindo o ritmo e formato dos festejos de Pastos Bons (MA).

Manel, ele organizava essa festa, coisa mais linda do mundo, e era pobre, era uma festa pobre, rum! Até o preparo eu faço algum imitação, porque o que eu peguei, mais que eu achei mais importante era a do nêgo, mais lá o nêgo véio que ele fazia, que ele preparava, era como se diz, era uma cinta com a cor de sangue, ele batia, eles mandava aquela pisa, vinha, o nêgo véio ia caindo até quando ficava estirado, fazendo que tava morto, quase. E aquilo, as negras, meus familiares era umas negras tudo disposta ,hoje que tá mudado, mais lá era tudo disposta e era acompanhado de todo riquíssimo, desde ajuda. A gente chegava se dava aquele ofício. O ofíciozinho já ia, aqui é carne, a gente só botava só assim, é carne, arroz, tinha duas máquinas de limpar arroz, eles mesmo ali mandava limpar e já entregava limpo. Ó manel, eu vou lhe dizer, era tão importante que vinha deles de Floriano, Terezinha, de Amarante, São Luis,

tudo vinha gente. A beira rio, dá pedra grande até cá no porto velho era tudo cheia assim das embarcação, vinha tudo cheia de gente e tudo trazia suas coisas que queria, seus presentes que queria fazer, todos eles trazia. Tinha a marantina era dum primo de meu tio Claro, Zé Preto, aquilo ali ele trazia negro e negra de lá tudo, chei de gente, e a balsa era como daqui lá na porta a colá, essa balsa via cheinha de gente, e era animado. Manel não era fortuna se nós fizesse chegar um tempo aqui de fazer assim.(SANTOS, 2018)

A memória histórica da festa ocorrida em 13 de maio de 1888 reinventada e lembrada, primeiro por Claro Preto do Saco e segundo por dona Lucelina, ratifica anualmente a não possibilidade dessa cerimônia cair no esquecimento. O teatro representado no meio da comunidade, na foto 23, traz a encenação da assinatura da lei Áurea pela princesa Isabel.

Foto 23 - Encenação da Assinatura da lei (Teatro da Abolição)



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE 2018).

A foto acima mostra a princesa Isabel durante a encenação do Teatro da abolição em 2018. A política também era venerada na fala da matriarca e nas músicas alusivas a ela, cantadas nas passeatas do dia 13 de maio. Veja a estrofe a seguir:

Salve a princesa Isabel
 Deu liberdade a cor
 Foi no dia 13 de maio

Negro não é malacaio
Negro não tem mais senhor

Em outra estrofe da música a princesa Isabel é elevada ao nível de redentora e santa, para a matriarca, a festa que ela iniciou em 1968 é a festa dos pobres e não dos ricos, muito embora esses não sejam excluídos da festividade:

A redentora
Isabel santa
Concretizou
Seu nobre ideal

É possível perceber que, para dona Juscelina, o gesto da princesa denota um comprometimento com o povo pobre, pois, segundo ela, os negros escravos eram carentes e só se tornaram livres a partir da assinatura da Lei Áurea. Assim, para a matriarca, a abolição pôs fim a escravidão sobre a qual a sociedade brasileira foi alicerçada durante mais de trezentos anos. Na verdade, o que se comemora é a liberdade.

A festa, realizada a partir de 1968, foi um catalisador importante da ancestralidade e do protagonismo negro em Muricilândia, mesmo tendo sido interrompida no início da década de 1980 e sendo reiniciada em maio de 2001. Os motivos que levaram à paralização da Festa de 13 de maio foram dois: o primeiro foi o fato de que Maria dos Anjos, irmã de dona Juscelina e seu braço direito para a realização da festa, mudou-se de Muricilândia e não mais retornou à comunidade; o segundo foi que com o advento das novas tecnologias, que trouxeram novos entretenimentos, parte da população que frequentava a Festa de 13 de maio deixou de participar, reduzindo muito a quantidade de pessoas na festa. Esses foram os fatores que levaram dona Juscelina a suspender a festividade de 13 de maio a seu contragosto.

Mesmo não realizando essa festa em Muricilândia, dona Juscelina continuou seus trabalhos social, cultural e religioso na comunidade. Passou a dedicar-se à romaria e à realização de penitências em Muricilândia, no povoado Pé do Morro e na Ilha dos Romeiros. Outra atividade que a matriarca exerceu foi a de parteira, pois como ela mesmo falava: “Sou mãe de pegação de 583 crianças, nunca perdi uma criança” (Entrevista oral, senhora Lucelina Gomes dos Santos, 2014). Ela tinha orgulho em falar do seu

trabalho como parteira, que exerceu por pelo menos três décadas. Katiane Santos (2018), narra que “atuar como parteira era um trabalho social que Dona Juscelina realizou na comunidade entre as décadas de 1960 e 1980” (SANTOS, 2018, p. 88). Dona Juscelina era foliã das festas de Santos Reis e do Divino Espírito Santo. Todos os anos ela costumava reunir a comunidade para realizar o giro de suas duas folias. A do Divino Espírito Santo terminava com a reza de uma penitência no dia de Pentecostes, a duração variava entre um mês e uma semana. O modo como era realizada a Folia de Reis, ou Reisado, de dona Juscelina seguia o rito nordestino, do Maranhão, que começava no dia 24 de dezembro e terminava no dia 06 de janeiro, finalizando sempre com a reza de uma penitência no dia seis de janeiro.

O recomeço da festa de 13 de maio se deveu ao fato de que o interesse e o desejo de recomeçá-la estavam intrinsicamente presentes em dois atores da comunidade, dona Juscelina e eu, Manoel Filho Borges, que naquele momento ocupava o cargo público de Secretário Municipal de Educação do município de Muricilândia em 2001, na gestão do então prefeito Rubens Gonçalves Aguiar. É nesse contexto que me encontro com dona Juscelina para incentivá-la a restaurar a festa. Santos (2018) descreve esse evento da seguinte forma:

Dona Jucelina aceitou o convite de continuar a Festa, mas desanimada com a falta de pessoas para ajudar, Manoel Filho empenhado disse à matriarca que se ela quisesse a Festa seria levantada novamente. Como secretário da educação do município, o líder quilombola sabia que poderia inserir a manifestação cultural dentro do âmbito de suas atribuições e assim consegue verbas públicas para fomentar a Festa (SANTOS, 2018, p. 158).

Em 2001, com o plano de retomada das celebrações de 13 de maio em prática, pouco a pouco novos elementos emblemáticos passaram a integrar a seara cultural da comunidade, da mesma forma que outros sujeitos foram mobilizados para reavivar a memória da festa. A fixação do tronco, tal qual existia no passado, foi uma das peças simbólicas, lugar de memória inserida, além de componentes agregados, tais como: o Grupo de Dança Afro-kizomba (2012), o Grupo de Dança Negras Mariamas (2013), O Seminário de Cultura Afro-Brasileira e Quilombola (2009) e o Conselho de Griôs(2010).

Claro Preto do Saco e dona Juscelina realizavam a Festa de 13 de maio durante dois dias, 12 e 13 de maio, pois dona Juscelina seguia o calendário de seu tio e as comitivas começavam a chegar para a festividade de 13 de maio já no dia 11 de maio. Porém, em Nova Iorque (MA) a festa iniciava no dia 11 de maio, uma vez que já começavam a chegar as comitivas vindas das cidades e povoados circunvizinhos antes

do dia 11. Dessa forma, trazia-se instrumentos musicais, alimentos e bebidas que colocavam a disposição dos organizadores da festa.

Em Muricilândia, a partir de 2001, a festa de 13 de maio teve seu recomeço, foi expandindo e houve a inserção de novos elementos culturais, ao mesmo tempo que também foi crescendo o número de pessoas e instituições que vinham participar da comemoração. Dessa forma, foi acrescentado ao calendário do festejo de 13 de maio mais um dia na sua programação, passando a ser realizado nos dias 10, 11, 12 e 13 de maio. Destarte, no dia 10 de maio de 2018 foi realizado na Universidade Federal do Tocantins/UFT, no Campus de Araguaína, em um evento organizado pelo PPGCULT(Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território) e o Colegiado de História, um diálogo intergeracional, a fim de compartilhar os saberes tradicionais da comunidade quilombola com os estudantes que estão na academia, para onde vão a maioria dos jovens do quilombo em busca de novos conhecimentos. Todos os preparativos começam bem antes, meses antes do início do Festejo da Abolição, na Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina. Durante os dias de festejo a comunidade é visitada por muitas pessoas, vindas de varias localidades e são acolhidas pelos quilombolas que compartilham sua historia, sua cultura e sua luta. Às vezes, somos mal compreendidos quanto às intenções da festa, mas nós sabemos quais são as intenções que temos, porque fazemos, para que fazemos e para qual direção queremos ir. Fazemos das nossas casas (quilombo e residência) locais de acolhimento, de compartilhamento e respeito. Somos com Antonio Bispo muito bem definiu:

Chegamos como habitantes, em qualquer ambiente, e vamos nos transformando em compartilhantes. No quilombo, somos compartilhantes, desde que tenhamos nascido aqui ou que tenhamos uma relação de pertencimento. e quando digo da relação de pertencimento com o quilombo, falo de uma relação com o ambiente como um todo, com os animais e as plantas. Somos apenas moradores quando não temos uma relação de pertencimento, quando estamos aqui, mas partimos na primeira possibilidade que tivermos (BISPO DOS SANTOS, 2023, P. 38).

A foto 24, representada pelo Conselho de Griôs mostra a participação da comunidade junto à Universidade, num movimento de alternância em que a Comunidade Quilombola vai até a Universidade encontrar-se com sujeitos compartilhantes, onde ambas assumem cada uma o seu papel. Nesse espaço, os griôs/griots são a comunidade e a Universidade um espaço de acolhimento, ambos devem assumir uma identidade compartilhante, como é possível observar em dona Juscelina, no momento em que dialoga com esse espaço acadêmico.

Foto 24 – A Comunidade Quilombola Dona Juscelina na Universidade no evento que antecipa o Festejo da Abolição



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2018).

Levando em conta o acréscimo de dias e a relevância da Festa de 13 de maio, foi acordado entre a matriarca e o Conselho de Griôs que a mesma passaria a ser chamada de Festejo da Abolição, porque seria uma ressignificação do evento a partir do aumento de dias para sua realização, contemplando a ampliação e inserção de novos elementos culturais. Dessa forma, a partir do ano de 2015 a festa cultural de maio passa a ser chamada de “Festejo da Abolição”, preservando todos os elementos que já estavam presentes e permitindo a inserção de novos, tendo em vista o fortalecimento da celebração, a fim de exercer suas territorialidades como elementos de resistência da comunidade quilombola. Portanto, conforme Santos (2018):

As tessituras do grupo étnico deste estudo, em suas tramas, expressões peculiares culturais que envolvem seus modos de vida, tradições e representações artísticas, nos levam a compreensão que estas são formas de exercerem territorialidades em defesa do território ancestral (SANTOS, 2018, p. 108)

Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, o festejo começa no dia 11 de maio sempre com uma salva de foguetes de madrugada, anunciando o início do festejo. Durante o dia é realizado o “Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola”, que aborda temas alusivos às práticas culturais afro-brasileiras e quilombolas, além de contar com uma expressiva participação da comunidade local, comunidades circunvizinhas e pesquisadores de instituições e locais diversos. São muitas palestras, oficinas, apresentações culturais nos dias 11 e 12 de maio, então é um espaço democrático onde acadêmicos, mestrandos, mestres, doutorandos, doutores têm a oportunidade de, durante a conferência, compartilharem suas pesquisas com a comunidade, conforme apresentado na foto 25.

Foto 25 – Mestranda quilombola Kamila apresentando sua pesquisa no Seminário de Cultura Afro-brasileira e Quilombola



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2019).

Há uma movimentação de pessoas vindas das mais variadas regiões do país e do estado para acompanhar e participar das programações culturais da comunidade, durante os três dias em que acontece o Festejo da Abolição. Estimativas otimistas de moradores do povoado indicam que nas últimas três edições do Festejo havia entre quatro a cinco mil pessoas presentes nesse núcleo social, participando de pelo menos uma atividade cultural da programação da solenidade. Dona Juscelina afirmava seguramente que essa era a quantidade de pessoas que costumava visitar sua comunidade, no mês de maio, durante seu festejo. Usualmente as noites são dedicadas às apresentações culturais de teatro, músicas e danças tanto da comunidade local como das circunvizinhas.

O dia 13 de maio é o suprassumo da festividade. Segundo dona Juscelina, era o dia mais solene da festa, quando ela podia mostrar para todos o legado que ela herdou de seu tio Claro Preto do Saco. A líder fez questão de representar todos os elementos

culturais da festa da mesma maneira que recebeu de seu tio a missão de continuar a celebração. Sobre as memórias de dona Juscelina a pesquisadora Katiane da Silva Santos (2018), em sua dissertação de mestrado sobre a comunidade, destaca:

Nas memórias de Dona Juscelina sempre faz menção que é neta de uma cativa, lembrando seus avós e gosta de citar o nome de sua avó Raimunda Gomes que para ela é uma referência em sua memória do cárcere. Seu tio Claro Preto e seu pai que eram irmãos também eram escravos, embora a matriarca só relate que seu tio trabalhou de graça e não faz menções a escravidão de seu pai, talvez porque seu nascimento se deu após a Lei do Ventre Livre (1871) ou durante as proximidades da abolição (1888) e sendo ainda uma criança não fora submetido ao trabalho compulsório (SANTOS, 2018, p.101).

Para Marcos Pereira Neto (2021), a Festa de 13 de maio acontece a partir de momentos importantes na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, uma vez que:

Sua realização, no dia 13 de maio é composta por três momentos, inicia-se com a alvorada, que representa a anunciação da libertação, que acontece às quatro horas da madrugada, posteriormente se inicia a organização e a realização do Teatro da Abolição, que é realizado a céu aberto às quinze horas, e por fim, no pôr do sol, ocorre o cortejo onde todos andam pelas ruas de Muricilândia cantando e festejando (PEREIRA NETO, M, 2021, p. 12).

De fato, os momentos observados e apresentados por Pereira Neto (2021) constituem a estrutura cultural da Festa de 13 de maio na Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Entendemos ser pertinente a inserção de um outro momento importante na festa que, na verdade, na estrutura da mesma é o segundo, o momento religioso, a comunidade chama de “Momento Celebrativo Inter-religioso”. É quando representantes das religiões presentes realizam esse ensejo celebrativo.

Já as quatro horas da manhã do dia 13 de maio começa a tradicional “Alvorada”. As pessoas vão se congregando na casa da matriarca para a batucada dos tambores e dos cantos das músicas da festa. Antes do amanhecer idosos, adultos, jovens e crianças saem cantando e dançando o batuque pelas ruas de Muricilândia, anunciando que a festividade começou, como é mostrado na imagem da foto 26 a Alvorada do Festejo da Abolição de 2019. É a representação instituída pelo tio de dona Juscelina, Claro Preto do Saco, e que por décadas foi realizada no dia 13 de maio, na cidade de Nova Iorque (MA). Ao retornar à casa da matriarca, por volta das seis horas da manhã, é servido a todos um café forte com farofa de carne. Após esse começo, entre as oito horas da manhã e às quinze horas, a cidade silencia e há a sensação de que tudo para e emudece, até o ar, não é uma imposição do festejo, mas é que todos retornam aos seus lares e iniciam os preparativos para o momento mais esperado que é a encenação da assinatura da lei Áurea, que a comunidade chama de “Teatro da Abolição”.

Foto 26 – Alvorada às 4 horas da manhã, pelas ruas de Muricilândia



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2022).

Se por um lado, os homens se encarregam de preparar e cuidar das peças que compõem o cenário do teatro, por outro, as mulheres preparam seus figurinos, turbantes, colares e maquiagens. Por sua vez, os jovens cuidam do figurino e a tinta preta que será usada para untar seus corpos. As senhoras do grupo de dança Negras Mariamas e as jovens do grupo de dança Afro-kizomba fazem os últimos ajustes da dança e dos figurinos.

Às quinze horas tem início o momento celebrativo inter-religioso, onde há o encontro de lideranças religiosas das Igrejas Católica e Evangélica, além das de Religiões de matriz africana com a comunidade. Há uma tenda preparada para a celebração. A solenidade é de aproximadamente 40 minutos, juntamente com pessoas católicas romeiras, evangélicas e de matriz africana. No princípio da festa apenas a igreja católica era convidada para participar com a celebração de uma missa, mas a partir do momento em que houve a certificação da comunidade como Remanescente de Quilombo iniciou-se também o envolvimento dos evangélicos, porém em 2015 a comunidade contou, igualmente, com a presença de um representante de religião de matriz africana.

A comunidade não estava isenta da intolerância religiosa. No início, encontrar algum morador que fosse intransigente com pessoas de religiões de matriz africana não era difícil, pois eles combatiam essa crença. Nos primórdios do povoado de Muricilândia o seu líder fundador era rigoroso e não aceitava que pessoas adeptas de religiões africanas permanecessem ali, instigava para que elas saíssem daquele núcleo social, como afirma Sousa (2015):

Se chegava alguém aqui que frequentador de terreiro de candomblé ou terecô, meu pai pedia a pessoa que deixasse o povoado e fosse embora (Entrevista oral, senhor Paulo Pereira de Sousa, 2020).

A narrativa do senhor Paulo Pereira de Sousa nos leva a pensar que numa comunidade recém povoada em que algumas dezenas de habitações e não mais do que uma centena de moradores ou um pouco mais, imbuídos dos conhecimentos herdados dos antepassados, em que todos comungavam dos mesmos sentimentos cultural e religioso, tais como: a romaria formada por camponeses nordestinos, os negros, os de vínculos religiosos com o catolicismo popular, as práticas sociais e produtivas que fomentavam a vida em comunidade, não houvesse elementos para nutrir sentimentos de exclusão e intolerância religiosa na comunidade, mas havia. Marinho (2022) nos leva a compreender as condições que favoreceram o surgimento do broto do racismo epistêmico, que pode ser também compreendido como favorecedor para o desencadeamento desses sentimentos na comunidade:

Esta intolerância religiosa que fomenta a violência religiosa tem base assentada no racismo epistemológico porque encontra justificção discursiva na episteme da cristandade europeia, e não apenas na arenga, que remonta ao medievo europeu, da diferença hierárquica natural entre os cristãos e os não cristãos (que as conquistas d'além-mar rapidamente transformaria em diferenças raciais), mas também na inferiorização e supressão das heranças culturais dos povos colonizados/racializados transformadas em heréticas e diabólicas para as quais urgia o dever cristão de converter à fé verdadeira (MARINHO, 2022, p. 504).

O momento celebrativo inter-religioso realizado pela Comunidade Quilombola Dona Juscelina, durante o Festejo da Abolição, traz no seu cerne a intenção de permitir que haja espaço para que as religiões se manifestem e atuem respeitando seus princípios, práticas e crenças, bem como a de favorecer a reconstrução do sentimento de coletividade outrora presente na comunidade.

Após a realização do momento celebrativo inter-religioso é dado início ao Teatro da Abolição. Ele retrata uma cena do cotidiano de trabalho do negro cativo numa

fazenda, em que o escravizado é capturado após uma tentativa de fuga e levado ao tronco, ali ele é severamente chicoteado até desfalecer. Após ser retido, o senhor de engenho e o feitor conversam sobre qual punição será aplicada contra o negro fugitivo, sempre decidindo por sua prisão junto a um tronco e o chicoteamento.

É importante destacar que os atores e atrizes que participam do teatro da abolição são da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, a maioria é formada por jovens que, mesmo sendo negros, se pintam de preto com uma mistura preparada a base de carvão de casca de árvores e óleo vegetal. Junto aos jovens pintados está a griô Rosa Mirtes. Ela representa a preta velha que tenta impedir que o negro fugitivo seja levado ao tronco para ser castigado, da mesma forma é ela que primeiro se manifesta após a encenação da assinatura da lei Áurea. A partir desse ato, a griô pula, canta e dança expressando a alegria da libertação. A encenação da preta velha é seguida pelos demais negros. A foto 27, mostra a caracterização dos jovens que encenam no teatro.

Foto 27 - Jovens atores e atrizes quilombolas que participam do Teatro da Abolição.



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE 2019).

A encenação começa com um diálogo no núcleo de uma família escravizada, em que o marido queixa-se para sua esposa dos maus tratos que sofre no labor diário

nos canaviais ou nos cafezais da fazenda, recebendo gritos, xingamentos e castigos de chicotadas nas costas e nas pernas. À esposa o marido afirma que não aguenta mais e que pretende fugir, embrenhar-se nas matas para escapar dos maus tratos, mas voltará para buscá-la junto com os filhos e, então, levá-los para um novo abrigo, onde não haverá castigo nem tortura; onde poderão viver sossegados. É importante lembrar que toda encenação do teatro era acompanhada por dona Juscelina. Atentamente e silenciosamente ela observava o desenrolar do teatro, cena por cena.

Imaginamos que ali, na representação no palco, a mente de dona Juscelina se transportava para os idos dos anos de 1950 e mobilizava as lembranças dos teatros da abolição organizados por seu tio Claro Preto do Saco, em Nova Iorque (MA), que ela atentamente acompanhava. A foto 28 do Teatro da Abolição na Comunidade Quilomnola Dona Juscelina no ano de 2018 representa o momento em que o negro fugitivo, após ser capturado, é levado ao tronco para ser castigado.

Foto 28 - Escravo fugitivo sendo levado ao tronco



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2018).

No Teatro da Abolição, para dona Juscelina, a princesa Isabel e a família real figuram como personagens principais. Isso se deve ao fato do anúncio da abolição ter sido feito por seu tio Claro Preto do Saco à família sobre a assinatura da lei Àurea, pela

princesa Isabel e o fim da condição de cativos. Acreditamos que naquela ocasião tenha havido uma manifestação de grande alegria por parte dos negros pertencentes à família de Claro Preto do Saco. É importante mencionar que naquele momento ele servia à família do Coronel da Guarda Nacional do Império Brasileiro, o senhor Manoel José de Santana, o Coronel Santana. Portanto, há de se pensar que possivelmente o coronel fosse um escravocrata, mas tendo por Claro Preto do Saco uma relação de respeito e de confiança. Nesse sentido, é possível que a notícia do fim da escravidão tenha sido dada a Claro Preto pelo Coronel Santana ou pelos seus familiares. Dessa forma, o tio de dona Juscelina ao externar o anúncio do gesto da princesa Isabel, como um ato de grandeza, levou seus familiares a nutrirem pela princesa uma maior afeição, o que os levou para a rua em cortejo num ato de comemoração pelo fim da escravidão. Esse evento marcou o início da Festa de 13 de maio em Nova Iorque e em Muricilândia, na comunidade dona Juscelina, que, por sua vez, deixa bem evidente nessas palavras:

Foi uma grande alegria. Nós fomos formar, nós saímos nas casas dos meus senhores, lá tinha muitas loja, muitas pessoa rica, né. E saímos de casa em casa pedindo ajuda pra nós festejar aquele dia 13 de maio que já ia acabar a escravidão. Nós lá num tava sofrendo assim, porque eu num alcancei mais viver inda sujeito, né. Aí certo que quando nós subemo que o tio Claro falou, nós de vez enquanto, enchemo a ronqueira pra anunciar. Aí nós fomos pedir e festejar, fazer uma festa muito grande, aonde aqui nunca houve uma festa daquele tamanho. (Entrevista oral, senhora Lucelina Gomes dos Santos, em 01/02/2014).

A representação da princesa Isabel no teatro da Abolição traz à cena uma mulher que se comove tanto com os maus tratos quanto com o sofrimento do negro, que está apanhando amarrado a um tronco sem ter como se defender. A princesa observa de longe, ela se comove e avança em direção ao senhor de engenho e ao feitor e determina que suspenda o castigo, entretanto os algozes hesitam em parar e continuam a punição. Esse é o momento em que a princesa Isabel faz valer a sua autoridade sobre todos os súditos do reino, em razão dela estar na regência do Império.

O castigo é suspenso, a princesa Isabel assina a lei Áurea e em seguida profere a frase: “Vocês estão livres”, o escravizado é liberto. A partir daí os negros pulam, cantam e dançam, logo começa o cortejo que sairá pelas principais ruas de Muricilândia, perfazendo um percurso de aproximadamente 3 quilômetros.

O cortejo segue dentro de uma organização. À frente vão as balizas, que são crianças quilombolas, vestindo trajes de características afro. Atrás delas vem a família real vestindo trajes reais, composta pelo rei, pela rainha, pelo príncipe e pela princesa

Isabel. Em seguida vem a percussão da comunidade quilombola, que marca o som e os ritmos das danças afro-brasileiras cantadas e dançadas durante o cortejo. Logo após, vem os negros libertos pintados de preto e vestindo trajes característicos da época. Na sequência vem o grupo de dança Afro-kizomba, que é uma turma de jovens da comunidade quilombola que dançam ritmos afro-brasileiros. Finalmente vem a equipe das Negras Mariamas, que é um grupo de danças circulares e é formado por senhoras da comunidade quilombola. A foto 29 mostra essa organização.

Foto 29 - Cortejo pelas ruas de Muricilândia



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2014).

Após o cortejo concluir o percurso e chegar ao local de onde partiu é servido um jantar a todas as pessoas que estiveram presentes. Em seguida vem o pronunciamento das autoridades políticas e quilombolas. É dada a palavra a todos os que trazem mensagens para a festa. As Comunidades Quilombolas do Pé do Morro, Cocalinho, Dona Eva e Dona Domicília são convidadas a participar do Festejo da Abolição, todavia comparecem assiduamente a programação a partir do momento celebrativo inter-religioso e das demais programações do dia.

A presença das comunidades quilombolas vizinhas, ao Festejo da Abolição da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, reforça entre elas um vínculo de

reciprocidade, ou seja, quando as demais comunidades quilombolas realizam suas festividades a Comunidade Quilombola Dona Juscelina também está presente. Qualquer que seja o evento de qualquer que seja a comunidade todas participam, levando suas músicas e suas danças.

Esse evento, de modo especial, foi realizado com a mobilização de todos os membros da comunidade para que participassem tanto do teatro, quanto do trabalho coletivo exigido para a sua realização, por exemplo, alimentação, financiamento e suporte. Quando em 2006, após a visita a comunidade do Coordenador das Comunidades Quilombolas do Tocantins, professor Luís Benedito, houve uma acalorada discussão em torno desse assunto. Particularmente sobre o lugar que a princesa Isabel ocupa na festa. Foi um momento de aquecer a memória histórica da comunidade e de debatê-la, apesar da princesa não ter sido retirada da celebração, ou ser reduzida a importância da festa. Para os efeitos desse trabalho, o importante é que a solenidade funciona enquanto práxis instituinte do sujeito coletivo comunidade quilombola, além de ter papel importante na manutenção do saber histórico do grupo, no reconhecimento por parte dos quilombolas e do Estado como sendo remanescente de quilombo e de sua formalização dentro desse Estado.

3.2 - O Conselho de Griôs

A primazia pelo zelo para com a ancestralidade faz com que a Comunidade Quilombola Dona Juscelina se conecte com o Conselho de Griôs (C.G) como instituição da comunidade, presente desde os anos de 1952, embora identificados por outros codinomes como idosos, anciãos, anciãs. O griô enquanto princípio nada mais é que o reconhecimento de que os mais velhos e os ancestrais são aqueles que detêm a sabedoria e, também, o poder de decisão.

O Estatuto Social da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina é um documento de construção coletiva, ele é chamado de ‘comum’ – na acepção de uma atividade coletiva ou materialização do pensamento coletivo - que estabelece as relações sociais entre os membros da Comunidade Quilombola Dona Juscelina e norteia sua execução buscando fortalecer os pilares que sustentam a comunidade. ‘O comum’, ou o Estatuto Social, é o documento que estabelece as normas constitutivas da comunidade

quilombola, disciplinando o relacionamento interno e externo, ao mesmo tempo que estipula as normas que vão reger a comunidade. Nesta declaração, o Conselho de Griôs(C.E.) é considerado a espinha dorsal do Quilombo, isto é, aquele que garante o equilíbrio desse corpo e suas atribuições dentro da comunidade e, da mesma forma, também é considerado a biblioteca viva dessa assembleia.

O Conselho de Griôs é a aceitação da ancestralidade dentro da Associação e da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. As histórias contadas permitem conservar a memória, a língua e a cultura da comunidade. Dessa forma, a tradição oral é a resistência contra as forças externas que tentam apagar essas memórias e a cultura da comunidade. Ela resgata e conserva a memória do povo quilombola da Comunidade Quilombola Dona Juscelina. A imagem 30, traz o Conselho de Griôs com jovens quilombolas, no ano de 2019, por ocasião do festejo da Abolição.

Foto 30 – Os Griôs com os Jovens quilombolas no Festejo da Abolição de 2019.



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2019).

O Conselho de Griôs da Comunidade Quilombola Dona Juscelina é composto de sete membros da comunidade quilombola, com idade acima de 55 anos para Griô Aprendiz Adulto e acima de 65 anos para Griô Mestre. Portanto, é uma reunião de anciãos e anciãs que descendem das linhas ancestrais dos troncos familiares da

Comunidade Quilombola Dona Juscelina, com a prerrogativa de transmitirem às novas gerações, através da oralidade, os conhecimentos sobre a ancestralidade da comunidade

O Conselho de Griôs está vinculado ao Estatuto Social da Associação da Comunidade Quilombola e tem nele a designação de suas atribuições, com poderes que corroboram para que haja harmonia entre os indivíduos da comunidade. Todavia, Marshall Sahlins (2003) corrobora definindo que:

As condições gerais de vida das pessoas são ordenadas hegemonicamente enquanto forma social e destino coletivo pelas disposições particulares dos poderes estabelecidos (SAHLINS, 2003, p. 64)

No ano 2010, quando a comunidade quilombola foi instituída juridicamente como Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, os anciãos e anciãs dessa coletividade exerciam autoridade e valor sobre os membros da sociedade naquilo que compreendia aconselhamentos, quando consultados. Nesse sentido, de um ponto de vista formal, os griôs eram mobilizados por demanda, portanto, pouco podiam contribuir através de seus aconselhamentos e proposições estendidos aos jovens e aos adultos do corpo social, entretanto tinham por finalidade solucionar conflitos internos e externos.

Em situações de necessidade e de gravidade, isto é, conflitos internos, as atribuições do Conselho de Griôs se asseveravam, pois levava os anciãos e anciãs a apresentarem proposições que definiam cumprimento, como forma de evitar não só confrontos internos, mas também desintegração da comunidade, ou mesmo de famílias quilombolas da comunidade. O Conselho, formado pelos Griôs, sempre expressa em seu cotidiano o I Dya Alulali!, ou seja, “Faça tudo para sempre unir” (LIMA e HERNANDEZ, 2010, p.16).

3. 2.1 - O conceito de Griô na Comunidade Quilombola Dona Juscelina

O termo “Griô”, na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, se aplica indistintamente ao ancião e à anciã do Conselho de Griôs, sem distinção de gênero. Tanto o homem quanto a mulher são chamados de griô, mas, dentro do grupo, alguns gostam de preservar suas individualidades, por exemplo, o griô Dadá se define como um “Crioulo” já a griô Rosa Mirtes se denomina como uma “Grioula”. Essa variação

não altera e nem afeta as relações internas entre eles, nem influi em maior ou menor relevância na função. Mas, de certa forma, acaba por tensionar no que concerne ao gênero dentro do Conselho. De modo que hoje eles, os senhores e as senhoras, se apresentam como griôs e grioulas. “Que desde sempre reconstruíram o passado para leva-lo ao futuro” (LIMA, 2010, p. 46).

Assim, para Amorim (2020), o conceito que melhor define o griô é:

O conceito de griot ou griotes (feminino) vem da África, e refere-se aos sábios e sábias que desempenham um papel importante na oralidade, que é o de transmitir e guardar a memória cultural da sua comunidade. Armazenando conhecimentos de seus costumes, crenças, lendas e lições de vida, eles transmitem seus ensinamentos às gerações futuras, por meio de suas memórias e vivências. No Brasil, o conceito de griô foi, como outros conhecimentos e costumes, herdado dos povos da diáspora que aqui chegaram. E hoje, poderia se afirmar que o papel de griô brasileiro equivale em importância, ao griot africano, dado o valor do seu trabalho na transmissão e preservação dos conhecimentos de origem africana e afro-brasileira. (AMORIM, 2020, p. 02).

A origem da palavra *griot* é francesa, para uma tradução na língua portuguesa pode ser entendido como “criado”, possuidor de um ofício, de uma arte, que estava a serviço ou acompanhando um soberano e que falava por ele “[...]sem os griôs, os nomes dos reis cairiam no esquecimento” (LIMA e HERNANDEZ, 2010, p.14).

O conceito de griô, para o Conselho de Griôs da Comunidade Dona Juscelina, não se distancia de outros conceitos presentes nas comunidades de além-mar, sobretudo da África, porém, no de Dona Juscelina, eles trazem na bagagem a missão de transmitir seus conhecimentos a outras gerações da comunidade, tanto para as crianças como para os jovens, ou até mesmo para aqueles com mais idade, em momentos de vivências coletivas, onde cada griô, por meio da palavra, compartilha os conhecimentos herdados. É uma instituição da memória coletiva da comunidade e articula-se pela decisão da ancestralidade, tomada pela comunidade em 2006.

Como afirma Amadou Hampaté Bâ (2010, p.168), em seu capítulo de livro, *A tradição viva*, “nada prova *a priori* que a escrita resulta em um relato da realidade mais fidedigno do que o testemunho oral transmitido de geração a geração”. Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina, as histórias contadas e as práticas desenvolvidas permitem conservar a memória e a cultura da comunidade. Não apenas porque “a tradição oral é resistência contra forças que buscam suprimir ou subjugar a memória e cultura da comunidade”, mas também porque “a tradição oral resgata e conserva a memória de seu

povo” (LIMA e HERNANDEZ, 2010, p. 26). Pois, o Conselho desenvolve uma série de ações como o encontro com os jovens em que os mesmos são levados a mobilizar essa ancestralidade

Na letra da música do griô mestre Dos Santos é possível perceber o momento em que ele partilha com a juventude a missão de manter acesa a chama cultural da qual originou-se a comunidade quilombola. É uma transmissão de conhecimentos diversos que implica responsabilidades. Através de um trabalho artístico como essa composição, isto é, música como recurso pedagógico, que uma geração transfere a outra o cajuado que assegura a missão de manter viva a tradição oral e a história dos antepassados:

Guardiões da memória
(Mestre Dos Santos)

Lá longe, bem distante no tempo
Na vivência de um povo no sertão
As memórias se fundem para formar
E levar para frente a tradição

Como árvores fecundas
De raízes profundas
Não cairão
Transmitiremos o recado
Do povo do passado
Às futuras gerações

Aos mais velhos a missão
De fazer a transmissão
Aos jovens do presente
Que no futuro serão
Representantes legais
Os guardiões da memória
Da tradição ancestral

Nesses versos cantados pelo poeta griô do Quilombo Dona Juscelina estão representados os elementos que constituem o Conselho como guardiões e mobilizadores da ancestralidade, dentro do corpo social. A transmissão de conhecimentos acontece a todo momento, entretanto, como já destaquei anteriormente, a Comunidade Quilombola Dona Juscelina organiza momentos e espaços para a realização das Rodas de Conversas e das Oficinas de transmissão de saberes e fazeres.

No ano de 2018, durante um encontro de vivências que envolveu a presença do Conselho de Griôs e o Coletivo de Jovens Griôs Aprendizes, foi realizado um importante acontecimento de transmissões de saberes e fazeres. Esse encontro foi

organizado seguindo dois momentos: o da transmissão oral, onde os griôs compartilhavam seus conhecimentos com os jovens, e o da ação prática, quando os jovens são levados pelos griôs a campo para o “laboratório natural”, onde os jovens seguindo a orientação do griô iam materializando os conhecimentos absorvidos. Dessa forma, o jovem tinha a oportunidade de construir abanos, esteiras; descascar e ralar mandioca; prensar e torrar farinha; coletar, quebrar, picar, torrar e tirar azeite do coco babaçu, tudo com matéria prima extraída da natureza. A foto 31, retrata o momento em que a griô Rosa Mirtes ensina a um grupo de jovens quilombolas a quebrar o coco babaçu, em uma situação de transmissão de saberes. Essa atividade foi realizada na chácara do Griô Manoel Pereira Borges (Griô Dos Santos).

Foto 31 – Griô Rosa Mirtes ensinando a griô aprendiz Mayra a quebra de coco babaçu.



Fonte: (ACERVO DA COMUNIDADE, 2019).

Nesses ensejos, organizados em espaços de vivências afetiva e cultural, as gerações dedicam horas e até dias à interação de ensinar e aprender os conhecimentos ancestrais herdados dos seus antepassados nos mais diversos campos, a saber,

animação, música, genealogias, medicina, recreação, religião, artesanato, criando assim rituais de vínculo e aprendizagem entre as gerações.

Para o Quilombo Dona Juscelina, os griôs e mestres griôs são protagonistas da cultura quilombola da comunidade, posto que essa aprendizagem se converte em educação biocêntrica, ou melhor, seria a vida no centro da práxis com respeito à ancestralidade da comunidade e aos elementos que compõem o território como o Rio Murici e a terra, seguindo assim a pedagogia griô descrita por Pacheco (2006).

Assim, na comunidade Quilombola Dona Juscelina não é incomum a presença de estudantes secundaristas e acadêmicos visitando alguma casa de griô. É um momento em que o griô e o estudante interagem, o estudante faz suas gravações e anotações pertinentes à natureza do seu trabalho escolar ou acadêmico. Também não é incomum o Conselho de Griôs do Quilombo Dona Juscelina se deslocar até as escolas e colégios do município de Muricilândia, cidades circunvizinhas e academia num movimento de horizontalidade, dinâmica que permite compartilhar conhecimentos com alunos e professores.

3. 2. 2 - As atribuições de um Griô e de uma Grioula

Para compreender as atribuições dos griôs, do Conselho de Griôs da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, recorreremos ao Estatuto Social da Associação dessa Comunidade, mas antes consideraremos o engajamento de dona Juscelina na criação do Conselho de Griôs, considerando a importância da citação abaixo para uma melhor compreensão da atuação do griô:

Nesta luta engajada por Dona Juscelina e outras lideranças, criou-se o Coletivo de Griôs, os responsáveis pelas memórias locais, onde a matriarca é a Presidente de Honra, compondo o coletivo de sete anciãos com conhecimentos que não devem ser esquecidos e são repassados aos aprendizes de griôs (OLIVEIRA, 2020, p. 05).

O Estatuto Social da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina , em sua última revisão ocorrida 23/07/2021, define que o conselho de Griôs será composto por: I - Presidente de Honra; II – Griôs. O cargo de presidente de honra será vitalício e concedido em Assembleia Geral à Matriarca do Quilombo, a senhora Lucelina Gomes dos Santos, pelo reconhecimento e relevância do trabalho prestado e pela contribuição dada em prol do desenvolvimento, fortalecimento e expansão da Comunidade Quilombola de Muricilândia, cujo nome da Comunidade leva o seu nome.

Para o Conselho de Griôs, serão escolhidos(as) entre os anciões e anciãs da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, num total de 7(sete), aqueles(as) que se destacaram ou se destacam pela relevância de seu trabalho em benefício do quilombo e dos quilombolas, e ainda, que apresentem idoneidade moral, com disponibilidade de colocar-se a disposição de contribuir com o coletivo quilombola.

As idades mínimas para o ingresso no Conselho de Griôs, após cumpridos todos os requisitos exigidos pelo estatuto, são as seguintes: a) Poderá ser aceito(a) quilombola com idade mínima 55 anos; b) De 55 a 64 anos integra o Conselho de Griôs como Griô Aprendiz Adulto(a); c) De 65 anos em diante passará a ser reconhecido como Griô Mestre(a). O cargo e função dentro do conselho é vitalício, salvo se por decisão própria o(a) griô pedir seu desligamento do mesmo.

Quanto às atribuições do Conselho de Griôs, elas estão presentes nos seis incisos seguintes: I – Atuar como conselheiros mediadores entre os interesses da diretoria, da Assembleia Geral e dos Quilombolas; II – Atuar como guardiões dos saberes e fazeres quilombolas, o Conselho de Griôs deve executar com inteira dedicação a interpretação e aplicação do Estatuto e deve recomendar por meio de Parecer à Presidência, à Diretoria e aos Conselhos e a quem possa interessar a execução das recomendações; III – Zelar para que todos os quilombolas cumpram o Estatuto e o Regimento Interno; IV – Convocar sempre que necessário a Diretoria para apresentação de proposições que venham ao encontro dos interesses da coletividade; V – Apresentar semestralmente relatório das consultas realizados ao longo desse período com qualquer ente da comunidade quilombola; VI – Recomendar à Assembleia Geral o afastamento de sua função o/a presidente/a da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Juscelina, quando este/a descumprir o Estatuto da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ). O afastamento do/a presidente/a se dará quando houver constatação de prática ilícita que viole o Estatuto, mediante apresentação de denúncia por qualquer quilombola, ou por coletivo de quilombolas da Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina (ACQDJ) ao Conselho de Griôs (CG), e este procederá investigação para comprovar a veracidade da denúncia. Feito isto, o Conselho de Griôs encaminhará parecer à Assembleia Geral recomendando o afastamento do(a) presidente(a).

No inciso II, é quando ocorre a realização de momentos de transmissão de saberes e fazeres em dois formatos: As Rodas de Conversas e as Oficinas de Transmissão de Saberes e Fazeres. Nesses dois formatos, as ações não são abertas ao

público não quilombola, em raras exceções abre-se para um pequeno grupo de visitantes ou pesquisadores, em momentos convenientes. A Comunidade Quilombola Dona Juscelina entende que nas rodas de conversas e nas oficinas constituem momentos fortes e significantes para o futuro da comunidade, é um espaço de vivências afetiva e cultural, tanto no que diz respeito ao fortalecimento de seus pilares basilares, sem romper com o fio condutor da tradição ancestral, herdada do tempo passado, quanto no que deverá projetar a comunidade para o tempo futuro, sem que esse fio se rompa.

Ao citar no parágrafo acima o termo “pilares basilares” é conveniente elucidar um pouco mais sobre o que são esses pilares, que também estão presentes logo no primeiro artigo do estatuto social da Associação. Assim, os pilares basilares que deram origem à Comunidade Quilombola Dona Juscelina constituem-se no tripé: I- Étnico: População de predominância negra; II- Religioso: Catolicismo Popular e Romarias; III- Cultural: Festejo de 13 de maio (Festa do rebolado), Roda de Lindô, Bumba meu boi, dentre outras manifestações culturais. Vale lembrar que para garantir o cumprimento, o zelo e o equilíbrio entre os três pilares que moldam a Comunidade Quilombola Dona Juscelina, em diversos momentos do Estatuto Social, o Conselho de Griô é evocado para garantir a sua exequibilidade.

Na perspectiva de Judson Silva (2013), “os termos contadores de história ou narradores orais de fato revelam apenas um lado das atividades exercidas por um griô”. Os griôs são muito mais do que simplesmente contadores de história, pois segundo ele:

Os griôs, os condutores do rito do ouvir, ver, imaginar e participar, são os artesãos da palavra. São os que trabalham a palavra, burilam, dão forma, possuem essa especialidade de transformar a palavra em objeto artístico (SILVA, 2013, p. 3).

Na Comunidade Quilombola Dona Juscelina os griôs não atuam de forma estática, eles estão em movimento tanto ampliando quanto transmitindo seus conhecimentos. Indistintamente, um griô atua nas diversas funções na comunidade, seja outorgada pelo estatuto, ou seja pela necessidade que a situação lhe impõe. Dessa forma, retomamos Silva (2013) para melhor compreender as funções atribuídas ao griô:

Portanto, as funções sociais de um griô são mais extensas do que se pensa: atuar como genealogista, conselheiro, guerreiro ou testemunha, recontar a História, servir de porta-voz, representar o governante como diplomata, mediar conflitos, interpretar e traduzir a palavra dos outros em diferentes línguas, tocar instrumentos, compor canções e melodias, cantar louvores, ensinar os estudantes, exortar os participantes numa guerra ou competição esportiva, transmitir notícias, conduzir cerimônias (como nomeações e iniciações), fazer a corte, casamentos, tomadas de posse e funerais (SILVA, 2013, p. 4).

O Conselho de Griôs deve ser um elemento de equilíbrio dentro da Comunidade. Nesse sentido, ele é um pêndulo que ao balançar de um lado para o outro equilibra sua função entre a ancestralidade e os desafios que o presente e o futuro apresentam. Como exemplo, podem ser citadas as *Lives* realizadas por essa assembleia durante a pandemia. Não sendo possível a realização presencial, os griôs mestres (anciãos) e os griôs aprendizes (jovens) encontraram alternativas, e passaram a realizar os encontros em ambientes virtuais, remoto, no formato on-line. Por intermédio das plataformas *Google Meet* ou *Zoom*, o conselho transmitia conhecimentos nesse espaço virtual de vivências, além de interagir com pessoas não quilombolas que acompanhavam esses encontros através da internet. Nesse ambiente remoto foi perfeitamente possível que os griôs, da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, mobilizassem essas novas tecnologias em favor de suas práticas de transmissão de saberes e fazeres, sem comprometer o interesse dos jovens e dos griôs pelos conhecimentos ancestrais, foi uma adaptação ao novo sem desvencilhar-se do passado, pois a linha ancestral não se rompeu.

3. 2. 3. Para tornar-se um(a) Griô/Grioula na Comunidade Quilombola Dona Juscelina

Consoante Heloísa Lima e Leila Hernandez (2010), os griôs desde sempre reconstruíram o passado para levá-lo ao futuro. É nesse ponto que a concepção de um Griô para a Comunidade Quilombola Dona Juscelina ocorre, visto que é uma longa trajetória de preparação. Na verdade, é quando vai se concebendo as gradações que o levarão a um dia tornar-se um griô guardião, vocacionado na tradição, afinal, todo griô tem sua iniciação: “todo griô recebe uma educação especial para se tornar um grande griô[...]os griôs sabem como ensinar lições difíceis de modo fácil” (LIMA e HERNANDEZ, 2010. p. 27). Os encontros e vivências entre anciãos, anciãs e jovens da Comunidade Quilombola Dona Juscelina compreendem espaços e momentos de formação, um griô nasce e morre griô, a iniciação já começa na família, embora nem sempre todos da mesma família serão griôs, mas uma coisa é certa: precisa ser iniciado segundo a tradição, como destacam Lima e Hernandez (2010): “o que o griô exercita na sua aldeia é a arte de receber e transmitir conhecimento por meio da palavra. Exige um

comprometimento com a verdade. O rigor do mestre garantia a tradição, e a tradição garantia a maestria de cada um” (LIMA e HERNANDEZ, 2010, p. 27).

Os griôs com suas vestimentas e acessórios próprios (túnica, colar, turbante e quipá) são mobilizados quando há eventos, ou em datas especiais, tais como: Festejo da Abolição, Fórum Permanente da Consciência Negra ou em outras festividades que fortuitamente venham a ser realizadas pela ACQDJ ou pelo Conselho de Griôs, porque traduzem uma representação simbólica das origens da comunidade, mobilizando a memória coletiva para a época em que os imigrantes nordestinos chegaram, no início da década de 1950, ocuparam as terras livres e fincaram as bases para o estabelecimento de uma comunidade romeira. Os nordestinos eram seguidores dos ensinamentos de Padre Cícero Romão Batista, fortalecidos espiritualmente pelas realizações de penitências e peregrinação ao “Morro Santo”, na intenção de aproximar-se do Divino e alimentando-se espiritualmente para seguir no cotidiano na comunidade. A griô Cícera Vieira pertenceu a esse círculo e destacou-se por ser uma exímia representante da medicina tradicional na Comunidade Quilombola Dona Juscelina. Seu conhecimento sobre xaropes e unguentos, herdado de seus ancestrais, curou muitos quilombolas e não quilombolas acometidos por alguma enfermidade, que a procuravam na intenção de alcançar a cura, pois ela preparava os remédios e doava para quem estivesse com alguma doença e necessitasse de medicação. Era a “Doutora das plantas”, assim era conhecida a griô Cícera Vieira Almeida.

A griô Rosa Mirtes e o Griô Geraldo Delmondes mobilizam igualmente seus conhecimentos sobre os benefícios das plantas medicinais para preparar remédios naturais. Esses medicamentos na forma líquida, de unguento ou em pó estão sempre à disposição das pessoas que buscam curar suas doenças, levando-as a recorrerem aos griôs da comunidade.

Chama-nos a atenção o fato de a griô Cícera, a griô Rosa Mirtes e o Griô Geraldo Delmondes não cobrarem pagamentos pelos seus trabalhos e nem pelos remédios, pois, mesmo que a pessoa insista em pagar, os griôs reagem argumentando que o pagamento é a saúde da pessoa, ou seja, se a pessoa ficar curada da enfermidade esse foi o pagamento. Os griôs estão num lugar epistêmico, atuando como sujeitos epistêmicos. Os três griôs cultivam diversas plantas medicinais em seus quintais.

O Griô Conceição Viana da Silva, seu Dadá é conhecido como o griô das águas. Ele conhece como ninguém o Rio Muricizal, desde a nascente até o poente, além de todas as cachoeiras do rio e as suas lendas. Durante toda sua vida foi pescador. Do rio tirava alimento para o sustento da família e uma parte era comercializado com os moradores locais. Ninguém vem e volta do Quilombo Dona Juscelina sem conhecer o griô Dadá e nem deixa de ter com ele um minuto de prosa. O Griô fez sua casa próxima e de frente para o rio e, quando é procurado, ainda desce o Rio Muricizal mostrando suas belezas naturais.

O Griô Carlindo da Silva chega em Muricilândia no ano de 1952. O mestre era um grande conhecedor do artesanato feito com a palha do babaçu. Para um entendido como ele, fazer um cofó, um abano, uma esteira, um ninho de galinha com essa palha era muito rápido. Também era um grande construtor de casas, cujas cobertura e paredes eram feitas com palha do babaçu; na comunidade era comum seus serviços serem requisitados para essas tarefas. Mas o senhor Carlindo era também conhecedor dos derivados da palmeira babaçu, como o coco babaçu, visto que fazia uso desse material para produções de carvão, de azeite e de artesanato. Sua sabedoria era compartilhada com os mais jovens nos encontros de vivências que o povoado realizava todos os anos. A investidura de seu Carlindo como griô se deu após o falecimento de sua esposa Maria Vitória, que já era griô da Comunidade Quilombola Dona Juscelina.

O Griô Dos Santos é músico, desde criança tinha facilidade em compor músicas. Conta ele que uma de suas brincadeiras prediletas quando ainda era criança, nos idos de 1959, era subir em um pé de mamona e ficar balançado até a árvore encostar as galhas no chão, ficava horas nessa brincadeira. Enquanto se balançava, cantava uma música que havia criado só para aqueles momentos em que estava balançando na árvore. A letra da música era:

Adeus Maria Pongó
Prepara a mesa pra nós jantar
Abençoi as nossas almas
E o pauzim deu balançar

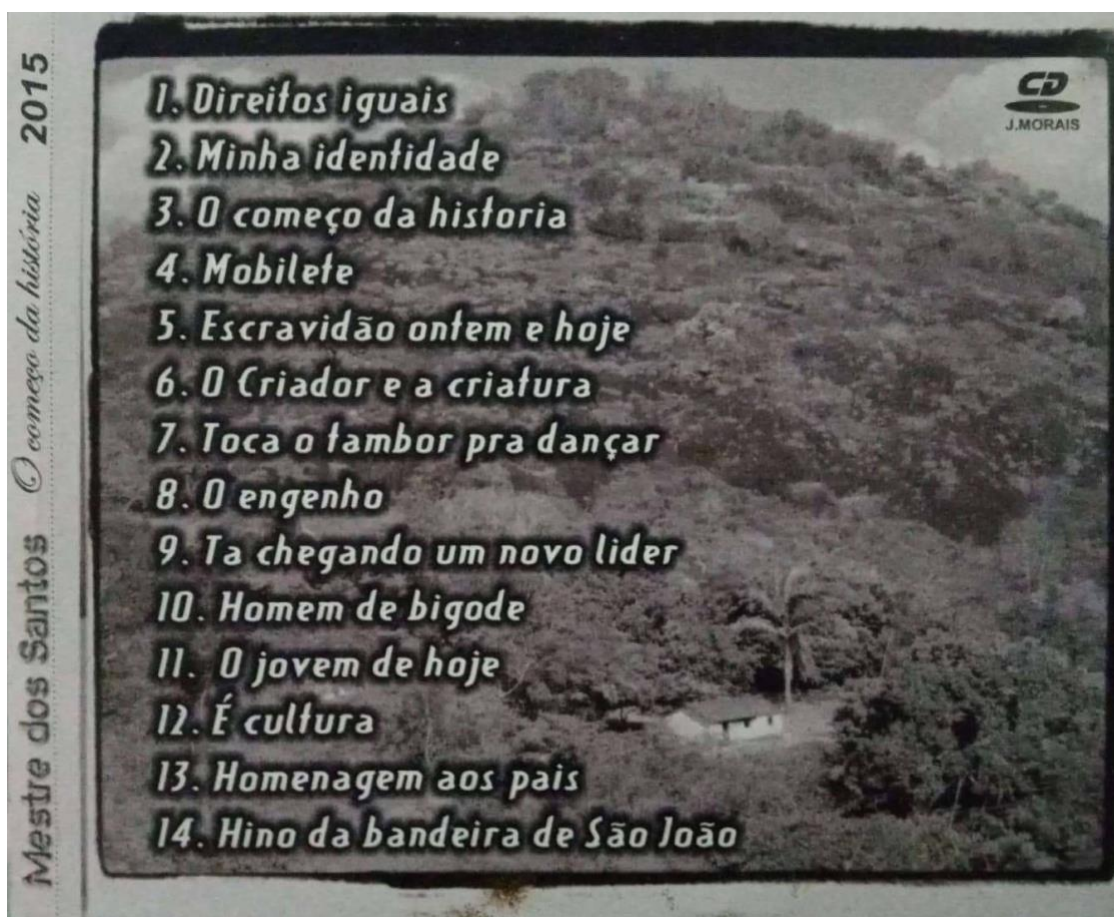
Certa vez, nesse movimento de balanço e de entoar a canção Maria Pongó a árvore não suportou o solavanco do movimento e quebrou ao meio, levando o cantor ao chão. O resultado da brincadeira foi muitas escoriações pelo corpo e alguns dias acamado em tratamento.

O Griô Dos Santos é também romeiro de Padre Cícero. Ele chegou com seus pais em Aragominas na segunda metade do ano de 1952, passando a integrar a romaria da beata Antonia Barros de Sousa, e em Muricilândia chega no mês de março de 1953, sete meses após a chegada dos primeiros moradores nesse município, onde se mantém como romeiro do Padre Cícero e obediente às orientações de Antonia Barros de Sousa.

Na comunidade Quilombola Dona Juscelina, o griô Dos Santos, além de usar a oralidade para transmitir a história da romaria e dos romeiros aos mais jovens, também faz isso em forma de música. Assim, ele canta a história da romaria e de Muricilândia para as pessoas que buscam conhecer essas memórias. A foto 32, traz a capa do CD *Eu canto as cantigas do meu povo*, do griô Dos Santos. Ele é o compositor de uma parte do repertório de músicas afro-quilombolas cantadas no Festejo da Abolição e nos eventos culturais realizados nas datas celebrativas da Comunidade Quilombola Dona Juscelina, tais como: no Encontro dos Griôs com a juventude quilombola, no evento cultural da Noite das Lamparinas e no evento cultural de 20 de novembro, quando se celebra o Dia da Consciência Negra.

Foto 32 –Mestre Dos Santos(Griô), suas composições de músicas quilombolas





CS Digitalizado com CamScanner

Fonte: (BORGES, 2015).

A formalização dos griôs em um Conselho não só fortalece a instituição da ancestralidade dentro da comunidade, como também não muda o fato de que ela é práxis instituinte. Um movimento constante de lidar com o presente a partir das referências históricas, dos saberes e práticas da comunidade. Os diversos eventos, listados acima, e a capacidade de manter a mobilização mesmo em uma situação nova como a pandemia do Novo Coronavírus, evidenciaram esse compromisso político com o enfrentamento dos desafios do presente a partir dos ensinamentos do passado. Para a comunidade o fato de que Dona Juscelina, a presidenta do Conselho, tenha os seus saberes e seu protagonismo epistêmico reconhecidos pela Universidade Federal do Tocantins, através da atribuição do título de Doutor *Honoris Causa*, mostra que o Conselho como uma instituição de defesa e de promoção da ancestralidade tem desempenhado o papel que a ele é atribuído.

3. 2. 4. A roça comunitária da Cocalândia

No dia 14 de setembro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, na residência da griô Cícera Vieira Almeida, em Muricilândia, tive a oportunidade de encontrar-me com o senhor João Batista Vieira Gomes, que é primo da griô, para uma entrevista. Ele é remanescente do primeiro grupo que ocupou as terras de Cocalândia, no início da década de 1960, além de ser filho de José Gertrudes de Almeida, o líder dessa turma que rumou para Cocalândia. Durante a entrevista, procurei obter dele um pouco da história inicial que levou seu pai a ir morar em Cocalândia.

Eu posso falar, no tempo que eu era rapaizim, aí meu pai foi fazer uma abertura, naquele tempo só ia de canoa, ele, seu Elizeu, Manel Zulmira, padim Manel Romeiro e um home chamado cearense que era casado com uma prima minha Selecinda, fizeram a abertura aí depois é que foram com as famílias. Dona Joaquina foi com seu Elizeu, seu Joãozinho, aí papai que era casado com a comadre Eva que era irmã da tia Emídia, aí levou a família na primeira abertura, fez uma casinha lá dentro da mata papai, aí depois no segundo ano fez na beira do rio e seu Elizeu fez cá mais embaixo, mais e mais encima o cearense, mais encima o pai e por último lá o Manel Zulmira mais encima, e aí com isso foi, lá um lugar que tinha muito babaçu, entonse o pessoal daqui do murici ia pra lá pra quebrar côco, passava a semana lá home, muiet e menino, aí com isso o papai botou o nome do lugar de Cocalândia, aí no final de semana vinha praqui e daqui levava pra Araguaína aquele babaçu pra vender (Entrevista oral, senhor João Batista Vieira Gomes, 14/09/2020).

Segundo o entrevistado, foi o senhor José Gertrudes de Almeida o primeiro a tomar a decisão de deixar Muricilândia e buscar novas terras desocupadas onde pudesse morar com sua família. Da mesma forma que José de Almeida fizeram a beata Antônia Barros de Sousa e João Francisco de Sousa (João Paulino). José Gertrudes de Almeida organizou um grupo formado por parentes e conhecidos para adentrarem as Bandeiras Verdes. Os três grupos encontraram as Bandeiras Verdes e nelas foram iniciando pequenas povoações, conforme os costumes de cada grupo; Antônia Barros de Sousa funda o povoado Pé do Morro; João Francisco de Sousa funda o povado Muricilândia e José Gertrudes de Almeida funda o povoado Cocalândia.

A partir de 1960, na esteira da povoação, vieram as roças. Onde, como e quando será iniciado o trabalho nas roças eram os questionamentos. Contudo, é bom lembrar que, conforme narrou o senhor João Batista Vieira Gomes, tão logo aportou nas terras de Cocalândia José Gertrudes de Almeida e seus companheiros já começaram a prepará-las para as roças. As famílias vieram depois, por ocasião da colheita dos legumes. Os plantios ficavam bem perto do povoado, então os camponeses não precisavam se distanciar para iniciá-los, porque em todo entorno do lugar os campos

estavam desocupados, logo seria ali onde construiriam seus centros e também os roçados.

No povoado Cocalândia as formas de integração econômica estão presentes no Comum: princípio político; Reciprocidade: redistribuição de recursos; Domesticidade: produção nos quintais domésticos; Mercado: comercialização, trocas de produtos. Essas formas se manifestam em arranjos de instituições reais como a Roça Comunitária de Cocalândia, que é uma ressignificação da roça-de-toco cultivada no passado, os quintais domésticos, quase sempre cultivados por mulheres da comunidade, que levavam o excedente ao mercado onde havia a troca ou venda de parte da produção alcançada. Os roçados costumam ser feitos próximos ao povoado Cocalândia nas terras localizadas entre a Serra da Caninana (serra que ladeia Cocalândia) e o Rio Muricizal, das regras produtivas implementadas com o trabalho familiar e o mutirão, tendo o cuidado para não levar a um desequilíbrio ecológico que afete as relações do grupo com o meio ambiente. Para compreender essas relações com o meio Cândido (2017) afirma que:

Assim é que o trabalho agrícola, a caça, a pesca e a coleta não eram práticas separadas, e de significado diverso – mas complementares, significando cada uma per si, e todas no conjunto, nos diferentes momentos dum mesmo processo de utilização do meio imediata. A roça, as águas, os matos e os campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo complexo de atividades solidárias – de tal forma que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade goeossocial, um ajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois polos de uma só realidade (CANDIDO, 2017, p. 199).

A Roça Comunitária de Cocalândia, representada na foto 33, é uma ressignificação da roça-de-toco, que, segundo Adams (2000) e Oliveira (2002), é “uma tradição milenar da maioria das populações indígenas, sendo assimilada pelas populações remanescentes de processos de colonização” (apud SIMINSKI e FANTINI, 2007, p.690) e cultivada em Cocalândia, desde os anos seguintes à povoação. Ela se estendeu até o período que ocorreu a quase extinção do povoado, no início da década de 1980, as regras produtivas implementadas com o trabalho familiar e o mutirão. Na imagem abaixo, é possível ver um plantio de feijão na roça comunitária e ao fundo um denso babaçal.

Foto 33 - Roça de Feijão no povoado Cocalândia



Fonte: (BORGES, 2021).

No final da década de 1980, quando o povoado começa a ser reocupado, a roça passa por uma mudança em seu modo de organização, sobre isso o senhor Zaldivar Martins dos Santos explica:

Olha, naquela época, quando nós conseguimos a primeira área do povoado pra habitação, nós não conseguimos resgatar os doze alqueses e setenta e cinco litros, nós conseguimos resgatar média de dois alqueses setenta e cinco litros, onde havia as fruteras do antigo povoado. Com a retomada desses dois alqueses setenta e cinco litros, é, então nós conseguimos é, atingimos um número de vinte, vinte e duas famílias depois dessa data, e a gente criou a idéia de fazer uma lavoura comunitária na fazenda aqui do, do Dunalvo aqui perto, propriedade aqui perto, fazenda jardim, Bom Jardim e hoje ela é do senhor Dunalvo é, cunhado do ex-prefeito Jair do Tato. É, na época a gente também decidiu a criar uma associação, uma associação de produtores rurais da região de Cocalândia, com sede em Cocalândia, né? com CNPJ, e a gente conseguiu uma área lá de quatro alqueses, aí foi a época também que Muricilândia já se tornou cidade e o prefeito Rubens Gonçalves Aguiar nos liberou um trator de esteira, que fosse feito a área de desmatamento e, também os trator pra fazer o trabalho de gradeação. Nós plantamos no primeiro ano essa lavoura, o pessoal aqui de Cocalândia. A primeira safra eu me lembro que nós colhemo é, a primeira e a segunda, foram dois anos, no terceiro nós entregou formado pro fazendeiro (Entrevista oral, senhor Zaldivar Martins dos Santos, 29/06/2020).

Entre os anos de 1988 e 1989, os senhores Antonio Lesbão, Henrique, Francisco Natalício, Domingo Gomes e Zaldivar Martins dos Santos, sob a liderança

desse último, com apoio de representantes políticos, iniciam um fluxo de reocupação do espaço expropriado, dando começo ao repovoamento do local, todavia as terras onde outrora os moradores trabalhavam as roças agora estavam cercadas e sob o domínio de fazendeiro.

É nessa realidade dos cercamentos das terras que as famílias passam a trabalhar coletivamente a Roça Comunitária em Cocalândia, dessa forma o grupo ressignifica mais uma vez suas práticas produtivas em um processo de arrendamento de áreas próximas ao povoado.

É evidente afirmar que a partir do final da segunda metade da década de 1980 o comum das roças de Cocalândia passou por modificações. A primeira delas foi no que diz respeito ao próprio nome do comum, que de roça passou a si chamar “Lavoura Comunitária”; a segunda foi a incorporação e a formalização do espaço comunitário com a criação da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Cocalândia, que passa a gerir as atividades e definir as normas para o uso do espaço; a terceira alteração foi na incorporação de novos equipamentos e novas tecnologias, como exemplo citamos o emprego de trator e arado, mudando assim o modo de preparo do solo para a Lavoura Comunitária e, finalmente, a quarta transformação se deu pelo deslocamento do local das roças das terras comuns para a propriedade privada por meio do arrendamento de uma área onde os trabalhadores pudessem exercer seu ofício, cultivando principalmente arroz, porém ao término de um ciclo de alguns anos produzindo na mesma área, essa deveria ser formada com capim e devolvida ao proprietário da terra.

O próprio nome do povoado Cocalândia tem um significado que se materializa em uma das práticas que remete ao fazer comunitário, que é a atividade do extrativismo do coco babaçu, fruto abundante da Palmeira de mesmo nome, muito comum no local.

Como já falamos no capítulo dois, a família de José Gertrude de Almeida (Zuca), num processo migratório, deixa Juazeiro do Norte, na região do Cariri-CE no início do século XX, para seguir em direção à Barra do Corda, no estado do Maranhão, onde chega em 1906. Depois o grupo aventura-se em busca das Bandeiras Verdes, nas matas densas da região entre os Rios Tocantins e Araguaia, no então norte de Goiás, chegando em Araguaína em 1940 em busca de terras boas e desocupadas.

Nesse deslocamento a família do senhor José Gertrudes de Almeida chega ao povoado de Muricilândia no ano de 1953 e permanece até o início de 1960, entretanto

em maio desse mesmo ano a família chega às matas de Cocalândia, iniciando, assim, a ocupação das terras. Isso é percebido no destaque que o senhor João Batista Vieira Gomes (por entrevista) concede sobre o início da construção das roças: “foram pra lá pra começar, é, começar fazer as roças lá” (Entrevista oral, senhor João Batista Vieira Gomes, 2020). Nesse sentido, não é difícil afirmar que o senhor José Gertrude de Almeida (Zuca) foi um Bandeira Verde.

A apropriação das terras na região de Cocalândia começa a ser interrompida no início da década de 1970 pelo programa do governo federal, que é a ocupação econômica da Amazônia brasileira. O senhor João Batista Vieira Gomes narrou como ocorreu a expropriação das terras de Cocalândia pelos fazendeiros:

Aí veio uns mineiros lá do sul e comprou aquelas terras tudo, ia comprar tudo. Entonse ajuntou aqui com o João Paulino, João Paulino já conhecia nós e foi lá, aí para os morador procurou qual é que queria terra. Aí foi no tempo que tiraram seis alqueire pro seu Elizeu, seis alqueire pro cearense, meu cunhado não quis. Nesse tempo tio Zé Almeida tava lá era tio da mamãe, mais não quis terra também. Aí o papai tirou seis alqueire, seis alqueire pro Manel Zulmira aí ficou só com esses quatro a terra, aí o outro, os outros fazendeiros tomou de conta (Entrevista oral, senhor João Batista Vieira Gomes, 14/09/2020).

Os fazendeiros que o senhor João Batista menciona eram, em parte, os mesmos que se apresentavam em Muricilândia com documentos de propriedade de terra e que José Martins (2018, p.123) aponta como “os donos da terra”, eles surgiram nessa região vindos de várias partes do país, sobretudo de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

A formalização das relações produtivas comunitárias por parte do poder público municipal, da Associação de Produtores Rurais, também incidiu no espaço da roça comunitária. No ano de 1999 foi aprovada a lei municipal nº 167/1999, que “Dispõe o reconhecimento de utilidade pública municipal à Associação de Pequenos Produtores Rurais de Cocalândia, no município de Muricilândia”. Em 2016 foi estabelecida a lei municipal nº 560/2016, que diz: “Fica autorizado o Executivo Municipal de adquirir área de terra em Cocalândia para plantio da Lavoura Comunitária”. A área especificada na lei municipal nº 560/16 é utilizada até os dias de hoje como roça comunitária, onde agricultores plantam e colhem alimentos que são utilizados no sustento de suas famílias, além de ser comercializado um pequeno excedente.

A foto 34, abaixo, é de uma reunião em que representantes da gestão municipal, Associação de Pequenos Produtores Rurais de Cocalândia, estão reunidos

com os agricultores da Lavoura Comunitária para deliberação de pautas, ou seja, a entrega de sementes e insumos para os agricultores e a definição de regras a serem cumpridas pelos agricultores durante o cultivo das roças, indo do plantio a colheita.

Foto 34 – Reunião da associação dos produtores rurais e representantes da gestão Municipal



Fonte: (BORGES, 2022).

O princípio de ação e reação tem sido a forma como o grupo tem superado os entraves e as divergências, através de uma mobilização interna onde é necessário a participação de todos e o compromisso com a comunidade. Consoante Edward Thompson (1998, p.93), “ao longo do tempo e do espaço os usuários das terras comunais desenvolveram sua rica variedade de instituições e sanções comunitárias que impõem restrições e limites ao uso” da terra. A instituição surge internamente como organismo de manutenção das regras estabelecidas a partir dos costumes. Mas desvencilhar-se da representação do estado quando esta já assumiu para si responsabilidades que seriam do coletivo de agricultores não é tarefa fácil, aliás, percebemos que há uma certa acomodação na relação camponês e instituição que pode retardar o protagonismo da comunidade sobre o gerenciamento de suas práticas. Isso fica evidenciado na narrativa do senhor Zaldivar Martins dos Santos quando diz:

Olha Manel era, era, como a gente criou a associação, tudo era tratado em reunião, dentro do associativismo, da associação, né? Tinha as reuniões da diretoria e também fazia, já criava dentro da diretoria as pautas pra colocar pra assembleia, que era os associados que participava dessas parcelas de plantio. Quando a gente já ia pro campo dividir os lotes, todo mundo já ia preparado, naquela época o povo uma empolgação de que tudo tava assim nascendo de novo, tudo tava acontecendo, então tava todo mundo motivado,

alegre, quem, tinha pessoas Manel que tinha um ano, dois ano que tinha comido uma abobora verde, uma abobora madura, um quiabo. Então todo mundo era feliz assim, a forma que nós criamos essa lavoura comunitária, que foi um sucesso pela situação da época da região, que só vivia de roçar pasto pras fazendas, só vivia de trabalhar nas fazendas, né? Não tinha carteira assinada, não tinha nada, então foi uma inovação que nós conseguimos, dentro de uma dificuldade grande, que não existia isso mais. Então não deu muito conflito, nós não tivemos atrito com as pessoas, a questão de mexer nas roças alêia não acontecia, porque nós mesmo ajudava a fiscalizar, cada um fiscalizava o outro, né? (Entrevista oral, senhor Zaldivar Martins dos Santos, 29/06/2020).

Francisco Natalício (Chico Bolim), atual presidente da Comunidade Remanescente de Quilombo dona Domicília, contou que: “Lá tinha um grupo que tocava roça pertinho do povoado mesmo, dava uns quinhentos a seiscentos metros de distância, e outro tocava roça na beira do rio, do córrego do lorentino” (entrevista, 2020). Em outro momento do diálogo, quando lhe foi inquirido sobre como as pessoas trabalhavam nas roças, se era individual ou se havia uma compreensão do trabalho coletivo, isto é, em mutirão, o senhor Francisco Natalício respondeu: “Sempre eles ajuntava o grupo pra mexer nas roças, pra brocar, derribar, no dia que era pra tocar fogo ia aquele grupo, quando era pra plantar ia aquele grupo, né? Limpava, limpava as roças, ia até o final (Entrevista oral, senhor Francisco Natalício, 23/06/2020).”

É possível inferir nas palavras do senhor Francisco Natalício que as pessoas já detinham um nível de consciência da importância de trabalhar atuando coletivamente. Na obra *Trabalho em Parceria*, os autores Poteete, Ostrom e Janssen (2011, p.279) afirmam que “é possível que os indivíduos ajam coletivamente para manejar recursos naturais compartilhados em uma base sustentável”, tendo como objetivos promover partilhas e diálogos com outras experiências e outros conhecimentos, visando identificar afinidades e potencializar a solidariedade ativa. No povoado de Cocalândia buscou-se construir um modo de atividade por meio das experiências acumuladas entre os agentes e suas relações de trabalho baseadas na reciprocidade comunitária, como é o caso do mutirão.

Não é difícil encontrar no povoado Cocalândia famílias que dividem com outras o pouco que têm. Se colhe feijão leva um pouco da colheita para o vizinho que não conseguiu produzir, em troca este lhe retribui a doação com alguma coisa que tenha, seja uma raiz de mandioca, uma penca de banana ou outro produto, quase sempre que leva alguma coisa traz outra. Isso é reciprocidade, é avizinhar. Santos (2020) traz

uma definição que nos ajuda a melhor compreender a relação entre os moradores do povoado Cocalândia:

Os limites da inteligibilidade e da transmissibilidade são social e politicamente importantes, uma vez que circunscrevem o exercício da ética e a política do cuidado, ou seja, da solidariedade ativa, da reciprocidade e da cooperação (SANTOS, 2020, p. 125).

O trabalho coletivo na roça comunitária é realizado sempre que algum morador necessita de limpeza ou colheita da safra de um plantio, por algum motivo que o tenha impedido de proceder a tempo tal tarefa. Nesse momento a comunidade se reúne em mutirão para realizar a atividade demandada. A foto 35 é do momento da colheita coletiva da roça de arroz e milho de uma moradora do povoado Cocalândia.

Foto 35 – Agricultores Quilombolas na colheita da Roça de Arroz



Fonte: (BORGES, 2022).

Também é possível extrair da narrativa do senhor Francisco Natalício elementos que direcionam para a prática da reciprocidade. Para dialogar sobre esse

tema, que é uma realidade presente na cultura do comum, recorremos a Eric Sabourin (2010), teórico que se apropria do termo e o emprega em suas obras, dando um valor significativo ao conceito. “A reciprocidade ternária”, segundo o estudioso (SABOURIN, 2010, p.27), ganha ênfase nas relações parentais dos entes envolvidos no projeto de povoamento. Em Cocalândia essa relação parental é muito forte, significativa e mantém ativa o sentimento de coletividade, como exprime Francisco Natalício nesta entrevista:

Ninguém tinha roça não, nós trabalhava era voluntariamente, nas áreas na beira do rio, na beira do córrego do santim ali embaixo, ali onde eu falei pra você. Era assim, né? Nós plantava roça ali, outros plantava roça na beira do lorentino lá, que é um córrego que tem, né? A gente fazia o grupo de pessoas e fazia as roças lá, outros fazia pra cá, né? (Entrevista oral, senhor Francisco Natalício, 23/06/2020).

Um fato recente nos faz recordar da importância dada pela comunidade à participação coletiva dos agricultores em ações no comum. Essa atuação, baseada na reciprocidade, está diretamente vinculada às relações sociais e às interações cotidianas sem o necessário conteúdo da colaboração, como afirma Saquet (2019). Todavia a mutualidade também está relacionada à conquista da autonomia, pois:

A reciprocidade também está relacionada à conquista da autonomia decisória a partir da formação e qualificação política, do diálogo, das conversas, dos debates, das decisões, enfim, da práxis de resistência político-cultural, luta e contra-hegemonia popular (SAQUET, 2019, p. 45).

A roça comunitária é um espaço de catalização do núcleo social em diversos sentidos, tanto no de manter as práticas e lógicas produtivas baseadas na reciprocidade e nos preceitos de respeito ao meio-ambiente quanto em consonância com os princípios ambientais de Padre Cícero, “aquele que foi, na realidade, o consolador das gentes abandonadas dos sertões que sempre tiveram fome e sede de justiça” (LOBO, 2011, p. 89). Embora o corpo social tenha passado por diferentes mudanças, como a criação da associação como entidade jurídica, o poder público municipal acaba por interferir na autonomia da Associação da comunidade, o que fica evidente na foto 34 é a lei nº 560, de 22 de agosto do ano de 2016: “Que fica autorizado Executivo Municipal a adquirir área de terra em Cocalândia para plantio da lavoura Comunitária e dá outras providências”. Em seu artigo primeiro, da lei 560 diz: “autoriza o Executivo Municipal a adquirir área de terra em Cocalândia para plantio da Lavoura Comunitária com área de 220x220 mais 1(um) Alqueire de terra para plantio da lavoura comunitária irrigada”. Em seu artigo segundo a lei determina que “a área acima determinada atenderá as

necessidades das pessoas previamente cadastradas junto ao poder público municipal”. A roça comunitária é uma instituição que deve estar conectada à práxis instituinte da comunidade.

4. Considerações finais

A princípio essa dissertação possui algo de singular, pois é um documento, um registro das memórias, dos conhecimentos e das lutas de pessoas que são tão surpreendentes no seu compromisso com a vida.

Os quilombos são espaços, sítios, que os escravizados buscavam para fugirem das fazendas de seus senhores e se esconderem. Porém, se transformaram em centros de resistência, e, com o tempo, tornaram-se lugares onde a sabedoria e o discernimento desses antigos escravizados e suas gerações vivem e tiram seus sustentos. Entretanto, ao mesmo tempo, essas comunidades trazem um forte sentimento através da exaltação de suas festas, que são não só uma preservação que é passada de geração a geração, mas que é uma instituição que deve ser preservada e que reúne a todos em um bem muito maior. A lavoura é feita no modo dos Comuns, ou seja, todos trabalham para que integralmente tirem proveito sem que haja excessos, pois os excedentes são vendidos para o bem do próprio povoado.

Existe uma outra inquietação no meio desse corpo social, uma que é primórdial e que tem dado frutos: a educação dos filhos, tanto no sentido de passar os conhecimentos adiante, no que diz respeito a sabedoria dos mais antigos, os griôs, quanto na aproximação com a universidade. Esse trabalho de dissertação, dentre muitos outros, tem revelado inúmeras peculiaridades que fizeram com que essa gente feliz continuasse acreditando até hoje que escolheram o caminho certo, ou seja, da sobrevivência e da educação.

Confiança na vida, nos conselhos de Padre Cícero e na certeza de que iriam encontrar um lugar onde pudessem descansar e cuidar de suas famílias. Nesse relato mostramos como se deu toda a trajetória até a chegada aos locais onde iniciaram povoamento, porém é preciso destacar que havia uma conformidade, uma convergência na busca pelo solo sagrado. Foi está coesão de todos e coerência pelo esforço que fez com que chegassem a seus destinos.

Sempre houve muito trabalho na lida com os roçados, com os campos e as intempéries comuns a lugares a esmo como os que vimos citados no texto. Foi preciso

muita pertinência e convicção de que estavam no rumo certo. Pois não só o ambiente era hostil. Com o passar do tempo muitos senhores, donos de grandes terras, como os senhores de escravizados, vieram com documentos para expulsar os quilombolas dos seus sítios. Contudo, mais uma vez, houve a resistência. A persistência afastou o medo, e, mesmo diante das provocações daqueles atos de exclusão, muitos continuaram plantando, resistindo, colhendo e enfrentando os que se diziam “legítimos” donos da terra. Muitos, como os fazendeiros, têm a presunção de sempre querer mais, todavia os romeiros de Cícero não são de renunciar.

Theodor Adorno (2003, p.122) lembra que “um esquema sempre confirmado na história das perseguições é o de que a violência contra os fracos se dirige principalmente contra os que são considerados socialmente fracos e ao mesmo tempo – seja isto verdade ou não – felizes”. Sim, como havíamos falado anteriormente, felizes. Porque eram unidos e possuíam um ideal de liberdade, de sustento, de transmissão de sabedoria e valores.

Felizes porque conservam suas riquezas culturais através dos festejos da Abolição, festa de Santo Reis e São João Batista, além de festas dançantes tocadas por bandas de pífanos, entre outras celebrações. É interessante observar que estas festas são comemoradas com muita riqueza musical, uma vez que muitos músicos e intérpretes pertencem as comunidades tanto de dona Juscelina como de dona Domicília. A veia artística continua com mestres do artesanato, que estão sempre trançando nas palhas de babaçu as ideias e vendendo riquezas da arte.

As entrevistas são fortunas que complementam as informações. É a mais fina tradição oral que é transmitida aos filhos e netos, bem como aos acadêmicos e doutores. Essa transmissão da cultura nos cantos, nas poesias, nas letras de músicas, nos ‘causos’, vai, aos poucos, sendo registrada em materiais escritos através de artigos, dissertações e teses. São um pouco como transformar o oral em escrito para que permaneçam por mais tempo e possam chegar a mais interessados.

Uma lição importante que aprendemos aqui é a questão da alteridade dentro das comunidades. Existem os griôs que entendem de remédios, que lidam com a medicina natural. Esses ensinamentos são imprescindíveis não só entre as pessoas pertencentes aos quilombolas, mas são difundidos por todos que se aproximam das sociedades de quilombos em busca de ajuda. E o fundamental para os sábios que lidam com os unguentos e remédios de plantas não é o pagamento, mas a certeza de que a cura é crucial como resultado.

As fotografias mostram rios e plantios dentro de uma natureza que exigiu muito esforço, entretanto apenas para o sustento. Cada fruta, fruto, palha, peixe eram tratados como uma benção, uma certeza de que eles, os romeiros, eram merecedores daquele lugar e de suas riquezas. O trabalho de mutirão atesta a certeza de que aquelas terras são comunais, são para o usufruto de todos.

O escritor e poeta Amós Oz certa vez disse que uma folha de papel em branco é como uma casa caiada sem portas e janelas, pois bem, os romeiros transformaram terrenos cheios de matos em lugares para morar, criaram suas famílias neles e cultivaram a terra para sobreviver. Então, os filhos de Cícero construíram as portas e janelas dos lugares por onde passaram. Deixaram com que o ar dos rios caudais, das florestas virgens atravessassem por suas vidas e convivessem juntos como grandes protagonistas no mesmo lugar. Todos se entendem e se respeitam nesse ambiente. E a partir daí escrevem suas histórias, suas memórias e ensinamentos.

A busca de cada um dos habitantes dos quilombos passa pelo outro, que é como ele próprio. Mesmo sendo todos nós seres humanos, ainda assim somos tão diferentes. A força que temos hoje ajuda àquele que não pode trabalhar, somos um complemento para o outro. Cada um é independente, mas, ao mesmo tempo, também interdependentes dentro de uma comunidade, sobretudo como as de dona Juscelina e dona Domicília.

4. Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O bem viver** : uma oportunidade para imaginar outros mundos. – São Paulo : Autonomia Literária. Elefante, 2016. 264 p.

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. In: _____. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2003. P. 119-138.

AMORIM, Lana Luna. **Ritmos, mitos e ancestralidade na contação de Histórias de matrizes africanas**: a trajetória de Dona Cici, vovó, mestra de cultura ou griô. Revista Digital dos Programas de Pós-Graduação do Departamento de Letras e Artes da UEFS Feira de Santana, v. 21, n. 2, p. 91-98, maio-agosto de 2020.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **De caboclos a bem-te-vis**: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800 – 1850. São Paulo: Annablume, 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, São Paulo, v. 30, n. 62, p. 261-294, 1965.

BORGES, Manoel F. **História de Muricilândia e do Quilombo Dona Juscelina**. 2015; Tema: História Local. (Manuscrito não publicado).

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul; São Paulo: Edusp/ 2017.

COELHO, Leonidia B. **História da Comunidade Quilombola Pé do Morro em Aragominas-TO. Governo do Tocantins** – Secretaria da Cidadania e Justiça – Superintendência de Proteção dos Direitos Humanos. 2010

CORRÊA, Viriato: **A Balaiada**. Romance histórico do Tempo da Regência. Introdução, notas e fixação de textual de Jomar Moraes. 2ª Ed., São Luis, EDUFMA (1ª ed.1927).

DARTOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum** : ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

FURTADO, Adrielson. **Contexto histórico das Rodovias Bernardo Sayão (BR-010) e Capitão Pedro Teixeira(BR-316)**. Adrielsonfurtado.blogspot. Pará,2015. Il color. Disponível em: <http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2015/08/contexto-historico-da-abertura-das.html>. Acesso em: 8 de junho 2021.

GALVES, Marcelo C. (Maranhão e Piauí, 1838-41): “Povo” e Política. **Revista Impressões Rebeldes**. Rio de Janeiro, n.1,jul.-dez.,2019. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?temas=balaiada-maranhao-e-piaui-1839-41-povo-e-politica>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

GALVES, Marcelo C. **O Maranhão nas primeiras décadas do Oitocentos: condições para a eclosão da Balaiada**. Almanack, n.15, p.356-359, 2017 Disponível em: <https://www.historia.uff.br/impressoesrebeldes/?temas=balaiada-maranhao-e-piaui-1839-41-povo-e-politica>. Acesso em: 25 de abril de 2021.

LIMA, Heloísa P.; HERNANDEZ, leila L. **Toques do Griô: memórias sobre contadores de histórias africanas**. São Paulo: editora Melhoramentos, 2010.

LÔBO, Azarias S. (Mons). **O Patriarca de Juazeiro**. Fortaleza : Edições UFC, 2011.

MARINHO, Paula Márcia de Castro. **Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social - Revista Sociedade e Estado**. - Volume 37, Número 2, Maio/Agosto 2022.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. . São Paulo: Contexto, 2018.

MATOS, Wesley S. de.; EUGENIO, Benedito G.. Comunidades quilombolas: elementos conceituais para sua compreensão. : **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 11, n. 2, p. 141-153, jul./dez. 2018.

MAWON, 2019.Griots:os guardiões das palavras.23 de setembro de 2019. Disponível no site: <https://www.mawon.org/post/griots-os-guardi%C3%B5es-das-palavras>. Acessado em 23 de março de 2022.

MURICILÂNDIA. **Lei Orgânica do Município de Muricilândia**. Muricilândia, p. 79-81, 1994.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras : Relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NEGREIROS, Elton. **Memórias de uma territorialização na construção do lugar e da paisagem: cultura e modos de viver dos Narradores da Ribeira**. Orientador: Euclides Antunes de Medeiros, 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.br/handle/11612/1633>. Acesso em: 25 julho 2022.

NETO, Antonio Teixeira. **Os Caminhos de Ontem e de Hoje em direção a Goiás-Tocantins**. Boletim Goiano de Geografia. 21(1): 51-68. jan./jul. 2001.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições Brasileira**. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

NOSSA, Leonencio. **Juscelina recebeu a missão de sempre organizar o ‘13 de maio’**. Estadão, Caderno de Cultura - **Floresta dos Espíritos**. 2021 – Disponível em: <https://www.estadao.com.br/infograficos/cultura,a-floresta-dos-espirtos,1160997>. Acesso em: 05 de maio de 2021.

OLIVEIRA, Gerson A. **Pegos a laço : identidade, deslocamento e luta pela terra no quilombo de Cocalim**. Orientador: Andreas Hofbauer. 2018, 262f. Tese (doutorado). Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Câmpus de Marília – Marília, 2018. Disponível no site: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154833>.

OLIVEIRA, Izarete da S. *et al* . **Dona juscélina: corporeidade negra, saberes do diálogo e das lutas políticas. Participativa: Ciência Aberta em Revista**, Volume 2, 2020.

PACHECO, Lillian. **Pedagogia Griô: a reinvenção da roda da vida**. Lençóis - BA, Grãos de Luz e Griô.

PALACIN, Luis. **Goiás 1772-1822. Estruturas e conjunturas numa Capitania de minas**. Goiania : Oriente, 1972.

PEREIRA NETO, Marcos Antonio. **Territórios e Trajetórias Socioespaciais da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia – Tocantins**. Goiânia, 2021, 103f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2021.

PERINI, João Carlos. **Cícero Romão Batista: o menino que desejou ser padre**. Juazeiro do Norte – CE, 2008.

POTEETE, Amy R.; JANSSEN, Marco A.; OSTROM, Elinor. **Trabalho em Parceria: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. São Paulo: Editora Senac, 2011.

RATTS, Alex. **Uma Geografia de estudos e pesquisas com as diferenças étnicas, raciais e territoriais**. Cultura e território em foco: uma abordagem interdisciplinar [recurso eletrônico] / Adriana Feitosa Freire et al (Orgs.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas. Campina Grande - PB**, n. 20, p. 41–49, 1999.

SABOURIN, Eric. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao Debate. **Sustentabilidade em Debate**. UNB, vol.1, n. 2, p.143-158, setembro, 2010. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/558373/1/document_558373.pdf

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de Histórias**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SANTOS, Boaventura de S.. **O Fim do império cognitivo : a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte : Autêntica, 2020.

SANTOS, Katiane da Silva Santos. **DO PASSADO AO PRESENTE: A Festa 13 de Maio da Comunidade Quilombola Dona Juscelina em Muricilândia-TO**. Araguaína-TO, 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Tocantins. Mestrado em Estudos de Cultura e Território. 2018.

SAQUET, Marcos A.. **Saber popular, práxis territorial e contra-hegemônica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

SERRA, Astolfo. **A Balaiada**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: Dedeschi, 1948.

SILVA, Judson J. Da. **O olhar de Padre Cícero sobre as relações sociedade natureza e sua importância na formação de núcleos rurais no Cariri cearense**. Piauí. Revista Vozes, Pretérito & Devir, vol. 1, n. I, 2013.

SILVA, Raylenn B. Religiosidade e imaginário popular em Araguaína, antigo extremo norte goiano, atual Tocantins: “feiticeira” dos bosques e Pedro “milagroso”. In: **Religiosidades no Tocantins** . (Orgs.) BRESSANIN, César E. F.; ZITZKE, Valdir A. – Curitiba : CRV, 2020, p. 121-136.

SIMINSKI, Alexandre; FANTINI, Alfredo C. Roça-de-toco: uso de recursos florestais e dinâmica da paisagem rural no litoral de Santa Catarina. **Revista Ciência Rural**, v.37, n.3. p. 690-696. Maio-jun. 2007.

SOUSA, Francisco L. de. **Origens Históricas da cidade de Aragominas: duas visões, uma só história**. 2005, TCC. Licenciatura em História. UFT. 2005.

TEIXEIRA NETO, Antonio. Os caminhos de ontem e de hoje em direção a Goiás-Tocantins. **Boletim Goiano de Geografia** 21(1): vol.21. n. 1, p.51-68. Jan./jul. 2001.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VIEIRA, Maria A. da Costa. **À procura das Bandeiras Verdes: Viagem, Missão e Romaria – Movimentos sócio-religiosos na Amazônia Oriental** . Campinas: UNICAMP, 2001. 629 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

6. Lista de Abreviaturas e Siglas:

ACQDJ – Associação da Comunidade Quilombola Dona Juscelina

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CMEI - Centro Municipal de Educação Infantil

CG – Conselho de Griôs

CRQDD - Comunidade Remanescente de Quilombo Dona Domicília

CF – Constituição Federal

FCP – Fundação Cultural Palmares

GO – Estado de Goiás

MA – Estado do Maranhão

NEUZA - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas

PPGCult - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

TO – Estado do Tocantins

UFT – Universidade Federal do Tocantins

7. Anexos:

Linha do tempo
TEMPO LONGO

ANEXO I

SÉC. XVI

Início do avanço dos Bandeirantes para os sertões de Goiás-Tocantins

SÉC. XVII

Avanço dos Jesuítas rumo aos sertões de Goiás

SÉC. XIX

Revolta da Balaiada no Maranhão

SÉC. XX

Saída de dona Juscelina do Maranhão rumo ao interior do Norte de Goiás

ANEXO II

Linha do tempo
TEMPO MÉDIO

SÉC. XIX (1844)

Nascimento de Cícero Romão Batista,

SÉC XX (1952)

Beata Antonia Barros de Sousa parte de Brejinho (Filadélfia) em 1952, a procura das Bandeiras Verdes e do Santo Cruzeiro

(1962)

Chegada de dona Juscelina ao povoado de Muricilândia, onde ganha reconhecimento como romeira, liderança religiosa e cultural

(1975)

Chegada de dona Domicília Pereira da Silva ao povoado Cocalândia, onde atua como romeira, parteira e agricultora.

ANEXO III

Linha do tempo
TEMPO CURTO

